



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA

RELATÓRIO

do Grupo de Trabalho Interinstitucional
sobre a região conhecida como

“Cracolândia”

2023-2024

RELATÓRIO

do Grupo de Trabalho Interinstitucional
sobre a região conhecida como

“Cracolândia”

2023-2024

Expediente

Coordenação Geral e Sistematização

Eduardo Suplicy

Luna Zarattini

Amanda Amparo

Paula Masulk

Redação

Amanda Amparo

Caio Montanari

Guilherme Proença

Paula Masulk

Renner Oliveira

Prefácio

Taniele Rui

Revisão e Coordenação Editorial

Diego Pandullo

Julia Lima

Larissa D'Alkimin

Projeto Gráfico e Diagramação

Pedro Tajiki Salles

Foto da capa

Luca Meola

Fotos miolo

Victor Angelo Caldini

Sumário

1. O que é o GTI sobre a “Cracolândia”?	9
2. “Cracolândia”: linhas gerais de sua história e de suas políticas públicas	10
3. Composição do GTI e participação pública	15
4. Trabalhos realizados pelo GTI em 2023 e 2024	21
5. Metodologia do relatório	23
6. Materiais complementares	25
7. Resumo das reuniões	26
7.1 1ª Reunião (realizada na CMSP no dia 02/03/2023)	26
7.2 2ª Reunião (realizada na ALESP no dia 22/06/2023)	34
7.3 3ª Reunião (realizada na CMSP no dia 14/09/2023)	45
7.4 4ª Reunião (realizada na ALESP no dia 23/10/2023)	52
7.5 5ª Reunião (realizada na CMSP no dia 23/11/2023)	62
7.6 6ª Reunião (realizada na CMSP no dia 09/05/2024)	69
7.7 Reunião da Comissão de Direitos Humanos da CMSP (04/06/2024)	75
7.8 7ª Reunião (realizada na CMSP no dia 08/08/2024)	77
8. Visita ao CAPS Redenção e ao território (02/07/2024)	86

9. Síntese dos temas debatidos	91
9.1 Sujeitos do território e vulnerabilidade social	92
9.2 Políticas de saúde e assistência social	93
9.3 Políticas de moradia	98
9.4 Políticas de cultura e trabalho	99
9.5 Segurança pública e zeladoria urbana	100
9.6 Racismo, sistema penal e punitivismo	104
9.7 Especulação imobiliária e higienismo	104
9.8 Perspectivas dos moradores e comerciantes	105
9.9 Participação social, conselhos municipais e transparência	109
9.10 Atuação de entidades do terceiro setor	111
10. Propostas e recomendações	112
10.1 Assistência social e saúde	113
10.2 Moradia e acolhimento	117
10.3 Trabalho e renda	118
10.4 Segurança pública, zeladoria urbana e justiça	120
10.5 Combate ao racismo	123
10.6 Institucionalidade, transparência e participação social	124
10.7 Educação, cultura e prevenção	126

Prefácio

O relatório que ora vem a público retrata as ações do Grupo de Trabalho Institucional (GTI) que se dedicou à situação do território estigmatizado como “cracolândia” entre os anos de 2023 e 2024. Este GTI esteve sob condução do deputado Eduardo Suplicy e da vereadora Luna Zarattini, articulando os poderes municipal e estadual na busca por uma compreensão qualificada deste território e dando continuidade às ações desenvolvidas anteriormente (entre 2021 e 2023) por Erika Hilton e Eduardo Suplicy junto à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (CDDHC-CMSP).

Com uma evidente contribuição, o relatório registra as sete reuniões ocorridas, tanto na ALESP, quanto na Câmara Municipal, orientadas em torno de temas estruturantes da questão. As reuniões abordaram os planos de ação do poder público para o território, as percepções recentes sobre ele, as atuações das secretarias de Direitos Humanos, de Saúde e de Segurança, os efeitos sentidos por moradores e comerciantes da área central, as ações da sociedade civil no local e a percepção de trabalhadores da ponta dos serviços públicos.

A leitura conjunta dessas reuniões evidencia o esforço dos propositores em agregar diferentes atores da política pública e da sociedade civil implicados diretamente na temática, bem como o esforço em construir o GTI como espaço de interlocução democrática em torno de uma questão social altamente complexa. É salutar, portanto, observar o acompanhamento e monitoramento dessas ações por representantes eleitos e o engajamento destes na defesa de direitos e garantias fundamentais.

Como todo espaço de discussão pública, também este é heterogêneo e marcado pelo dissenso. Assim, ter acesso à íntegra das discussões e aos respectivos autores dos discursos nos possibilita observar o campo de disputas travado a partir deste território, revelando embates legais, terapêuticos, orçamentários e políticos que estruturam o conflito local.

É sabido que este território em fluxo é constituído, já há quase três décadas, por uma heterogeneidade de pessoas negras e pobres estigmatizadas no ambiente urbano. Abarcando um período marcado por uma nova concentração espacial dessas pessoas na rua dos Gusmões, depois de anos de desterritorialização, uma das principais contribuições deste relatório é mostrar como progressivamente foi havendo uma reorientação das ações de tratamento: elas foram deixando de atuar territorialmente e passaram a agir como “máquinas de interações”, como denunciaram os trabalhadores da rede de saúde.

O relatório também traz duas outras fontes documentais importantes: o registro da reunião que acolheu essas denúncias de trabalhadores e o registro da visita in loco que este GTI realizou no território, tanto no CAPS de referência – quando gestores puderam responder às denúncias acolhidas; quanto na cena de consumo. Ao visitar a cena de consumo, por sua vez, causou estranheza a recepção da Secretária de Direitos Humanos, Soninha Francine e a redução do número de agentes da segurança no território, quando era sabida a truculência

das forças de segurança e a centralidade das ações repressivas no trato da questão social.

Esses registros, portanto, estão longe de apresentar um consenso. Observados com atenção, eles dão conta da tensão no subterrâneo da atuação pública. Se nem tudo está no relatório, muito é possível imaginar a partir dele.

Além desses registros, ao final é produzida uma excelente síntese dos principais pontos debatidos no GTI. Tal síntese retoma as principais questões debatidas, organizadas em torno de dez eixos que refletem o diagnóstico do território, das pessoas nele implicadas e das diversas ações políticas ali realizadas. Nesse aspecto, essa síntese é uma peça analítica de suma importância que demonstra um acúmulo muito qualificado de reflexão sobre o assunto.

Frente a ela, é inquietante pensar como esse conhecimento tão rico, formulado por pessoas muito envolvidas com o território, pode ser sistematicamente ignorado pelas ações públicas do presente. Daí a insistência em não ser apenas um relatório analítico, mas também um documento propositivo. Ao fim, são trazidas as recomendações do GTI para o aperfeiçoamento da política no território.

É preciso reter a importância desse documento: ele expressa o conjunto de atores – e suas diversas perspectivas – sobre a questão. Produzido entre 2023 e 2024, ela dava conta do que então se passava. Orbitando em torno de si mesmas, as pessoas que conformavam este território estavam expostas à vigilância constante e eram alvos frequentes da violência policial. Todos ali — inclusive os agentes públicos — compartilhavam uma experiência extremamente violenta e desumanizadora. O conflito era latente, acalorado e tinha o centro de São Paulo como fundo da disputa e também como uma das vítimas dessa escalada de violência. Moradores, comerciantes, usuários foram instados a conviver de modo tenso. Tudo isso é possível acessar a partir desse texto.

Mas este relatório vem a público já em outro momento, de ainda maior recrudescimento da ação pública no território. A “cracolândia” foi esvaziada repentinamente pelas forças policiais. Governo e prefeitura de São Paulo, alardeando o fim da “cracolândia”, dentre outras explicações, indicaram que uma das razões para a diminuição das pessoas no território foi o aumento de contratação de leitos em hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas. Ora, a “máquina de internações”, já antevista neste relatório, enfim escancarou o projeto de fazer desaparecer essas pessoas do centro da cidade de São Paulo.

Taniele Rui

Professora Doutora do Departamento de Antropologia da UNICAMP e autora do livro “Nas tramas do crack: etnografia da abjeção”





1. O que é o GTI sobre a “Cracolândia”?

O Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre a região conhecida como “Cracolândia”¹ surgiu em 2021, a partir da iniciativa da Vereadora Erika Hilton e do então Vereador Eduardo Suplicy frente à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (CDDHC-CMSP).

Durante uma audiência pública conjunta da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) e da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) realizada em 19 de outubro de 2021, o GTI foi concebido como uma resposta institucional à complexidade dos conflitos sociais, sanitários e urbanos que atravessam o território.

Isso porque, a partir das demandas emergentes naquela ocasião, formulou-se a necessidade de criar um espaço de articulação interinstitucional permanente, que pudesse reunir representantes do poder público, da sociedade civil, dos moradores e dos conviventes das cenas de uso aberto de drogas, com a missão de mediar o diálogo entre os diferentes sujeitos envolvidos na região, além de analisar, monitorar, sistematizar informações e de construir diagnósticos de modo a recomendar políticas públicas mais eficazes.

No final de 2022, foi entregue um primeiro relatório sobre as visitas aos serviços de saúde que foram feitas pelos membros do GTI aos principais serviços públicos de saúde e assistência que atendiam a região. Visando dar continuidade ao GTI da “Cracolândia”, a retomada foi proposta pela Vereadora Luna Zarattini, na CDDHC-CMSP, por meio do Requerimento nº 04/2023, o qual foi aprovado no dia 04 de maio de 2023.

O Deputado Eduardo Suplicy, já atuando na ALESP, igualmente aprovou a retomada por meio do Requerimento nº 1861/2023, em 11 de outubro de 2023, perante a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (CDD-ALESP).

O presente relatório, portanto, apresenta e sistematiza as ações desenvolvidas pelo GTI no período de 2023 a 2024, conforme detalhado nas seções a seguir.

1. A utilização do termo “Cracolândia” neste relatório se dá exclusivamente como categoria de análise territorial e social, não como definição estigmatizante das pessoas ou da região.

2. “Cracolândia”: linhas gerais de sua história e de suas políticas públicas

O território conhecido como “Cracolândia”, localizado na região central da cidade de São Paulo, é historicamente marcado por transformações urbanas, aprofundamento da desigualdade social e pela presença de uma população em situação de extrema vulnerabilidade — em situação de rua e/ou com uso problemático de álcool e outras drogas, especialmente o crack.

A área que abrange os bairros da Luz, Campos Elíseos e Santa Ifigênia foi, durante o século XX, espaço da elite residencial paulistana e, posteriormente, um polo de intensa atividade cultural e comercial.

A reconfiguração social e urbana da região central, especialmente nos bairros da Luz e Campos Elíseos, ganhou novo contorno a partir da década de 1960, com a instalação da antiga rodoviária da Luz, que transformou o território em porta de entrada da cidade para migrantes de diversas regiões do país, como conta a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik².

Segundo a urbanista, essa dinâmica atraiu o comércio popular e a instalação de pensões e hotéis de curta permanência. Contudo, com a inauguração da rodoviária do Tietê, nos anos 1980, a antiga estação foi desativada, gerando esvaziamento abrupto da área e favorecendo seu processo de abandono.

A rápida desvalorização imobiliária, somada à ausência de políticas públicas estruturantes, resultou na ocupação do território por populações em situação de vulnerabilidade. Foi nesse contexto de precarização crescente, degradação urbana e ausência do Estado que se consolidou, nas décadas seguintes, a cena de uso aberto de drogas, que passou a ser denominada, sobretudo pela mídia e pelo senso comum, como “Cracolândia”.

A partir daí, formou-se um estigma territorial que influencia até hoje a percepção social sobre o centro da cidade, bem como a formulação de políticas pú-

2. SOUZA, Felipe. Como nasceu a Cracolândia, bairro dos barões do café que virou problema ‘sem solução’ de São Paulo. BBC News Brasil, 18 ago. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cxxdgnwrrer4o>. Acesso em: 17 junho. 2025.





blicas, levando o território a ser alvo de sucessivas tentativas de “recuperação urbana” ancoradas em discursos higienistas e repressivos, frequentemente descolados das necessidades concretas da população que ali vive.

A antropóloga Taniele Rui³ observa que esse espaço não é apenas geográfico, mas existencial — um território em constante deslocamento, constituído por pessoas majoritariamente negras e pobres, marcadas por processos de exclusão social, institucionalização e criminalização.

Segundo a autora, o ano de 2012 representa um marco importante na conformação atual da Cracolândia: com a realização da primeira grande operação policial de dispersão territorial — a chamada “Operação Dor e Sofrimento”, realizada na gestão do prefeito Gilberto Kassab — a “Cracolândia” adquire nova escala política e midiática, inaugurando um ciclo de repressão e reorganização urbana que se intensificou nos anos seguintes.

Em 2017 foi realizada uma nova operação policial, divulgada como uma reedição da anterior, desta vez sob a gestão de João Doria — e, em 2021, a Operação “Caronte”, na gestão de Ricardo Nunes. Segundo dados da Defensoria Pública⁴, esta última resultou na detenção em massa de centenas de pessoas em situação de uso problemático de substâncias psicoativas. Essas operações envolveram articulações entre a Polícia Militar, Guarda Civil Metropolitana e secretarias setoriais.

Paralelamente às ações repressivas, diferentes gestões da Prefeitura de São Paulo tentaram formular políticas com enfoques diversos. Destacam-se, entre elas: o Programa De Braços Abertos, iniciativa municipal criada em 2014, com abordagem centrada na redução de danos, garantia de moradia e inserção laboral; o Programa Redenção, também municipal, adotado a partir de 2017, com foco na abstinência, acolhimento terapêutico e reorganização urbana; e o Programa Recomeço, de iniciativa estadual, que privilegia internações em comunidades terapêuticas e encaminhamentos especializados.

3. RUI, Taniele. Sobre a “Cracolândia”, mais uma vez. In: INSTITUTO DE SAÚDE (São Paulo, SP). “Cracolândia”: uma cronologia política da violência urbana. São Paulo: Instituto de Saúde, 2024. p. 5–8. Disponível em: <https://www.saude.sp.gov.br/resources/instituto-de-saude/homepage/pdfs/bis25-1.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2025.
4. DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Relatório de atuação na região da Cracolândia – maio/2022. São Paulo: DPE/SP, 2022. Disponível em: <https://www.defensoria.sp.def.br/documents/20122/b559c1be-dbc2-fa0b-0da5-b2392762725a>. Acesso em: 17 jun. 2025.

Os dados apontam para uma redução significativa do número de pessoas presentes na cena de uso da “Cracolândia” durante o período de vigência do Programa De Braços Abertos: antes de sua implementação, estimava-se a presença de cerca de 1.500⁵ pessoas na cena. Já em 2015, no primeiro ano do referido programa, esse número caiu para 300⁶ e, no segundo ano, em 2016, o número manteve-se abaixo de mil (709 pessoas⁷).

A partir de 2017, com a adoção de políticas de viés mais repressivo e centradas na abstinência, os números voltaram a crescer: 1.861⁸ pessoas em 2017 e 1.854⁹ em 2018, sugerindo que políticas voltadas à garantia de direitos, ao cuidado contínuo e à valorização da autonomia tendem a produzir efeitos mais consistentes na redução da cena de uso, ao contrário das estratégias baseadas na repressão e na fragmentação dos vínculos estabelecidos no território.

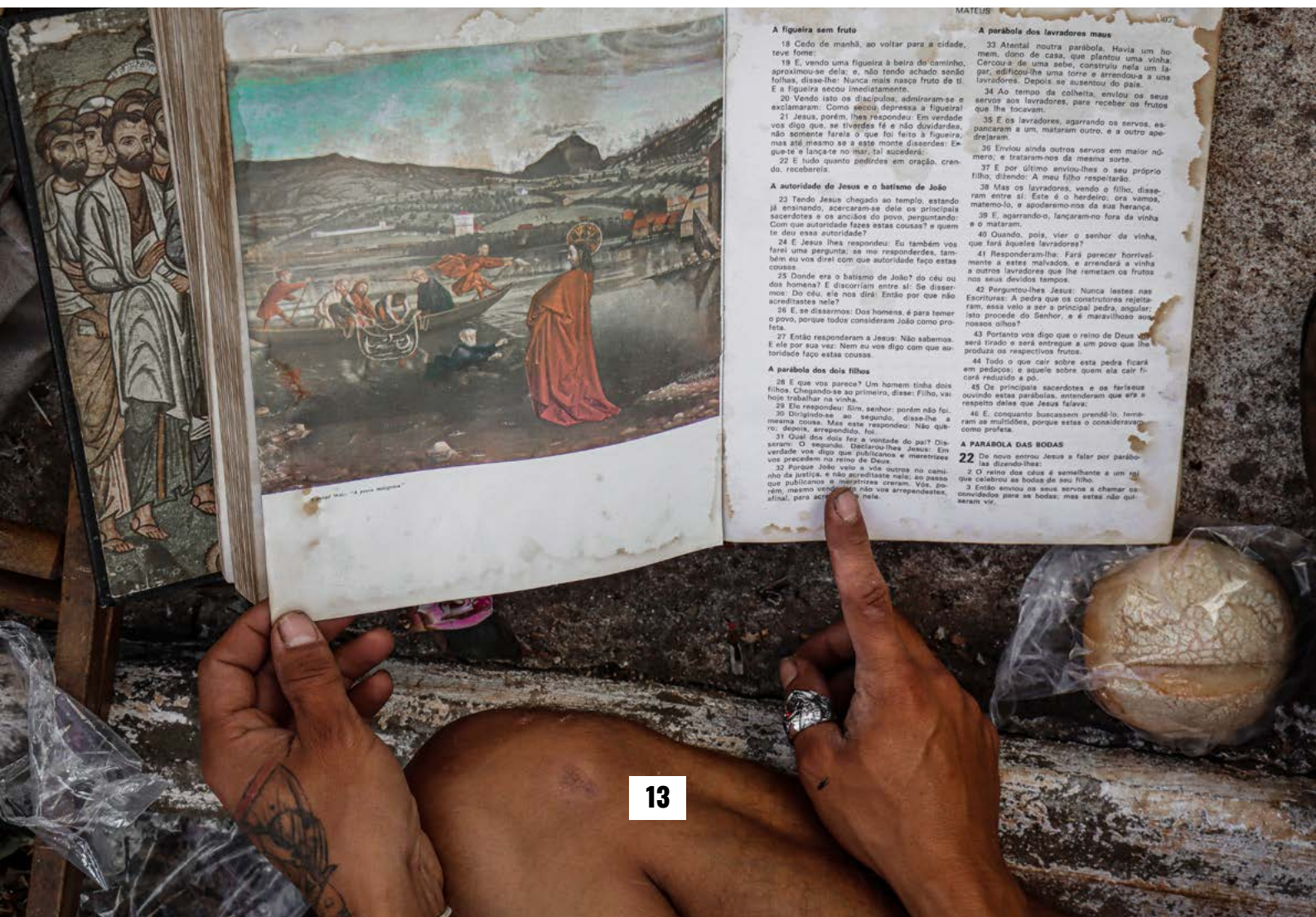
Além dos programas já implementados, há uma rede de serviços públicos de saúde e assistência social que busca atuar junto ao território e às pessoas em situação de vulnerabilidade. Entre os principais serviços atualmente em funcionamento na região, destacam-se os Serviços Integrados de Acolhida Terapêutica (SIAT I, II, III e Emergencial), o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD IV Redenção) e o Serviço de Cuidados Prolongados (SCP) — cada qual com especificidades em termos de acolhimento, acompanhamento clínico e articulação com políticas intersetoriais, como assistência social, saúde mental e habitação.

Cabe pontuar que, ao final das atividades do GTI, e com ainda mais intensidade em 2025, a cidade de São Paulo assistiu à ampliação

5. UOL. Prefeitura de SP vê redução em 80% nos usuários da Cracolândia. São Paulo: UOL, 20 jan. 2015. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/01/20/prefeitura-de-sp-ve-reducao-em-80-nos-usuarios-da-cracolandia.htm>. Acesso em: 17 jun. 2025.
6. UOL. Prefeitura de SP vê redução em 80% nos usuários da Cracolândia. São Paulo: UOL, 20 jan. 2015. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/01/20/prefeitura-de-sp-ve-reducao-em-80-nos-usuarios-da-cracolandia.htm>. Acesso em: 17 jun. 2025.
7. SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Estudo sobre o perfil dos frequentadores da Cracolândia. São Paulo: Secretaria de Segurança Pública, [s.d.]. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/1845.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2025.
8. SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Estudo sobre o perfil dos frequentadores da Cracolândia. São Paulo: Secretaria de Segurança Pública, [s.d.]. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/1845.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2025.
9. R7. Cracolândia vê movimento crescer 21% após dois anos de queda. São Paulo: R7, 29 jun. 2022. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/cracolandia-ve-movimento-crescer-21-apos-dois-anos-de-queda-29062022>. Acesso em: 17 jun. 2025.

das ações de dispersão da cena de uso. A operação que culminou no esvaziamento repentino da Rua dos Protestantes¹⁰, em maio de 2025, foi marcada por denúncias de violência pelas forças policiais¹¹, transporte forçado de pessoas em vans para bairros periféricos e até outros municípios¹², além de internações em serviços de saúde e comunidades terapêuticas em condições

10. CNN BRASIL. Cracolândia vazia: moradores relatam dispersão de usuários por São Paulo. CNN Brasil, 3 maio 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/sp/cracolandia-vazia-moradores-relatam-dispersao-de-usuarios-por-sao-paulo/>. Acesso em: 17 jun. 2025.
11. G1. Câmeras registram GCMs agredindo pessoas na véspera da Cracolândia ficar vazia. G1, 3 maio 2025. Vídeo (2min35s). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/13606098/>. Acesso em: 17 jun. 2025.
12. PORTO, Renan. “Caça-noia”: prefeitura diz apurar se usuários foram levados de van. Metrôpoles, São Paulo, 4 maio 2025. Disponível em: <https://www.metrolopes.com/sao-paulo/caca-noia-prefeitura-diz-apurar-se-usuarios-foram-levados-de-van>. Acesso em: 17 jun. 2025.





que afrontam o consentimento livre e esclarecido¹³.

Esse novo cenário impõe desafios ainda mais profundos à rede pública e à formulação de políticas públicas eficazes. A dispersão forçada, como se verá ao longo deste relatório, rompe vínculos estabelecidos, fragmenta os territórios de cuidado, dificulta o trabalho das equipes de saúde e assistência social e favorece a multiplicação de novas cenas de uso por toda a cidade.

Sendo assim, o presente documento — com suas análises, diretrizes e recomendações — assume um papel ainda mais relevante como instrumento de incidência política e institucional. Ainda que tenha sido produzido antes da mais recente dispersão em larga escala, mantém plena atualidade e capacidade de apontar caminhos para o enfrentamento da nova realidade, marcada pela intensificação das violações de direitos e pelo enfraquecimento das ações de saúde, assistência social e cuidado no território.

13. RODRIGUES, André Shalders. Internações forçadas e remoção de dependentes químicos sem ordem judicial geram críticas à gestão Ricardo Nunes. BBC News Brasil, São Paulo, 5 abr. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd19lk96gr3o>. Acesso em: 17 jun. 2025.



3. Composição do GTI e participação pública

O GTI optou por adotar como princípio o pluralismo de vozes e saberes, sendo composto oficialmente por diversos setores, sendo eles: representantes do Legislativo Municipal e Estadual (membros da CDDCH-CMSP e da CDD-ALESP); do Conselho Municipal de Políticas sobre Álcool e Drogas (COMUDA), do Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas (CONED/SP); do Comitê de Políticas para a População em Situação de Rua (Comitê PopRua); do Ministério Público; da Defensoria Pública do Estado; da Comissão de Direitos Humanos da OAB (CDH — OAB); além de representantes de organizações da sociedade civil, moradores e comerciantes da região, conviventes da cena de uso aberto e pesquisadores especialistas sobre o tema.

Ainda, foram convidados a participar dos trabalhos representantes das Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social; Saúde; Segurança Urbana; Direitos Humanos e Cidadania; Habitação; Governo Municipal; e Assuntos Estratégicos; bem como representantes das Secretarias Estaduais de Saúde, Desenvolvimento Social, Justiça e Cidadania e Segurança Pública.

Cabe destacar que as atividades do GTI não se restringiram à participação de seus membros formais, uma vez que as reuniões foram amplamente divulgadas e realizadas de forma aberta ao público. Assim, também foram registradas, ao longo dos encontros, as presenças de profissionais da saúde e da assistência social, lideranças comunitárias, representantes de movimentos sociais, parlamentares não integrantes do GTI, entre outros participantes.

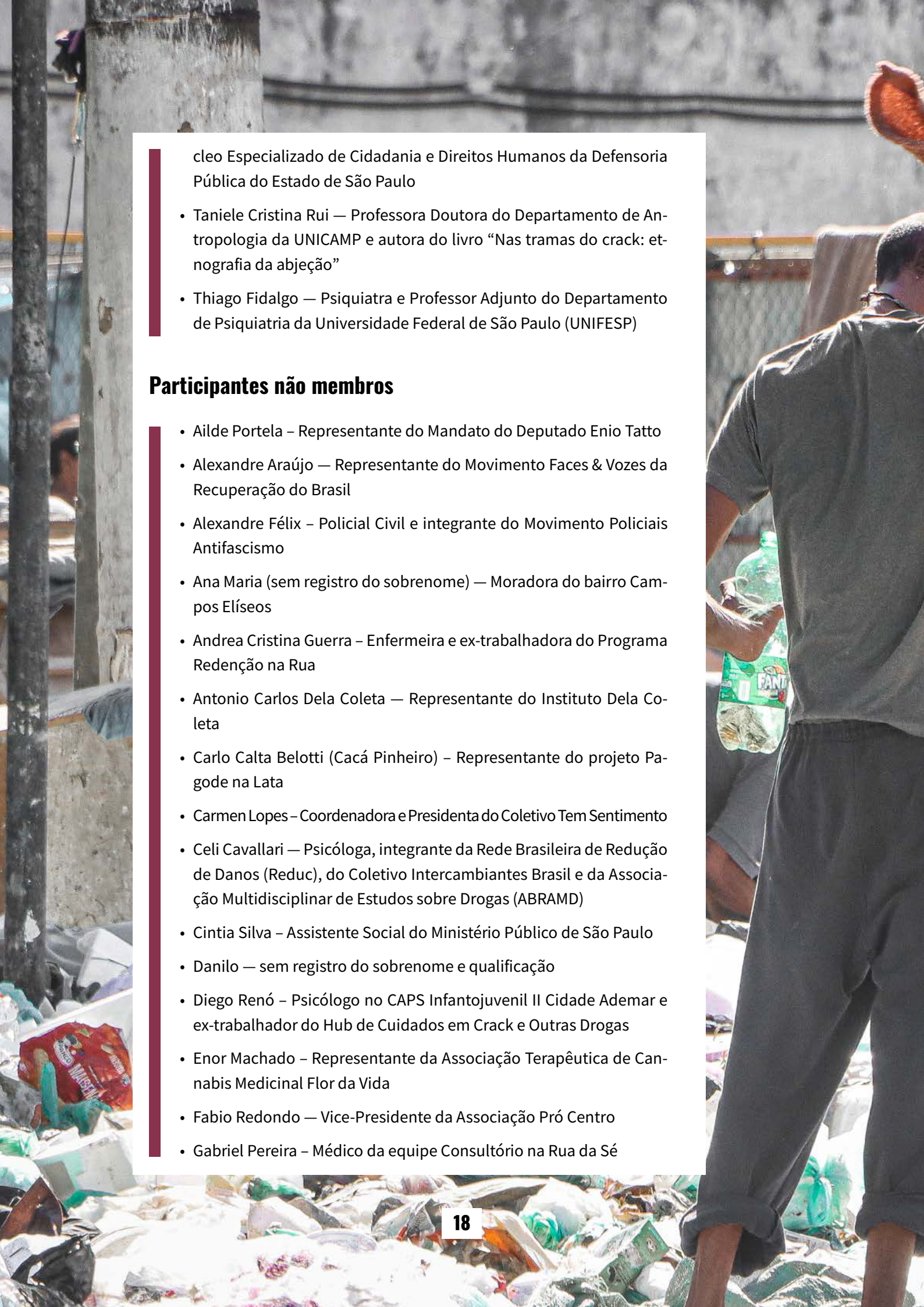
A expressiva participação pode ser observada na lista a seguir, que reúne todas as 82 pessoas que estiveram presentes em ao menos uma das atividades realizadas, incluindo tanto os integrantes oficiais do GTI quanto demais participantes não membros.

Membros

- Ananda Portaro – Representante da organização social Centro de Convivência É de Lei
- Andreia Nascimento — Representante da Ouvidoria das Políticas
- Antonio de Souza — Comerciante no bairro Campos Elíseos

- Arthur Pinto Filho – Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo na área de Direitos Humanos e Saúde Pública
- Bruna Andrade – Integrante da organização social Iniciativa Negra Para Uma Nova Política Sobre Drogas
- Cecília Galicio — Vice-Presidente do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool (COMUDA), Conselheira do Conselho Estadual de Políticas de Drogas (CO-NED) e Conselheira do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD)
- Cleberson Charles Souza — Representante da Associação Geral do Centro de São Paulo e morador da região
- Cleiton Ferreira (Dentinho) — Representante da organização social Centro de Convivência É de Lei, artista plástico, morador da região central e representante dos conviventes do fluxo da “Cracolândia”
- Dani Amorim – Representante da organização social Centro de Convivência É de Lei
- Edsom Ortega — Secretário Executivo de Projetos Estratégicos da Prefeitura Municipal de São Paulo
- Eduardo Suplicy — Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais
- Eduardo Tostes — Promotor de Justiça Assessor no Centro de Apoio Operacional Cível e Tutela Coletiva na área da Saúde Pública
- Ely Teruel — Vereadora e Membro da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo
- Fernanda Balera – Defensora Pública e Coordenadora do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo
- Flavio Falcone — Médico e representante do projeto Teto Trampo e Tratamento (TTT)
- Flávio Campos – Representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil
- Guto Zacarias – Deputado Estadual por São Paulo
- Isabel Figueiredo – Representante da Secretaria de Governo Municipal de São Paulo
- Isabela Lemos – Coordenadora de Políticas sobre Drogas da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo
- Jairo Chabariery Filho — Inspetor Superintendente e Diretor da Divisão de Defesa e Vigilância Ambiental da Secretaria Municipal de Segurança Urbana de São Paulo
- João Carlos Cardoso Júnior – Morador do bairro Campos Elíseos

- João Carlos de Souza – Morador do bairro Campos Elíseos
- Juliana Borges — Coordenadora de advocacy da organização social Iniciativa Negra Para Uma Nova Política Sobre Drogas
- Luna Zarattini — Vereadora de São Paulo e Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo
- Luana Alves – Vereadora e membra da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo
- Lydia Gama – Advogada e representante do projeto Teto Trampo e Tratamento (TTT)
- Marcos Muniz – Presidente do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Alcool (COMUDA) de São Paulo
- Marcos Paulo de Oliveira Alves — Representante da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo
- Maria Angélica Comis – Representante da organização social Centro de Convivência É de Lei
- Mateus Yasbeck — Representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil
- Matuzza Sankofa — Representante da organização social Centro de Convivência É de Lei
- Paula Nunes da Bancada Feminista — Deputada Estadual e Vice-presidente da CPI da Epidemia do Crack na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
- Professor Toninho Vespoli – Vereador e membro da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo
- Rildo Marques — Representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil
- Rodrigo Vilardi — Major e membro da Coordenadoria de Políticas em Segurança Pública da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo
- Roseli Kraemer — Integrante do Comitê Intersectorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua (Comitê Pop Rua)
- Silvia Ferraro da Bancada Feminista — Vereadora e membra da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo
- Soninha Francine — Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo
- Sônia Maria Pereira — Moradora do bairro Campos Elíseos
- Surrailly Fernandes Youssef — Defensora Pública e Coordenadora Auxiliar do Nú-



cleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

- Taniele Cristina Rui — Professora Doutora do Departamento de Antropologia da UNICAMP e autora do livro “Nas tramas do crack: etnografia da abjeção”
- Thiago Fidalgo — Psiquiatra e Professor Adjunto do Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Participantes não membros

- Ailde Portela – Representante do Mandato do Deputado Enio Tatto
- Alexandre Araújo — Representante do Movimento Faces & Vozes da Recuperação do Brasil
- Alexandre Félix – Policial Civil e integrante do Movimento Policiais Antifascismo
- Ana Maria (sem registro do sobrenome) — Moradora do bairro Campos Elíseos
- Andrea Cristina Guerra – Enfermeira e ex-trabalhadora do Programa Redenção na Rua
- Antonio Carlos Dela Coleta — Representante do Instituto Dela Coleta
- Carlo Calta Belotti (Cacá Pinheiro) – Representante do projeto Pagode na Lata
- Carmen Lopes – Coordenadora e Presidenta do Coletivo Tem Sentimento
- Celi Cavallari — Psicóloga, integrante da Rede Brasileira de Redução de Danos (Reduc), do Coletivo Intercambiantes Brasil e da Associação Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (ABRAMD)
- Cintia Silva – Assistente Social do Ministério Público de São Paulo
- Danilo — sem registro do sobrenome e qualificação
- Diego Renó – Psicólogo no CAPS Infantojuvenil II Cidade Ademar e ex-trabalhador do Hub de Cuidados em Crack e Outras Drogas
- Enor Machado – Representante da Associação Terapêutica de Cannabis Medicinal Flor da Vida
- Fabio Redondo — Vice-Presidente da Associação Pró Centro
- Gabriel Pereira – Médico da equipe Consultório na Rua da Sé



- Gabrielle Dias – Coordenadora Executiva do Programa Redenção da Secretaria Municipal de Saúde
- Ivanete Araújo – Coordenadora do Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ)
- Jorge Louco — Ativista do Movimento por Praças, Parques e Espaços Culturais

- Joseph Hanna – Comerciante do bairro Santa Ifigênia
- Luiza Ribeiro – Terapeuta ocupacional e representante do Fórum VivaSUS
- Lírio Negro — Moradorx de hotel social e artista plásticx
- Marcelo Ribeiro – Psiquiatra e ex-Diretor do Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas (CRATOD)
- Marcone Moraes — Presidente da Associação Pró Centro
- Maria Izabel Fernandes – Representante do Mandato da Deputada Federal Érika Hilton
- Natasha Inessa – Funcionária do CAPS IV AD Redenção
- Raquel Carvalho — Ex-funcionária do Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas (CRATOD) e moradora da região central
- Regina Ribeiro – Coordenadora de Equipe do “Redenção na Rua”
- Roberto Otaviano – Trabalhador da Rede de Educação e ex-trabalhador do CAPS AD III Jardim Ângela
- Robson Mendonça — Presidente do Movimento Estadual da População em Situação de Rua
- Rodolpho Furlan — Chefe de Gabinete da Subprefeitura da Sé
- Rosângela Nimia – Gestora do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) AD IV Redenção
- Rose (sem registro do sobrenome) – Moradora do bairro Campos Elíseos
- Silvana Perazzoli — sem registro da qualificação
- Thiago Bezerra – Psicólogo, trabalhador do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e Coordenador do Programa Redenção pela Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos da Prefeitura Municipal de São Paulo
- Viviana Torrico – Representante do projeto Solidariedade Vegan
- Vitoria Regina – Integrante do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo (CONDEPE-SP)
- Wellington (sem registro do sobrenome) — morador do bairro Campos Elíseos
- Yuri (sem registro do sobrenome) — Morador do bairro Campos Elíseos
- Yuri Katayama – Assistente Social do Ministério Público de São Paulo

4. Trabalhos realizados pelo GTI em 2023 e 2024

Os trabalhos do GTI realizados ao longo de 2023 e 2024 incluíram sete reuniões e uma visita ao território, que envolveu a ida a um serviço de saúde e a observação da própria cena de uso aberto de drogas conhecida como “Cracolândia”.

Este relatório também incorpora o conteúdo de uma reunião promovida pela CDDHC-CMSP, uma vez que, à época, não foi possível convocar formalmente o GTI para tratar de denúncias trazidas a público por trabalhadoras e trabalhadores da rede pública de saúde atuantes em serviços voltados à saúde mental e ao cuidado de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas.

Os encontros foram estruturados a partir de um cronograma temático de reuniões, elaborado coletivamente pelos membros, com o objetivo de garantir uma abordagem multissetorial diante dos principais desafios enfrentados no território.

Ainda, foi feita uma visita ao território, realizando-se uma diligência ao Centro de Atenção Psicossocial IV Álcool e Drogas Redenção (CAPS IV AD Redenção), onde os membros do GTI dialogaram com a equipe técnica a partir de perguntas previamente elaboradas com base nas denúncias recebidas em reuniões anteriores.

Após a visita ao CAPS, os membros do GTI se deslocaram até a Rua dos Protestantes, onde se encontrava, naquele momento, o chamado “fluxo da Cracolândia”, para observar in loco a cena de uso aberto de drogas.

Os trabalhos do GTI realizados em 2023 e 2024 podem ser resumidos, portanto, nas seguintes atividades:

- **1ª Reunião** (realizada na CMSP em 02/03/2023): discussão do “Plano de Atendimento a Pessoas com Uso Problemático de Álcool e outras Drogas” dos Governos Municipal e Estadual, com foco na análise das diretrizes políticas recém-lançadas e a ausência de participação social em sua formulação;
- **2ª Reunião** (realizada na ALESP em 22/06/2023): debate sobre o território da “Cracolândia” e as cenas abertas de uso de drogas em São Paulo, com contextualização histórica e crítica das principais intervenções urbanas, sanitárias e policiais que marcaram a região;
- **3ª Reunião** (realizada na CMSP em 14/09/2023): apresentação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, com destaque para ações voltadas à população em situação de rua e políticas de proteção e cuidado;
- **4ª Reunião** (realizada na ALESP em 23/10/2023): escuta, apresentação e diagnósti-

co por parte das Secretarias Estaduais e Municipais, visando compreender os planejamentos setoriais em curso e suas articulações interinstitucionais;

- **5ª Reunião** (realizada na CMSP em 23/11/2023): encontro com moradores e comerciantes da região central, escutando suas experiências com os impactos sociais, urbanos e securitários do fenômeno da “Cracolândia”;
- **6ª Reunião** (realizada na CMSP em 09/05/2024): escuta de trabalhadoras e trabalhadores da rede de saúde pública, especialmente aqueles vinculados à saúde mental, à redução de danos e aos serviços de atenção psicossocial;
- **Reunião da CDDHC** (realizada na CMSP em 04/06/2024): escuta dos colaboradores do Programa Redenção na Rua e do HUB de Cuidados em Crack e Outras Drogas do Governo de São Paulo.
- **Visita ao território** (realizada em 02/07/2024): visita ao CAPS IV AD Redenção, com apresentação de perguntas à equipe, e visita à cena de uso aberto de drogas localizada na Rua dos Protestantes / Rua dos Gusmões.
- **7ª Reunião** (realizada na CMSP em 08/08/2024): escuta das entidades do terceiro setor, coletivos e organizações da sociedade civil que atuam no território, trazendo práticas autônomas, denúncias e contribuições concretas a partir da experiência de base.

Cabe pontuar que o cronograma inicial previa a realização de mais encontros, com foco específico em temas como assistência social, moradia, segurança, geração de renda, escolaridade e cultura. No entanto, não houve tempo hábil para a sua realização.

Ainda assim, avaliou-se que grande parte desses temas foi contemplada nas discussões realizadas ao longo dos encontros efetivados, tendo em vista a amplitude das informações trazidas pelos participantes de diversos setores, o que mitigou eventuais prejuízos aos objetivos do grupo.

Portanto, considera-se que a intencionalidade política do GTI de construir uma abordagem plural, crítica e propositiva, capaz de articular diferentes visões sobre o território, foi alcançada com as ações desenvolvidas ao longo do período.

5. Metodologia do relatório

A elaboração do presente relatório baseou-se em uma abordagem participativa e qualitativa, priorizando a escuta ativa e a valorização das contribuições de todos os atores envolvidos.

Inspirando-se na tradição da pesquisa-ação (THIOLLENT¹⁴, 2011), a metodologia adotada reconhece que o conhecimento produzido sobre realidades sociais complexas, como a da “Cracolândia”, deve emergir da interação entre sujeitos diversos, em um processo de construção dialógica que articule saberes técnicos, populares e institucionais.

Conforme argumenta Orlando Fals-Borda¹⁵ (1985), é imprescindível valorizar o “conhecimento situado” dos grupos diretamente afetados pelas políticas públicas, promovendo uma produção crítica e emancipatória do saber.

A pluralidade dos sujeitos envolvidos reforça a necessidade de métodos que acolham diferentes perspectivas e experiências, nos moldes propostos por Carlos Rodrigues Brandão¹⁶ (2021), para quem a escuta qualificada deve ser entendida como prática política e epistemológica central à formulação de políticas públicas justas.

A metodologia adotada buscou preservar o máximo possível a integralidade das falas e experiências compartilhadas ao longo dos encontros. Nesse sentido, privilegiou-se uma abordagem qualitativa centrada na análise de conteúdo (FRANCO¹⁷, 2018), que permite identificar sentidos, recorrências e contradições nas falas dos participantes, sem reduzir suas narrativas a categorias estanques.

A escuta, como metodologia crítica, foi entendida como prática de reconhecimento e abertura, nos moldes de Boneti e Dimenstein¹⁸ (2021), que afirmam que a escuta é um dispositivo potente na construção de políticas públicas territorializadas.

Assim, o processo de elaboração do relatório compreendeu as seguintes etapas:

- **Transcrição integral das reuniões:** todas as reuniões foram transcritas em sua íntegra, compondo o documento-base intitulado “Transcrição do Inteiro Teor das Reuniões do GTI da “Cracolândia” (2023–2024)”, que pode ser acessado por meio do QR Code disponibilizado na página 25 deste relatório. A transcrição completa visa garantir a rastreabilidade do processo e o respeito à palavra de cada sujeito,

14. THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

15. FALS-BORDA, Orlando. Conhecimento e poder popular: lições com camponeses colombianos. São Paulo: Cortez, 1985.

16. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é método Paulo Freire. 31. ed. São Paulo: Brasiliense, 2021.

17. FRANCO, Maria Amélia Santoro Bruno. Análise de conteúdo. Brasília: Liber Livro, 2018.

18. BONETI, Aline; DIMENSTEIN, Magali. A escuta como método: pesquisa, participação e políticas públicas. São Paulo: Hucitec, 2021.

conforme preconiza Minayo¹⁹ (2014), ao defender a fidelidade ética e epistemológica na produção e comunicação do conhecimento.

- **Elaboração de resumos das falas dos participantes:** buscou-se sintetizar as principais contribuições apresentadas pelos participantes em cada reunião, relatando as informações e opiniões trazidas por estes da forma mais fidedigna possível. As contribuições foram tratadas com equidade, sem privilegiar posições institucionais em detrimento das falas populares, em consonância com o compromisso ético do GTI com a escuta qualificada e democrática. Nesse ponto, inspiramo-nos na pedagogia freiriana (BRANDÃO²⁰, 2021), que propõe o diálogo horizontal e a valorização dos saberes historicamente marginalizados.
- **Sistematização temática do conteúdo debatido:** visando organizar o conteúdo debatido, os principais assuntos que orientaram as falas dos participantes foram divididos em temas principais. Dentro de cada tema foram elencadas informações relevantes trazidas por um ou mais participantes (relatos, denúncias, opiniões, etc.). As referências em rodapé permitem identificar quem trouxe determinada contribuição e em qual reunião ela foi feita.
- **Extração de diretrizes e recomendações:** com base nas falas e nos consensos mínimos construídos ao longo das reuniões, foram sistematizadas diretrizes e recomendações acerca de políticas públicas e outros tipos de ações. Tal etapa reflete o compromisso com a ação transformadora que caracteriza as metodologias participativas (THIOLLENT²¹, 2011) e reconhece que “não há neutralidade possível” na análise de fenômenos atravessados por desigualdades históricas (MINAYO²², 2014).

Os próximos tópicos deste relatório, portanto, consistem nos resumos das falas dos participantes nas reuniões realizadas, na síntese dos principais temas debatidos e, por fim, nas diretrizes e recomendações formuladas a partir das discussões.

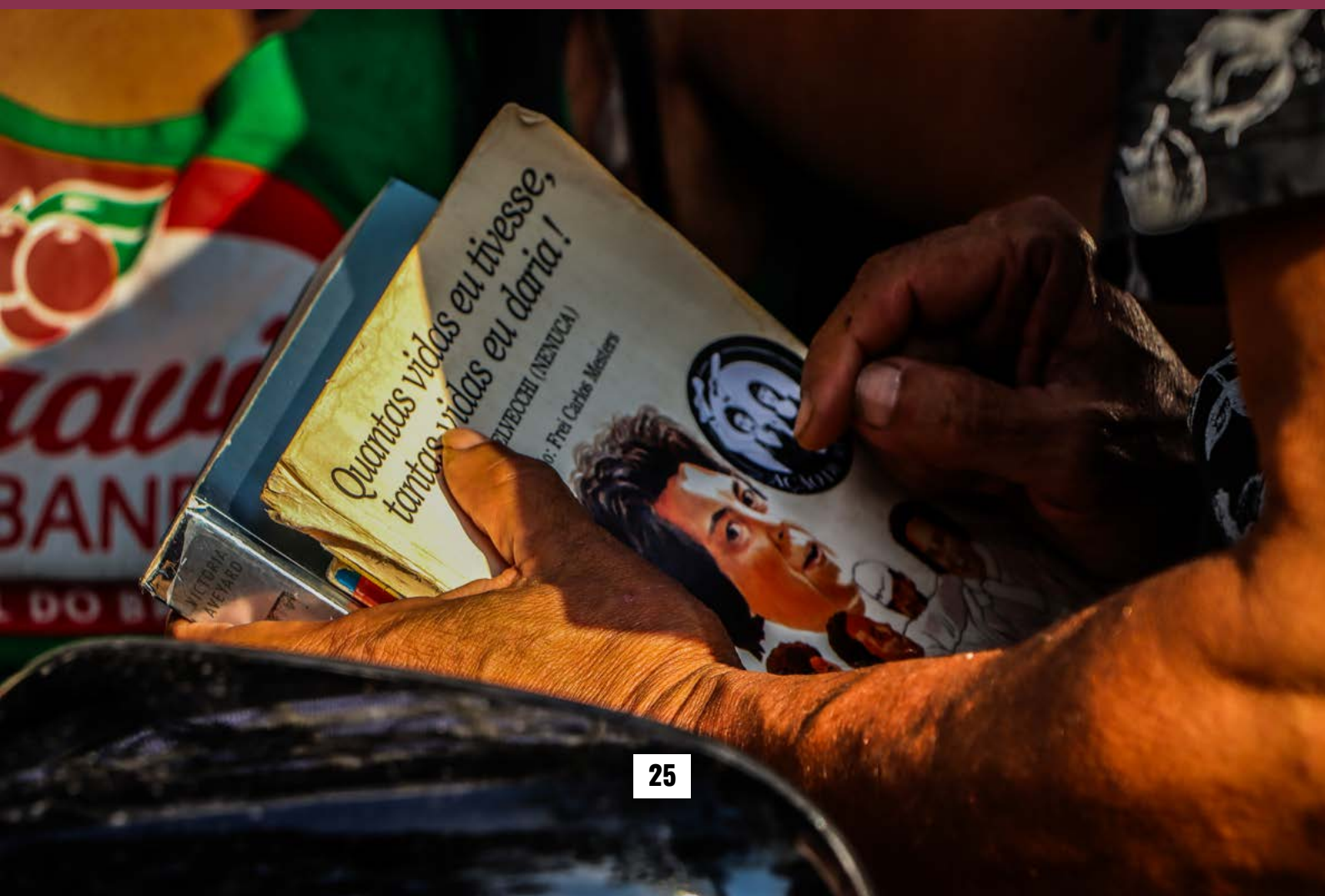
Ressalta-se que a versão impressa deste relatório não inclui os resumos das falas, em razão de sua extensão. Essa parte pode ser consultada na versão completa, disponível por meio do QR Code localizado na página 25.

19. MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
20. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é método Paulo Freire. 31. ed. São Paulo: Brasiliense, 2021.
21. THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
22. MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

6. Materiais complementares

1. Relatório na íntegra
2. Transcrição das reuniões
3. Gravação da 1ª Reunião
4. Gravação da 2ª Reunião
5. Gravação da 3ª Reunião
6. Gravação da 5ª Reunião
7. Gravação da 6ª Reunião
8. Gravação da 7ª Reunião
9. Gravação da Reunião da CDDHC

Acesse pelo QR Code



7. Resumos das reuniões

7.1 1ª Reunião (realizada na CMSP no dia 02/03/2023)

“Plano de Atendimento a Pessoas com Uso Problemático de Álcool e outras Drogas” dos Governos Municipal e Estadual

A primeira reunião buscou debater o plano de ação voltado ao atendimento de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas em cenas abertas (à época recém-lançado) dos Governos Municipal e Estadual de São Paulo, tendo em vista que o referido plano foi lançado sem qualquer consulta à sociedade civil. Durante a reunião, os participantes fizeram questionamentos e críticas ao plano governamental, abordando temas como justiça terapêutica, o papel da segurança pública, métodos de tratamento, atuação do CRATOD, acesso a programas sociais e a eficácia de internações. A ausência de alguns representantes governamentais também foi ressaltada.

Presentes:

- Eduardo Suplicy - Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais (membro do GTI)
- Luna Zarattini – Vereadora e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (membra do GTI)
- Isabela Lemos – Coordenadora de Políticas sobre Drogas da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (membra do GTI)
- Rodolpho Furlan - Chefe de Gabinete da Subprefeitura da Sé
- José Eduardo Bexiga – Coronel e representante da Subprefeitura da Sé
- Cecília Galício - Vice-Presidente do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool (COMUDA), Conselheira do Conselho Estadual de Políticas de Drogas (CONED) e Conselheira do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD) (membra do GTI)
- Arthur Pinto Filho – Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo na área de Direitos Humanos e Saúde Pública (membro do GTI)
- Eduardo Tostes - Promotor de Justiça Assessor no Centro de Apoio Operacional Cível e Tutela Coletiva na área da Saúde Pública (membro do GTI)
- Maria Angélica Comis – Representante da organização social Centro de Convivência É de Lei (membra do GTI)

- João Carlos Cardoso Júnior – Morador do bairro Campos Elíseos (membro do GTI)
- Roseli Kraemer - Integrante do Comitê Intersectorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua (Comitê Pop Rua) (membra do GTI)
- Cleberson Charles Souza - Representante da Associação Geral do Centro de São Paulo e morador da região (membro do GTI)
- Juliana Borges - Coordenadora de advocacy da organização social Iniciativa Negra Para Uma Nova Política Sobre Drogas (membra do GTI)
- Flavio Falcone - Médico e representante do projeto Teto Trampo e Tratamento (TTT) (membro do GTI)
- Fernanda Balera – Defensora Pública e Coordenadora do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (membra do GTI)
- Marcos Muniz – Presidente do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool (COMUDA) de São Paulo (membro do GTI)
- Sônia Maria Pereira - Moradora do bairro Campos Elíseos (membra do GTI)
- Alexandre Félix – Policial Civil e integrante do Movimento Policiais Antifascismo

Relato das falas:

Eduardo Suplicy - Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais (membro do GTI)

Apontou que representantes de diversas áreas e entidades da sociedade civil foram convidados a contribuir com o debate, embora muitos representantes governamentais não tenham comparecido à reunião, o que gerou críticas e a promessa de insistência para sua presença nas próximas sessões. Mencionou, ainda, que a ausência de respostas às perguntas formuladas ao Executivo será tratada posteriormente, com a cobrança de respostas aos secretários municipais e estaduais.

Destacou a relevância da escuta das comunidades afetadas e de especialistas, reforçando a necessidade de integração entre os poderes Legislativo e Executivo para uma atuação mais eficaz. Defendeu a implementação de políticas sociais estruturais, como a renda básica de cidadania, apontando-a como uma ferramenta essencial para enfrentar a pobreza extrema e reduzir a vulnerabilidade que afeta muitos dos frequentadores da “Cracolândia”. Afirmou que a universalização desse direito pode oferecer alternativas reais a pessoas em situação de risco social, ajudando a combater causas estruturais da marginalização e do envolvimento com o tráfico.

Amanda Amparo - Assessora do Deputado Eduardo Suplicy

Informou que, apesar da ausência de alguns convidados, daria continuidade ao even-

to realizando as perguntas previamente elaboradas para o poder público. Explicou que os questionamentos haviam sido construídos coletivamente pelos membros do GTI e seriam direcionados às secretarias competentes.

Questionou, inicialmente, o conceito de justiça terapêutica previsto no novo plano lançado, contrapondo-o à política nacional de drogas que despenaliza o uso de substâncias. Indagou sobre a diferença no papel da segurança pública entre a antiga Operação Caronte e as ações atuais, a ausência de participação de coletivos e trabalhadores na formulação do plano, e os critérios adotados para definição dos métodos de tratamento.

Perguntou sobre a atuação do CRATOD no território, o acesso da população em uso problemático de substâncias aos programas de assistência financeira, e a eficácia das internações voluntárias e involuntárias. Questionou a composição do novo grupo de trabalho entre governo e prefeitura, a capacitação dos trabalhadores da ponta e os critérios de inclusão no programa Vila Reencontro.

Abordou questões relacionadas à ampliação das unidades de acolhimento vinculadas ao CAPS-AD, a criação de serviços não tipificados, o funcionamento da SCP recém-inaugurada, e a situação atual dos Centros de Convivência (CECCO). Perguntou sobre orçamento do Programa Redenção, práticas de zeladoria urbana, atuação da Coordenadoria de Política de Drogas, políticas de segurança pública voltadas à população em situação de rua e ações contra a arquitetura hostil e a aporofobia.

Luna Zarattini – Vereadora e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (membra do GTI)

Questionou a transparência do plano apresentado pela Prefeitura para a “Cracolândia”, cobrando a divulgação dos nomes dos médicos, especialistas e representantes da sociedade civil que teriam sido consultados em sua elaboração. Elogiou as contribuições dos membros do GTI e reafirmou seu engajamento na busca por uma cidade mais acolhedora.

Arthur Pinto Filho – Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo na área de Direitos Humanos e Saúde Pública (membro do GTI)

Criticou a proposta do governo municipal e estadual para a “Cracolândia”, destacando que, apesar de trazer alguns aspectos positivos – como a garantia de que não haveria prisões em massa de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas nem internações forçadas –, o plano ainda é muito vago em pontos fundamentais.

Lembrou a trajetória do CRATOD, que antes de 2012 era referência em capacitação de profissionais e tratamento de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, mas que, a partir daquele ano, se tornou um “mero entreposto” para encaminhar pessoas a comunidades terapêuticas de forma ineficaz. Questionou se o novo plano retomaria esse modelo falido ou se manteria a abordagem mais recente, focada em saúde mental.

Apontou a falta de clareza em outras propostas, como a construção de moradias (“Onde? Quando? Para quem?”) e a ausência de definições sobre o grupo de trabalho de justiça terapêutica. Criticou também a presença ostensiva e violenta da polícia na região,

em contraste com a quase inexistência de assistência social e saúde.

Alertou que a estratégia de dispersar as pessoas pelo centro piorou o acompanhamento pelos serviços sociais e gerou problemas para todos os envolvidos. Disse que o projeto ainda é “muito solto” e que pouco foi efetivado, deixando incógnito se o rumo será positivo ou negativo.

Eduardo Tostes - Promotor de Justiça Assessor no Centro de Apoio Operacional Cível e Tutela Coletiva na área da Saúde Pública (membro do GTI)

Apontou que o projeto apresentado para a “Cracolândia” contém alguns aspectos positivos, mas criticou o excesso de generalidades em sua formulação.

Maria Angélica Comis – Representante da organização social Centro de Convivência É de Lei (membra do GTI)

Criticou a ausência e a falta de respostas do poder público, situação que já é conhecida pelas organizações da sociedade civil que atuam na “Cracolândia”. Questionou como o diálogo poderia ser retomado, já que o governo municipal excluiu organizações da sociedade civil do Conselho Municipal de Álcool e Outras Drogas, limitando a participação de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas nas decisões políticas.

Problematizou a proposta apresentada pelo vice-governador sobre a atuação de organizações no CRATOD, indagando quais entidades poderiam desenvolver atividades em conjunto com o serviço, já que nenhuma consulta prévia foi feita a esses grupos. Classificou essa postura como uma falta de respeito do poder público, especialmente pela não resposta às perguntas elaboradas pelo grupo de trabalho interinstitucional entre a Câmara dos Vereadores e a Assembleia Legislativa. Enfatizou a importância da participação das organizações e das pessoas diretamente afetadas na construção de políticas públicas para a região.

João Carlos Cardoso Júnior – Morador do bairro Campos Elíseos (membro do GTI)

Apresentou uma questão urgente sobre a quadra 37 da Rua Helvetia, área desapropriada durante a desocupação do fluxo da “Cracolândia”. Alertou sobre os graves riscos no local, incluindo dois casos de desabamento e o fato de pessoas com uso problemático de drogas continuarem a danificar os prédios abandonados. Mencionou o aumento de casos de dengue devido ao acúmulo de água parada nos imóveis deteriorados. Criticou a inação da Defesa Civil, que foi acionada várias vezes sem tomar providências efetivas, e cobrou uma resposta imediata do Estado e da Prefeitura para resolver a situação, que coloca em risco a segurança de toda a comunidade local.

José Eduardo Bexiga – Coronel e representante da Subprefeitura da Sé

Reafirmou o compromisso do órgão com as ações de zeladoria pública na região central de São Paulo, especialmente no contexto da “Cracolândia”. Colocou-se à disposição para colaborar com os demais órgãos públicos no enfrentamento das questões relacionadas ao território.

Comentando sobre o desabamento recente de um imóvel, afirmou que o prédio já estava interditado e emparedado, mas vinha sendo invadido e utilizado por pessoas com uso problemático de drogas, o que contribuiu para a deterioração da estrutura. Ressaltou que a subprefeitura atua regularmente no emparedamento de imóveis e no cumprimento de decisões judiciais, em parceria com outros setores da Prefeitura, como a Defesa Civil.

Sobre a atuação da zeladoria urbana, defendeu que todas as ações seguem estritamente os decretos e normas legais vigentes. Esclareceu que, em relação aos “contra laces” — documentos entregues após a apreensão de pertences em espaços públicos —, mesmo quando não há apresentação do documento, os materiais são identificados e devolvidos ao proprietário, desde que haja comprovação. Informou que todos os procedimentos são devidamente registrados em relatórios e constam em processos judiciais. Afirmou que todas as denúncias feitas, inclusive aquelas relacionadas a possíveis violações contra a população em situação de rua, são apuradas e também já foram formalizadas em documentos encaminhados ao Tribunal de Justiça.

Roseli Kraemer - Integrante do Comitê Intersectorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua (Comitê Pop Rua) (membra do GTI)

Criticou as políticas públicas para a “Cracolândia”, denunciando a violência institucional e a falta de ações efetivas por parte do poder público. Relatou que a população em situação de rua é constantemente reprimida pela zeladoria urbana, destacando a remoção violenta de barracas e a ausência de soluções habitacionais. Questionou as promessas não cumpridas de vagas em abrigos e apontou que programas como De Braços Abertos e Vidas no Centro foram extintos sem alternativas viáveis.

Expôs a precariedade das condições de vida na região: falta de banheiros públicos, acesso à água e serviços básicos de saúde. Criticou a ausência do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) no atendimento de rua e alertou para o aumento da violência contra essa população. Acusou o governo de priorizar interesses imobiliários em detrimento de vidas humanas, denunciando a especulação imobiliária que desaloja pessoas sem oferecer alternativas.

Exigiu políticas baseadas em redução de danos e saúde pública, rejeitando abordagens punitivistas como internações compulsórias. Ressaltou a importância de ações coletivas e culturais para reinserção social, mas lamentou a falta de avanços concretos após anos de reuniões e diálogos. Desafiou as autoridades presentes a assumirem responsabilidade pela omissão em garantir direitos humanos básicos, concluindo que a realidade vivida pela população de rua é completamente ignorada pelo governo.

Cleberson Charles Souza - Representante da Associação Geral do Centro de São Paulo e morador da região (membro do GTI)

Reconheceu os esforços da Subprefeitura da Sé no atendimento às demandas de zeladoria, embora ressaltasse que os recursos são limitados para lidar com a complexidade da situação. Defendeu que as ruas não são locais adequados para tratar pessoas em situação de vulnerabilidade, criticando a ideia de que permanecer nas ruas seria um direito.

Denunciou a violência praticada por algumas pessoas com uso problemático de drogas, como roubos e agressões a moradores, e questionou se manter essas pessoas nas ruas sem tratamento adequado não seria perpetuar a violência. Argumentou que a lei deve ser cumprida, tanto para combater o tráfico quanto para garantir a segurança pública, e cobrou do Poder Executivo políticas eficazes de acolhimento, tratamento e reinserção social.

Propôs a criação de locais com assistência 24 horas, incluindo alimentação, higiene e acompanhamento profissional, mas criticou a falta de engajamento de entidades nesse sentido, sugerindo que a manutenção do caos pode ser lucrativa para alguns. Enfatizou a necessidade de soluções concretas, como moradia digna e tratamento prolongado, em vez de medidas paliativas como internações curtas que não resolvem o problema.

Pediu que o debate fosse focado em ações práticas, sem ideologias polarizadas, e alertou para a presença de criminosos no fluxo da “Cracolândia”, que exploram a vulnerabilidade das pessoas com uso problemático de drogas. Defendeu a fiscalização de recursos públicos e a implementação de políticas que garantam dignidade a todos, incluindo moradores e pessoas em situação de rua.

Juliana Borges - Coordenadora de advocacy da organização social Iniciativa Negra Para Uma Nova Política Sobre Drogas (membra do GTI)

Criticou a baixa representatividade do poder público no debate e propôs uma reflexão sobre quem tem direito à cidade, questionando a divisão artificial entre “nós” (moradores formais) e “eles” (população em situação de rua). Defendeu que a discussão sobre políticas públicas é inerentemente ideológica, rejeitando a ideia de neutralidade nas ações estatais.

Apontou falhas graves na gestão municipal, como a falta de comunicação entre serviços públicos e ausência de transparência nos dados. Criticou a abordagem repressiva do Estado, argumentando que direitos sociais se conquistam com mais direitos, não com violência, e alertou que o combate ao tráfico exige inteligência policial, não ações contra pessoas com uso de substâncias proibidas. Enfatizou a necessidade de ouvir as pessoas em situação de vulnerabilidade na formulação de políticas.

Flavio Falcone - Médico e representante do projeto Teto Trampo e Tratamento (TTT) (membro do GTI)

Defendeu que a rua não é lugar adequado para tratamento, mas ressaltou a necessidade de políticas baseadas em evidências científicas, criticando a polarização entre redução de danos e abstinência total. Argumentou que a abstinência compulsória como política pública é ineficaz, citando dados históricos sobre baixas taxas de sucesso, e alertou que a maioria das pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas são egressos do sistema prisional, onde há 3 mil vezes mais investimento em encarceramento do que em reinserção.

Elogiou a iniciativa da Secretaria Municipal de Assistência Social em capacitar 700 profissionais com metodologias de redução de danos, mas criticou a nova unidade de

cuidados prolongados da Prefeitura por exigir abstinência total por seis meses antes de acesso à moradia – modelo que beneficiará poucos e não resolverá o problema estrutural.

Propôs um pacto social para priorizar a moradia como base para qualquer política efetiva, enfatizando que soluções pessoais ou ideológicas devem ceder espaço a abordagens científicas e inclusivas. Destacou que a atual estratégia sem moradia só perpetua o sofrimento de todos – moradores, conviventes das cenas de uso e comerciantes da região.

Cecília Galicio - Vice-Presidente do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool (COMUDA), Conselheira do Conselho Estadual de Políticas de Drogas (CONED) e Conselheira do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD) (membra do GTI)

Criticou a ausência de representantes do poder público nas reuniões, questionando os espaços efetivos de prestação de contas à sociedade civil. Como vice-presidente do Conselho Municipal de Política de Drogas e Álcool, denunciou o esvaziamento deliberado desse conselho pelo poder público municipal, que ignorou reiterados convites para diálogo, violando o princípio constitucional de participação social na construção de políticas públicas.

Defendeu a urgência de fortalecer os conselhos de políticas sobre drogas como instâncias legítimas de controle social, apontando que esses espaços atualmente não contam com a participação adequada de moradores e pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas - grupos diretamente afetados pelas políticas. Criticou duramente a atual lei de drogas, classificando-a como responsável por um “estado de coisas inconstitucional” no sistema prisional brasileiro e pela marginalização de populações vulneráveis.

Argumentou que a crise na “Cracolândia” não é primordialmente sobre drogas, mas sobre miséria, e alertou que abordagens repressivas só agravam o problema. Ressaltou que ao município cabe promover saúde, educação e assistência social, não exercer perseguição penal.

Sônia Maria Pereira - Moradora do bairro Campos Elíseos (membra do GTI)

Listou diversos pontos turísticos e culturais do centro de São Paulo (como a Sala São Paulo, Praça da República e Teatro Municipal) que estão sendo perdidos devido à ocupação por pessoas em situação de rua e pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas.

Criticou a degradação progressiva desses espaços públicos, afirmando que moradores e turistas não podem mais usufruir deles devido à violência, sujeira e consumo aberto de drogas. Questionou a falta de tratamento digno para os conviventes da cena de uso aberto e alertou que as novas gerações estão crescendo sem conhecer a riqueza cultural da cidade.

Denunciou o aumento contínuo de impostos sem retorno em melhorias, a falta de diálogo entre secretarias e a não aplicação de leis existentes. Rejeitou qualquer tipo de violência, mas indagou até quando a população deverá conviver com medo, perda de patrimônios e restrição ao direito de ir e vir. Apelou por soluções urgentes para a crise que afeta tanto moradores com endereço fixo quanto a população em situação de rua.

Alexandre Félix – Policial Civil e integrante do Movimento Policiais Antifascismo

Destacou sua trajetória de 28 anos na segurança pública e defendeu que o papel fundamental da polícia deveria ser a promoção dos direitos humanos. Criticou a militarização das ações policiais no território, questionando por que a Guarda Civil Metropolitana atua com fuzis e tropas de choque em um espaço que deveria ser tratado como questão social. Apontou a seletividade do combate às drogas, que incide principalmente sobre populações negras e periféricas, enquanto o consumo em áreas ricas como Vila Madalena é menos fiscalizado.

Questionou a eficácia das políticas repressivas: solicitou informações sobre quantidades insignificantes de drogas apreendidas na “Cracolândia” (em média 40g por apreensão no Brasil) e denunciou a similaridade entre o regulamento da Guarda Civil Metropolitana e o regimento do Exército.

Defendeu como alternativa a legalização regulada das drogas pelo Estado (incluindo produção, distribuição e tratamento), comparando com o modelo já adotado para álcool e medicamentos. Alertou que a atual política de “guerra às drogas” acaba criminalizando pessoas que se parecem com ele - negras e periféricas - enquanto mantém estruturas de lucro com a miséria. Cobrou transparência de dados e maior fiscalização sobre as ações das forças de segurança no território, enfatizando a necessidade de repensar radicalmente as abordagens na “Cracolândia”.

Fernanda Balera – Defensora Pública e Coordenadora do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (membra do GTI)

Criticou duramente a atuação das forças policiais na Operação Caronte, denunciando detenções arbitrárias e ilegais de pessoas com uso problemático de drogas que aprofundaram a violência e o estigma na região.

Defendeu a urgência de políticas públicas baseadas em evidências científicas, propondo um modelo que priorize a moradia como primeiro passo para tratamento efetivo e posterior inclusão social. Alertou que das mais de 800 pessoas detidas na última fase da Operação Caronte, nenhuma estava em tratamento de saúde adequado, demonstrando o fracasso das abordagens repressivas.

Larissa D’Alkimin – Assessora do Deputado Eduardo Suplicy

Relatou as dificuldades enfrentadas pelo Grupo de Trabalho (GT) para estabelecer diálogo com o governo. Mencionou que convites foram enviados com 15 dias de antecedência às secretarias, com reiteraões e contatos telefônicos, mas mesmo assim poucos representantes compareceram.

Sugeriu a necessidade de um esforço coletivo envolvendo Ministério Público, OAB e Defensoria Pública para viabilizar uma mesa de diálogo onde todos os atores possam ouvir as explicações do governo sobre o novo plano para a “Cracolândia”. Destacou que o objetivo não era confrontar, mas simplesmente compreender as propostas governamentais, e enfatizou a importância de criar mecanismos mais eficazes para essa escuta conjunta.

7.2 2ª Reunião (realizada na ALESP no dia 22/06/2023)

O território da “Cracolândia” e as cenas abertas de uso de drogas em São Paulo

O foco da segunda reunião foi ampliar debater de forma mais ampla o território da “Cracolândia” e o fenômeno das cenas abertas de uso de drogas na cidade, de modo a traçar diagnósticos sobre a complexidade da região, as dinâmicas sociais, os impactos no entorno e as diferentes perspectivas sobre as causas e consequências das cenas abertas de uso. A discussão envolveu análises sobre políticas passadas, desafios atuais e a necessidade de abordagens intersetoriais para lidar com a questão territorial.

Presentes:

- Taniele Cristina Rui - Professora Doutora do Departamento de Antropologia da UNICAMP e autora do livro “Nas tramas do crack: etnografia da abjeção” (membra do GTI)
- Marcelo Ribeiro – Psiquiatra e ex-Diretor do Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas (CRATOD)
- Arthur Pinto Filho – Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo na área de Direitos Humanos e Saúde Pública (membro do GTI)
- Paula Nunes da Bancada Feminista - Deputada Estadual e Vice-presidente da CPI da Epidemia do Crack na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (membra do GTI)
- Luna Zarattini – Vereadora e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (membra do GTI)
- Eduardo Suplicy - Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais (membro do GTI)
- Guto Zacarias – Deputado Estadual (membro do GTI)
- Ailde Portela – Representante do Mandato do Deputado Enio Tatto
- Jorge Louco - Ativista do Movimento por Praças, Parques e Espaços Culturais
- Marcone Moraes - Presidente da Associação Pró Centro
- Ana Maria (sem registro do sobrenome) - Moradora do bairro Campos Elíseos
- Fabio Redondo - Vice-Presidente da Associação Pró Centro
- Antonio Carlos Dela Coleta - Representante do Instituto Dela Coleta
- Raquel Carvalho - Ex-funcionária do Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas (CRATOD) e moradora da região central

- João Carlos de Souza – Morador do bairro Campos Elíseos (membro do GTI)
- Juliana Borges - Coordenadora de advocacy da organização social Iniciativa Negra Para Uma Nova Política Sobre Drogas (membra do GTI)
- Flávio Campos – Representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (membro do GTI)
- Flavio Falcone - Médico e representante do projeto Teto Trampo e Tratamento (TTT) (membro do GTI)
- Cleberson Charles Souza - Representante da Associação Geral do Centro de São Paulo e morador da região (membro do GTI)
- Yuri (sem registro do sobrenome) - Morador do bairro Campos Elíseos
- Antonio de Souza - Comerciante no bairro Campos Elíseos (membro do GTI)
- Alexandre Araújo - Movimento Faces & Vozes da Recuperação do Brasil
- Danilo - sem registro do sobrenome e qualificação
- Silvana Perazzoli - sem registro da qualificação
- Celi Cavallari - Psicóloga, integrante da Rede Brasileira de Redução de Danos (Reduc), do Coletivo Intercambiantes Brasil e da Associação Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (ABRAMD)
- Cleiton Ferreira (Dentinho) - Representante da organização social Centro de Convivência É de Lei, artista plástico, morador da região central e representante dos conviventes do fluxo da “Cracolândia” (membro do GTI)

Relato das falas:

Eduardo Suplicy - Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais (membro do GTI)

Mencionou um episódio emblemático ocorrido quando era vereador: uma operação policial com 900 agentes que deslocou pessoas em situação de rua da região, seguida da declaração do prefeito de que a “Cracolândia” “havia acabado”, o que não se concretizou. Esse fato ilustrou a ineficácia de abordagens repressivas e a persistência do problema. Defendeu a renda básica universal como uma medida que poderia contribuir para a redução dos problemas sociais na “Cracolândia”, reforçando a necessidade de políticas públicas integradas e menos focadas em ações punitivas.

Taniele Cristina Rui - Professora Doutora do Departamento de Antropologia da UNICAMP e autora do livro “Nas tramas do crack: etnografia da abjeção” (membra do GTI)

Apontou que a primeira grande operação de dispersão ocorreu em 2012, sob justificativa de combate ao tráfico, mas acabou tornando a “Cracolândia” um problema público

amplamente debatido. Após essa ação, surgiram programas, como “De Braços Abertos” e “Recomeço” (2013-2016), que buscaram dialogar com a população local. Mencionou ainda que, nesse período, parte da Guarda Civil Metropolitana recebeu treinamento em redução de danos, criando uma inspetoria específica para essa abordagem.

Observou a vasta produção acadêmica e artística sobre a “Cracolândia”, ressaltando os trabalhos de quem viveu essa realidade. Relatou que, em 2017, uma nova operação violenta marcou a gestão Doria, provocando outra dispersão da população. Durante a pandemia, a Prefeitura emparedou áreas inteiras, forçando deslocamentos para comunidades terapêuticas, hospitais e até resultando em prisões provisórias.

Criticou o apagamento da memória das políticas de redução de danos e o desmonte dos serviços de assistência, prejudicando o acompanhamento dos beneficiários e a articulação com lideranças locais. Demonstrou preocupação com o destino das pessoas despejadas dos hotéis sociais do programa “De Braços Abertos”, encerrado na mesma gestão. Também condenou a violência policial, que tem ocupado o espaço das discussões sobre políticas de cuidado.

Sugeriu substituir a pergunta “por que a “Cracolândia” não acaba?” por “por que a “Cracolândia” continua?”, argumentando que o consumo de crack é apenas um reflexo de trajetórias de pobreza, violência, racismo e desigualdade estrutural. Criticou a visão “centro-centrada” da política de drogas e defendeu a necessidade de ampliar o debate para as periferias, cujas dinâmicas estão diretamente ligadas à “Cracolândia”, mas ainda são pouco consideradas.

Chamou atenção para uma questão que considerou urgente: a relação entre o Primeiro Comando da Capital (PCC) e as milícias em São Paulo. Contou que moradores do Centro já relataram que estão sendo cobrados por “proteção policial”, o que indicaria uma crescente infiltração dessas organizações criminosas. Alertou para a gravidade desse fenômeno e defendeu que o tema seja tratado com a seriedade que exige, com encaminhamentos concretos.

Marcelo Ribeiro – Psiquiatra e ex-Diretor do Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas (CRATOD)

Relatou a experiência de gestão do CRATOD entre 2013 e 2023, enfatizando a importância da estruturação no cuidado às pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, seja por abordagem psicossocial ou internação para abstinência. Apontou que o serviço atendeu até mil pessoas por mês na porta de entrada e lamentou seu fechamento, ressaltando o vínculo estabelecido com a comunidade.

Informou que, entre 2014 e 2018, o número de agentes de abordagem caiu de 80 para 20, impactando o atendimento. Durante sua gestão, foram assistidas 9 mil pessoas, majoritariamente homens solteiros, com idade média de 35 anos. Destacou que a permanência prolongada na “Cracolândia” aumentava a chance de continuidade no local. Ressaltou a mobilidade da população na “Cracolândia” e comparou o local a uma “cebola”, com muitas camadas, tendo em vista o número de pessoas em diferentes graus de

vulnerabilidade. Criticou as ações policiais que promoviam dispersão sem resolver o problema, defendendo a necessidade de suporte contínuo para evitar o retorno das pessoas às cenas de uso.

Pontuou que o Estado deve oferecer moradia e tratamento adequados, pois não é aceitável normalizar a vida nas ruas. Considerou as salas de uso seguro uma alternativa viável, mas insuficiente, sem opções concretas para quem deseja interromper o consumo. Concluiu que prover moradia digna seria economicamente mais vantajoso do que lidar com os danos sociais e financeiros decorrentes da permanência nas ruas.

Defendeu a necessidade de uma ação eficaz da Secretaria de Segurança Pública para transformar a cena aberta de uso de drogas em uma cena fechada, evitando que ela continue sob o comando do narcotráfico. Ressaltou a importância das ações de redução de danos, explicando que diferentes pessoas conseguem sair da “Cracolândia” por caminhos distintos, seja por meio da moradia ou do tratamento. Apontou que aproximadamente 15% das pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas sofrem de transtornos mentais graves e precisam ser retirados da cena, se necessário, até mesmo por meio da internação compulsória.

Arthur Pinto Filho – Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo na área de Direitos Humanos e Saúde Pública (membro do GTI)

Relatou que acompanha a “Cracolândia” desde 2012 e que as mesmas políticas ineficazes continuam sendo aplicadas. Destacou que a região tem muitas vítimas, incluindo as pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, moradores e trabalhadores, e lembrou as operações violentas de 2012, que buscavam forçar o tratamento, sem sucesso.

Criticou o alto gasto público com internações ineficazes e denunciou os métodos abusivos das comunidades terapêuticas. Mencionou que, em 2014, o programa De Braços Abertos trouxe avanços ao oferecer trabalho e moradia, mas foi descontinuado em 2017, quando novas operações repressivas e internações compulsórias foram adotadas. Afirmou que a dispersão das cenas de uso em 2022 dificultou o trabalho social, deixando apenas a repressão policial como política pública.

Ressaltou que a questão do crime organizado é de extrema gravidade e deve ser enfrentada no âmbito de uma política pública pautada na inteligência, com foco na identificação e responsabilização dos grandes traficantes, e não apenas na repressão ao pequeno varejista do tráfico.

Luna Zarattini – Vereadora e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (membra do GTI)

Destacou que mudanças de governo dificultam políticas públicas duradouras. Apon-
tou que a “Cracolândia” persiste por fatores como a disputa imobiliária, a política de higienização social, a força do crime organizado que lucra com o tráfico na região, e o aumento da vulnerabilidade social devido à fome, ao desemprego, à privatização, à terceirização e à redução das políticas públicas.

Destacou o racismo estrutural na abordagem policial e critica a repressão violenta que dispersa as pessoas nas cenas de uso sem oferecer alternativas concretas e prejudicando o trabalho de assistência social. Para enfrentar o problema, defende um olhar humanizado e políticas públicas integradas, com moradia, saúde, educação e emprego. Cita o programa “De Braços Abertos” e iniciativas como o projeto “Tem Sentimento”, que ajudou mulheres trans a saírem da rua e gerarem renda.

Criticou o fechamento de serviços essenciais, como o Bom Prato, como parte do processo de higienização do centro de São Paulo promovido pelo poder público. Afirma que a repressão sozinha não resolve o problema e reforça a necessidade de um debate amplo e soluções eficazes, mas sempre a partir do respeito aos direitos humanos.

Paula Nunes da Bancada Feminista - Deputada Estadual e Vice-presidente da CPI da Epidemia do Crack na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (membra do GTI)

Criticou a visão apresentada pelo vice-governador Felício Ramuth sobre a “Cracolândia”, que, apesar do cenário que este quis “pintar”, a segurança pública não tem sido eficaz na região central de São Paulo, pois a sensação de insegurança persiste. Apontou que a estratégia de dispersão adotada pelo Estado e pela Prefeitura não resolve o problema, apenas o espalha por diversos pontos da cidade. Além disso, criticou o fechamento de serviços públicos essenciais, como o Atende e o Bom Prato, e a remoção de pessoas de hotéis onde estavam abrigadas.

Denunciou a postura truculenta das forças de segurança, que impedem as pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas de permanecerem em um local fixo, forçando-os a circular continuamente, dificultando, assim, o atendimento dessas pessoas. Questionou a prisão delas, ressaltando que a legislação brasileira não prevê essa prática e que o foco deveria ser o combate ao tráfico (p. 77-78). Mencionou denúncias de extorsão a comerciantes por parte da Guarda Civil Metropolitana e de empresas de segurança privada supostamente ligadas a policiais militares, demonstrando a falha do Estado na garantia da segurança pública.

Criticou a priorização das comunidades terapêuticas no acolhimento de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas - que são amplamente denunciadas por torturas e por aplicarem terapias não reconhecidas cientificamente -, em detrimento da rede pública de saúde, como a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Defendeu uma abordagem baseada em ciência e políticas públicas eficazes, cobrando responsabilidade do Governo Estadual e da Prefeitura para garantir acolhimento, tratamento e reintegração social.

Jorge Louco - Ativista do Movimento por Praças, Parques e Espaços Culturais

Questionou a patologização de comportamentos e a medicalização excessiva. Fez uma analogia entre a epidemia de crack e a epidemia de gin do século XVI em Londres, sugerindo que o uso problemático de álcool e outras drogas é um fenômeno social e histórico. Citando o pesquisador Eliseu Carline, apontou que uma parcela significativa da população tem predisposição ao uso problemático de álcool e outras drogas e que essa

questão precisa ser encarada como um sintoma de problemas estruturais da sociedade.

Abordou as críticas de Foucault e Ângelo Gaiarsa sobre a sociedade moderna, afirmando que o sistema capitalista e os valores judaico-cristãos contribuem para a produção de doenças mentais. Ressaltou que a epidemia de doenças mentais e o uso do crack na rua são reflexos de um sistema falho.

Marcone Moraes - Presidente da Associação Pró Centro

Criticou a atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC) na região, afirmando que o tráfico de drogas explora e escraviza pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, impedindo qualquer tentativa de mudança. Ressaltou que o PCC não permite vender entorpecentes como “k9” ou crack na periferia, somente no Centro. Então, é preciso discutir o tráfico de drogas.

Questionou o uso do termo “Cracolândia”, pois acredita que a palavra mascara a gravidade do problema, remetendo ao conhecido parque de diversões norte-americano. Ressaltou a diferença entre conhecer a realidade e vivê-la, afirmando que tanto os conviventes das cenas de uso, quanto os moradores sofrem diretamente os impactos da crise na região central de São Paulo. Apontou que as políticas públicas adotadas nos últimos anos falharam, resultando no aumento do número de pessoas nas cenas de uso.

Enfatizou que a população residente na área também é vulnerável, formada majoritariamente por pessoas de baixa renda, mulheres e negros. Defendeu que o tráfico de drogas, em especial o papel do PCC, deve ser o foco das discussões, sugerindo a participação de especialistas no crime organizado em futuras audiências.

Yuri (sem registro do sobrenome) - Morador do bairro Campos Elíseos

Expressou sua indignação com a visão de que as pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas seriam apenas vítimas. Questionou essa narrativa ao relatar sua própria experiência, afirmando que mora no primeiro andar de um prédio onde há na rua mais de 500 pessoas fazendo uso de drogas, de modo que seus dois filhos são obrigados a inalar fumaça de entorpecentes continuamente e questionou se essa realidade seria aceitável para os demais presentes. Destacou que ele e outros moradores pagam impostos e cumprem suas obrigações, sugerindo que merecem atenção e proteção por parte do poder público.

Ana Maria (sem registro do sobrenome) - Moradora do bairro Campos Elíseos

Relatou que a “Cracolândia” na região não é um problema recente e que a situação piorou ao longo dos anos. Afirmou que há grande quantidade de drogas sendo consumidas abertamente e que crianças que moram na região são obrigadas a conviver diariamente com essa realidade. Criticou a normalização das cenas de uso. Defendeu a internação compulsória, afirmando que muitas pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas chegam a um estado extremo antes de parar. Apontou que assistentes sociais são hostilizados na região e a polícia age com violência só em outras áreas, fazendo com que as pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas migrem para o Centro.

Fabio Redondo - Vice-Presidente da Associação Pró Centro

Afirmou que, ao contrário do que alguns acreditam, os moradores e comerciantes da região conhecem profundamente a realidade da “Cracolândia”, pois convivem diariamente com seus impactos. Criticou a permissão para o uso de drogas em espaços públicos, ressaltando que a degradação das pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas acontece rapidamente. Ressaltou que as cenas de uso aberto impactam também moradores e trabalhadores da região, que vivem sob constante insegurança. Defendeu que não é possível tratar as pessoas dentro do fluxo, comparando a situação a tentar recuperar um alcoólatra dentro de um bar.

Destacou que a dispersão dos conviventes da cena de uso não resolveu o problema, apenas o deslocou para outras áreas, afetando mais pessoas. Defendeu que o que deve ser feito é combater o tráfico, pois os traficantes escravizam essas pessoas e não permitem que elas se tratem.

Argumentou que os conviventes da cena de uso devem ser retirados de lá e encaminhados a locais adequados para desintoxicação antes de receberem qualquer outro tipo de assistência. Defendeu que a ideia de redução de danos não funciona, pois o único caminho eficaz seria a interrupção do uso e o início do tratamento. Defendeu que a polícia precisa repreender, elogiou as operações policiais recentes, que resultaram na prisão de traficantes, e defendeu a necessidade de mais repressão ao tráfico.

Antonio Carlos Dela Coleta - Representante do Instituto Dela Coleta

Apresentou um projeto desenvolvido em Paulínia, em parceria com o Judiciário e o poder público local, que busca prevenir a criminalidade e promover a ressocialização de condenados por meio de ações concretas voltadas às famílias. O objetivo é reduzir os riscos de crianças e bebês filhos de criminosos ingressarem na criminalidade, fortalecendo laços afetivos e criando um sentimento de pertencimento e gratidão. Sugeriu que essa abordagem poderia ser aplicada na “Cracolândia” e se comprometeu a compartilhar os resultados do projeto com os interessados.

Raquel Carvalho - Ex-funcionária do Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas (CRATOD) e moradora da região central

Destacou que a questão da “Cracolândia” é complexa e não comporta soluções simplistas. Ressaltou que todos ali desejam melhorias para o território e que o debate deve contemplar diferentes perspectivas, incluindo a de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas. Defendeu a necessidade de diálogo e colaboração entre diferentes abordagens, como a redução de danos e a abstinência, em vez de tratá-las como opostas.

Criticou a desvalorização dos servidores públicos, relatando que, após anos de atuação no CRATOD, ouviu do Vice-Governador que os servidores atrapalham o serviço. Além disso, apontou problemas na condução de pessoas para comunidades terapêuticas sem planejamento adequado, citando o caso de uma pessoa levada a Ribeirão Preto e que teria recusado no tratamento, resultando em seu retorno a São Paulo e desperdício de dinheiro público. Alertou para o alto custo que ações como essas das operações policiais

e das ações repressivas, destacando que esses gastos impactam o orçamento público e nem sempre geram soluções efetivas.

João Carlos de Souza – Morador do bairro Campos Elíseos (membro do GTI)

Ressaltou que quando se diz que houve “expulsão” das pessoas de um local, desconsidera-se que os moradores da região foram expulsos primeiro, tendo deixado de poder frequentar praças e ruas nos arredores. Criticou a validação do conceito de “território da Cracolândia”, enfatizando que a área já era ocupada por moradores antes da chegada do fluxo.

Mencionou o programa “De Braços Abertos”, apontando que o trabalho dado às pessoas com uso problemático de drogas era apenas o de varrer ruas ao redor da “Cracolândia”, e que estes riam dos comerciantes. Ressaltou a ausência de pesquisas que analisem o impacto da “Cracolândia” sobre moradores, comerciantes e trabalhadores da região. Questionou a viabilidade da proposta de locais de uso controlado de drogas, desafiando os presentes a indicarem bairros que aceitariam tal iniciativa.

Expressou preocupação com a ideia de afastar a polícia militar da “Cracolândia”, argumentando que isso poderia fortalecer o tráfico de drogas na região. Disse que gostaria de saber quem são os financiadores das ONGs que trabalham no território.

Flávio Campos – Representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (membro do GTI)

Apontou que muitas pessoas que vivem na região chamada de “Cracolândia” não conseguem comparecer devido a dificuldades financeiras, constrangimentos sociais ou outras barreiras, o que restringe a diversidade de perspectivas representadas nas discussões.

Criticou o fato de que as pessoas que mobilizam interesses econômicos na “Cracolândia” permanecem ocultas e não participam desses debates. Ressaltou que poucos políticos realmente se envolvem na busca por soluções efetivas, enquanto a maioria apenas ouve e discute sem ações concretas.

Antonio de Souza - Comerciante no bairro Campos Elíseos (membro do GTI)

Destacou o sofrimento enfrentado por quem vive ou trabalha no entorno do chamado “fluxo”, mencionando casos de moradores que precisam ser acompanhados por outras pessoas até as suas casas, por não conseguirem chegar até lá sozinhas. Ressaltou que a realidade vivida pelos moradores e comerciantes é extremamente dura e, muitas vezes, incompreendida por autoridades e profissionais que não presenciam diretamente o cotidiano do local.

Enfatizou o papel fundamental dos pequenos comerciantes na sustentação da economia local. Criticou a falta de união entre os diferentes setores envolvidos no enfrentamento do problema e defendeu que a solução passa por diálogo, cooperação e uso de sabedoria coletiva, sem ataques à polícia, ao governo ou a qualquer outro grupo.

Expressou desconfiança sobre o papel desempenhado por algumas ONGs, alegando que, apesar dos recursos que recebem, o número de pessoas em situação de vulnerabili-

dade no território da “Cracolândia” só aumenta (p. 98). Questionou a efetividade dessas organizações e cobrou uma gestão mais eficiente dos recursos públicos, argumentando que há orçamento suficiente na cidade de São Paulo para oferecer dignidade à população em situação de rua.

Alertou para o agravamento do problema com a chegada de drogas ainda mais potentes, como o K9, conhecido como “crack do jacaré”, e apelou para que os representantes públicos e da sociedade civil se unam na construção de uma cidade mais justa e humana.

Juliana Borges - Coordenadora de advocacy da organização social Iniciativa Negra Para Uma Nova Política Sobre Drogas (membra do GTI)

Destacou os dados de uma pesquisa conduzida pela organização Iniciativa Negra para uma Nova Política, intitulada “Racismo e Gestão Pública: Custos das Políticas de Drogas na ‘Cracolândia’”, a qual envolveu entrevistas com moradores, pessoas com uso problemático de drogas, ativistas, trabalhadores de serviços e gestores públicos.

Contou que a pesquisa demonstrou os altos custos públicos voltados à segurança em detrimento de investimentos em saúde e políticas sociais, o que, para ela, evidencia a ineficácia dessas medidas na resolução de conflitos sociais e levando à conclusão de que a mediação de conflito e promoção de paz e promoção de direitos são saídas mais efetivas.

Ressaltou que as políticas de drogas aplicadas na “Cracolândia” não podem ser dissociadas da questão do racismo estrutural, uma vez que a maioria das pessoas afetadas são negras e oriundas das periferias. Criticou o fechamento de serviços públicos essenciais e explicou a importância das estratégias de redução de danos, desmistificando o conceito com exemplos do cotidiano, como o consumo responsável de álcool em eventos sociais.

Defendeu que o enfrentamento ao tráfico de drogas deve ocorrer por meio de ações de inteligência e articulação entre as esferas de poder público (federal, estadual e municipal) — e não por meio de confrontos ostensivos, que agravam a violência nos territórios e causam sofrimento psíquico também aos policiais envolvidos. Alertou para o adoecimento mental dos agentes de segurança. Contestou a narrativa de que substâncias como crack e K9 estariam ausentes das periferias, afirmando que há sim cenas de uso e comercialização dessas drogas nessas regiões.

Danilo - sem registro do sobrenome e qualificação

Defendeu que, para enfrentar de forma eficaz o problema do crack em São Paulo, é fundamental adotar uma postura de respeito, escuta e compreensão mútua. Destacou que tanto moradores quanto pessoas com uso problemático de drogas são vítimas da mesma situação. Defendeu que a única solução possível passa necessariamente pelas políticas públicas e pela atuação do Estado, sendo preciso discutir seriamente o papel das instituições e o desprezo com que, por vezes, os servidores públicos são tratados. Enfatizou que o atendimento às pessoas com uso problemático de drogas e moradores deve incluir acesso à saúde, lazer, higiene e condições mínimas de dignidade, defendendo que a ausência dessas políticas prejudica toda a população envolvida.

Ao tratar do tráfico de drogas, apontou a gravidade do cenário atual, afirmando que o PCC se consolidou como a maior organização criminosa do mundo, com atuação internacional. Criticou a abordagem simplista de repressão na “Cracolândia”, como a prisão de pequenos traficantes, que são rapidamente substituídos. Defendeu, assim, a formulação de uma política de segurança pública mais séria e estratégica, à altura da complexidade do problema. Denunciou práticas ilegais no próprio sistema de segurança, como a venda de proteção a moradores e comerciantes por agentes públicos.

Alexandre Araújo - Movimento Faces & Vozes da Recuperação do Brasil

Ressaltou que pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas não são pessoas más querendo ser boas, mas sim indivíduos com um problema de saúde que precisam de tratamento e, sobretudo, de recuperação. Apontou que o preconceito, o estigma e a discriminação ainda são grandes barreiras para esse processo.

Criticou o fato de o debate público no Brasil se concentrar exclusivamente em tratamento em clínica, comunidade terapêutica e hospital, sem considerar políticas voltadas à recuperação a longo prazo. Araújo comparou o uso problemático de álcool e outras drogas a outras doenças crônicas, como HIV e diabetes, que contam com políticas públicas bem estruturadas, enquanto a dependência segue marginalizada.

Lamentou a dificuldade de mobilizar atenção para a recuperação, frente a um discurso público que continua restrito à repressão, tratamento e internação. Alertou para o alto índice de abandono dos tratamentos e questionando a falta de estratégias eficazes para a permanência dos indivíduos em processos de recuperação.

Clebson Charles Souza - Representante da Associação Geral do Centro de São Paulo e morador da região (membro do GTI)

Criticou a ineficácia das políticas públicas implementadas nas últimas décadas, considerando-as paliativas, incompletas ou inócuas. Fez críticas ao programa “De Braços Abertos”, da gestão Haddad, afirmando que a iniciativa, embora tivesse pontos positivos, acabou se tornando porta de entrada para a multiplicação de pessoas em uso de álcool e outras drogas, já que pessoas em situação de dependência eram enviadas de outras cidades para a região da “Cracolândia”. Denunciou também o repasse direto de dinheiro às pessoas como uma falha grave do programa.

Defendeu a criação urgente de um espaço de diálogo efetivo entre os diferentes níveis de governo, legisladores, sociedade civil e organizações sociais. Para ele, é preciso estabelecer um pacto em que todos estejam dispostos a ceder em certos pontos para que se construa uma solução viável. Rejeitou a ideia de que viver nas ruas possa ser considerado uma forma de moradia e propôs que ONGs e outras entidades se unam para fiscalizar e cobrar melhorias reais dos serviços públicos, como os albergues.

Ressaltou a gravidade da situação no centro de São Paulo, afirmando que a região está refém do crime organizado e do narcotráfico. Reforçou que a presença da polícia é necessária, especialmente no trabalho de investigação.

Celi Cavallari - Psicóloga, integrante da Rede Brasileira de Redução de Danos (Reduc), do Coletivo Intercambiantes Brasil e da Associação Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (ABRAMD)

Alertou para o agravamento da situação no contexto pós-pandemia, especialmente em razão do colapso social e do adoecimento coletivo. Ressaltou que o consumo ocorre em todas as regiões da cidade e que é incorreto afirmar que o problema da “Cracolândia” surgiu há apenas 30 anos, lembrando que já havia situações semelhantes na região da Luz há mais de 50 anos.

Apontou para o risco de envolvimento das instituições públicas com organizações criminosas, como milícias, mencionando relatos de atuação dessas estruturas em São Paulo. Defendeu que a proibição das drogas alimenta o tráfico e citou experiências internacionais bem-sucedidas, como a da Holanda, que implementou salas de uso seguro e medidas de acolhimento mais dignas. Criticou duramente a criminalização da política de redução de danos.

Defendeu medidas como capacitação de profissionais, descriminalização do uso, implementação de salas de uso seguro e criação de programas de renda básica. Citou exemplos internacionais, como os do Uruguai e da Finlândia, para mostrar que é possível alcançar melhores resultados na saúde pública e na convivência social, destacando que, sem mudanças efetivas, o problema apenas se deslocará de lugar.

Silvana Perazzoli - sem registro da qualificação

Expressou que, em sua visão, faltava escuta verdadeira das vivências reais e defendeu que pessoas que já fizeram uso problemático de álcool e outras drogas deveriam ter espaço de fala nesses debates.

Levantou preocupações sobre a atuação das instituições de justiça, especialmente em relação ao tráfico de drogas. Afirmou que há uma responsabilização da Justiça na soltura de criminosos e na devolução de bens a traficantes contribui para o agravamento da crise vivida nas ruas. Disse ainda que chegou a ouvir de alguém, nos bastidores, que o crime organizado estaria presente até mesmo dentro das instituições políticas, o que, para ela, merece atenção e investigação.

Criticou o que chamou “indústria da vulnerabilidade”, afirmando que as pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas e pessoas em situação de rua estão sendo explorados e usados por interesses diversos. Defendeu que o foco do debate deve estar em libertar essas pessoas, oferecendo ajuda concreta e livre de ideologias.

Cleiton Ferreira (Dentinho) - Representante da organização social Centro de Convivência É de Lei, artista plástico, morador da região central e representante dos conviventes do fluxo da “Cracolândia” (membro do GTI)

Apresentou-se como morador do território da “Cracolândia” e como alguém que já viveu nas ruas e usou crack. Compartilhou sua experiência pessoal com o uso de crack, afirmando que, em determinados momentos, a droga funcionou como um mecanismo de sobrevivência diante da fome e do frio. Denunciou a falta de acesso a direitos básicos,

como banheiro e água, e afirmou que pessoas em situação de rua são perseguidas e tratadas como inimigas.

Defendeu a política de redução de danos como prática essencial para o cuidado com as pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, destacando que foi por meio dela que conseguiu reorganizar sua vida. Relatou que se tornou artista plástico durante sua participação no programa De Braços Abertos que, apesar de criticado, proporcionou momentos de criação e afastamento das drogas. Criticou a violência policial e os confrontos constantes, que geram traumas e sofrimento para moradores e famílias do território, inclusive com o uso de bombas de gás que afetam até mesmo residências próximas.

Apontou a ausência de políticas públicas efetivas, especialmente nas áreas de moradia, saúde, educação e cultura. Enfatizou que a solução não está em ações repressivas ou em albergues superlotados, mas em garantir acesso digno à cidade, com uma casa adequada, espaços de convivência e escuta, para que a pessoa tenha uma rede de cuidado e apoio.

Ressaltou que a “Cracolândia” não é apenas uma questão relacionada às drogas, mas um problema social complexo, envolvendo exclusão e falta de oportunidades. Concluiu a construção de soluções coletivas, baseadas no cuidado e na escuta, sem romantizar a situação e reforçou a necessidade de união e ação conjunta, afirmando: “Não estamos aqui para guerrear entre nós. A guerra já está posta. É hora de somar potências”.

7.3 3ª Reunião (realizada na CMSP no dia 14/09/2023)

Apresentação da Secretaria de Direitos Humanos

A terceira reunião foi dedicada à apresentação por parte da Secretária Soninha Francine sobre as ações e perspectivas da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) em relação à região conhecida como “Cracolândia”. Foi trazido pela Secretária a visão sobre o seu papel na coordenação de políticas, os eixos do programa Redenção (saúde, assistência social, trabalho e renda), os modelos de atendimento como os SIATs, a abordagem sobre redução de danos versus internação, e os planos para serviços como as Estações Cidadania. O contraponto com a visão de moradores sobre a implementação de algumas dessas políticas se destacou.

Presentes:

- Soninha Francine - Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (membra do GTI)
- Eduardo Suplicy - Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais (membro do GTI)
- Luna Zarattini – Vereadora e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (membra do GTI)

- Eli Teruel - Vereadora e Membro da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (membra do GTI)
- Professor Toninho Vespoli – Vereador e membro da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (membro do GTI)
- Sônia Maria Pereira - Moradora do bairro Campos Elíseos (membra do GTI)
- Cleberson Charles Souza - Representante da Associação Geral do Centro de São Paulo e morador da região (membro do GTI)
- João Carlos Cardoso Júnior – Morador do bairro Campos Elíseos (membro do GTI)
- João Carlos de Souza – Morador do bairro Campos Elíseos (membro do GTI)
- Alexandre Araújo - Representante do Movimento Faces & Vozes da Recuperação do Brasil
- Cleiton Ferreira (Dentinho) - Representante da organização social Centro de Convivência É de Lei, artista plástico, morador da região central e representante dos conviventes do fluxo da “Cracolândia” (membro do GTI)
- Roberto Otaviano – Trabalhador da Rede de Educação e ex-trabalhador do CAPS AD III Jardim Ângela
- Rose (sem registro do sobrenome) – Moradora do bairro Campos Elíseos
- Lírio Negro - Morador de hotel social e artista plástico
- Roseli Kraemer - Integrante do Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua (Comitê Pop Rua) (membra do GTI)
- Flávio Campos – Representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (membro do GTI)
- Eduardo Tostes - Promotor de Justiça Assessor no Centro de Apoio Operacional Cível e Tutela Coletiva na área da Saúde Pública (membro do GTI)
- Rodrigo Vilardi - Major e membro da Coordenadoria de Políticas em Segurança Pública da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (membro do GTI)

Relato das falas:

Luna Zarattini – Vereadora e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (membra do GTI)

Destacou a complexidade da situação da “Cracolândia”, enfatizando que se trata de uma questão multifacetada que envolve saúde pública, moradia, educação e cultura, não apenas segurança. Ela defendeu a necessidade de um debate amplo e intersetorial, reunindo diversos atores - desde moradoras até representantes do poder público - para buscar soluções efetivas.

Ressaltou a importância da participação de diversas secretarias municipais e agradeceu especialmente a presença da Secretária de Direitos Humanos, destacando a necessidade de políticas continuadas que transcendam gestões governamentais. Reconheceu as dificuldades do tema, mas reafirmou o compromisso do legislativo em buscar soluções estruturais.

Eduardo Suplicy - Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais (membro do GTI)

Recordou a criação da primeira comissão sobre a “Cracolândia” em dezembro de 2021, em parceria com a vereadora Erika Hilton, e mencionou a audiência pública realizada em junho de 2023 na Assembleia Legislativa que reuniu diversos especialistas e moradores para debater o tema. Destacou a importância de manter o respeito entre os participantes, apesar das divergências, com o objetivo comum de melhorar a qualidade de vida na região.

Solicitou que sugestões fossem enviadas por escrito para serem incorporadas aos trabalhos e defendeu a implementação da renda básica de cidadania como medida estrutural para reduzir a criminalidade, citando pensadores como Thomas More e Juan Luís Vives. Finalizou reforçando seu compromisso com essa proposta e com a busca de soluções para a “Cracolândia”.

Soninha Francine - Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (membra do GTI)

Destacou o papel central de sua pasta na coordenação das políticas públicas para a “Cracolândia”, destacando que a Secretaria participa ativamente de diversos conselhos e comitês interdisciplinares sobre o tema. Explicou que o programa Redenção, principal iniciativa municipal para a região, opera em três eixos complementares: saúde (com tratamento especializado), assistência social (com acolhimento em diferentes níveis) e geração de trabalho e renda (com programas de capacitação profissional).

Detalhando a estrutura de atendimento, descreveu o modelo dos SIAT I (Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica I), que oferecem desde abordagem direta no território (SIAT 1) até acolhimento em unidades afastadas da região central (SIAT 3). Criticou as visões polarizadas sobre redução de danos versus internação compulsória, argumentando que cada caso exige uma abordagem personalizada, com projetos terapêuticos singulares que considerem as particularidades de cada usuário. Nesse contexto, destacou a importância dos CAPs AD (especialmente o modelo 24h de porta aberta) e das Unidades de Acolhimento como serviços essenciais na rede de atenção psicossocial.

Expôs os desafios do “depois” - período crítico em que as pessoas concluem tratamentos ou capacitações, mas ainda necessitam de suporte para reinserção social. Reconheceu as limitações atuais, especialmente na geração de oportunidades concretas de trabalho após os programas de capacitação profissional, e anunciou planos para criar espaços produtivos onde os egressos possam aplicar os conhecimentos adquiridos. Nesse sentido, mencionou a importância das repúblicas terapêuticas e de iniciativas como o Programa Operação Trabalho (POT) Redenção.

Sobre as inovações em curso, apresentou o projeto das Estações Cidadania - espaços físicos permanentes que substituirão as estruturas temporárias criadas durante a pandemia, oferecendo não apenas serviços básicos como banho e lavanderia, mas também atendimento psicossocial e atividades culturais. Frisou que essas estações representam um avanço em relação ao antigo programa Vidas no Centro, incorporando uma perspectiva mais ampla de direitos humanos e cidadania.

Reconheceu a complexidade do desafio que exige a articulação de diferentes políticas públicas e atores sociais. Destacou especialmente a importância de superar visões simplistas e moralistas sobre o uso de drogas, defendendo abordagens baseadas em evidências e centradas na garantia efetiva de direitos para todos os envolvidos - pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, moradores e comerciantes da região.

Sônia Maria Pereira - Moradora do bairro Campos Elíseos (membra do GTI)

Criticou a ausência da voz dos moradores no documento técnico do último GTI, argumentando que, apesar de bem elaborado, o material não contemplava as experiências reais de quem vive diariamente os problemas da “Cracolândia”.

Defendeu com veemência a necessidade de incluir um capítulo específico para os moradores no relatório, justificando que são eles quem convivem 24 horas com os barulhos, odores e violência da região. Ressaltou sua experiência de cinco anos na luta por melhorias e observou que muitas soluções se repetem ao longo dos anos sem resolver efetivamente os problemas.

Sobre as políticas apresentadas pela secretária, elogiou iniciativas como o POT e as Estações Cidadania, considerando um avanço importante os espaços dignos para alimentação. No entanto, apontou problemas na implementação, como o tamanho insuficiente das unidades que geram filas em locais inadequados, como em frente a creches.

Refutou o estereótipo de que os moradores seriam favoráveis à truculência ou higienistas, afirmando que buscam soluções humanizadas tanto para os conviventes da cena de uso quanto para os residentes. Finalizou reforçando seu apoio às novas políticas, mas insistiu na importância de ouvir verdadeiramente quem vive no território, encerrando com um apelo por mais diálogo e respeito aos moradores.

Clebson Charles Souza - Representante da Associação Geral do Centro de São Paulo e morador da região (membro do GTI)

Relatou que os moradores enfrentam graves consequências psicológicas, como síndrome do pânico e depressão, devido ao convívio cotidiano com a violência e o tráfico. Questionou a falta de assistência a essas famílias e cobrou pesquisas acadêmicas que avaliem os reais impactos sociais e econômicos na região, citando, por exemplo, o risco de colapso do comércio local em áreas como a 25 de Março e Santa Efigênia.

Elogiou iniciativas de cuidado pós-internação para pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, mas argumentou que é preciso estender esse apoio às famílias afetadas pelo problema.

João Carlos Cardoso Júnior – Morador do bairro Campos Elíseos (membro do GTI)

Relatou o sofrimento e as dificuldades enfrentadas no cotidiano pelos moradores, como o medo ao sair de casa para trabalhar ou levar crianças à escola, especialmente em áreas com mudanças no fluxo de pessoas.

Propôs que, além das ações emergenciais, fosse trabalhada a prevenção, envolvendo escolas e políticas educativas para evitar que mais jovens se envolvam com drogas. Sugeriu a participação de representantes da educação e do turismo no debate, questionando quais iniciativas culturais e pedagógicas estavam sendo realizadas para combater o problema de forma estrutural.

João Carlos de Souza – Morador do bairro Campos Elíseos (membro do GTI)

Afirmou a importância de ouvir todos os lados envolvidos, defendendo que, em uma democracia, as vozes dos residentes locais também deveriam ser consideradas nos debates e relatórios, sendo necessário incluir a perspectiva da comunidade afetada.

Reconheceu avanços, mas alertou que a situação é urgente para quem vive na região. Questionou onde e como deveriam ser estabelecidos os locais de uso, caso essa proposta fosse considerada.

Rodrigo Vilardi - Major e membro da Coordenadoria de Políticas em Segurança Pública da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (membro do GTI)

Apresentou as ações realizadas pelo governo estadual no enfrentamento dos problemas da “Cracolândia”, destacando o trabalho conjunto com moradores e outras secretarias. Resaltou que as políticas públicas não podem ser definidas apenas pela segurança pública ou saúde, mas precisam ser construídas de forma participativa com a comunidade.

Entre os principais problemas enfrentados, citou a perturbação do sossego e a criminalidade, que violam direitos fundamentais dos moradores e comerciantes. Informou que a região concentra o maior número de roubos e furtos da capital, mas apontou uma redução de 15% a 20% nesses crimes nos primeiros meses do ano em comparação com 2022, evitando cerca de 1.500 vítimas. Contou que está em curso um diagnóstico criminal semanal, com transparência nos dados divulgados no site da SSP. Mencionou avanços na requalificação de ruas como Guaianazes, Conselheiro Nébias e Vitória, mas reconheceu que há oscilações nesse processo.

Sobre o fluxo de pessoas na cena de uso, relatou que 50%-60% dos indivíduos qualificados estão respondendo a processos criminais ou descumprindo condições judiciais. Frisou a atuação integrada com Judiciário, Ministério Público e Defensoria para garantir o cumprimento da lei, enquanto saúde e assistência social trabalham para garantir direitos fundamentais às pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas. Reafirmou o compromisso com ações técnicas e transparentes, mantendo o diálogo com moradores para devolver a tranquilidade à região.

Alexandre Araújo - Movimento Faces & Vozes da Recuperação do Brasil

Criticou a abordagem predominante na política de drogas, que prioriza apenas os cuidados imediatos em crise, sem planejamento para recuperação a longo prazo. Ressaltou que, diferentemente de outras doenças crônicas (como diabetes ou câncer), o uso problemático de álcool e outras drogas não conta com políticas públicas estruturadas no SUS, nem suporte contínuo para pacientes e famílias após tratamentos emergenciais.

Propôs maior atenção ao pós-tratamento — como a reinserção social após passagem por casas de acolhimento. Defendeu a necessidade de incluir pessoas em reabilitação na construção dessas políticas, já que podem contribuir com conhecimento prático.

Cleiton Ferreira (Dentinho) - Representante da organização social Centro de Convivência É de Lei, artista plástico, morador da região central e representante dos conviventes do fluxo da “Cracolândia” (membro do GTI)

Ressaltou a importância do programa De Braços Abertos, do qual foi beneficiário, e defendeu a necessidade de políticas que garantam dignidade a todos — moradores, trabalhadores, comerciantes e até profissionais da saúde e segurança pública que atuam na região.

Criticou as condições precárias vividas por quem mora ou trabalha na área, como a falta de acesso a banheiros, o que leva à presença de fezes e urina nas ruas, além do sofrimento mental gerado pelo convívio diário com essa realidade. Frisou que a rede de apoio precisa ser ativa e contínua, não apenas focada em remoções ou medidas paliativas, mas em inclusão social e oportunidades reais, como o trabalho e a moradia digna.

Denunciou o estigma e o preconceito que recaem sobre a população da “Cracolândia”, em sua maioria negra e pobre, lembrando que muitas dessas pessoas nunca tiveram acesso a direitos básicos. Enfatizou a importância da participação ativa dos moradores na construção de soluções, já que são eles que vivem os problemas diariamente.

Roberto Otaviano – Trabalhador da Rede de Educação e ex-trabalhador do CAPS AD III Jardim Ângela

Relatou sua experiência pessoal e profissional com a questão das drogas, destacando seu trabalho como professor na rede estadual e em instituições como o CAPS AD. Mencionou que aborda o tema abertamente em sala de aula, defendendo que a escola deve ser um espaço de liberdade e conhecimento.

Compartilhou uma experiência significativa com um jovem que, ao receber dinheiro, sentia vontade de ir à “biqueira”. Juntos, criaram uma estratégia de confiar seu cartão a um tutor (sua mãe), mostrando a importância do acolhimento e da construção de vínculos.

Criticou ações policiais truculentas, argumentando que violência não resolve o problema, e defendeu intervenções baseadas em acolhimento e trabalho social profundo. Frisou que muitas pessoas na “Cracolândia” não escolheram estar ali e carecem de autonomia, necessitando de apoio genuíno.

Rose (sem registro do sobrenome) – Moradora do bairro Campos Elíseos

Criticou a invisibilidade dos moradores nas estatísticas e políticas públicas, ressaltando que nem como números são considerados. Descreveu o cotidiano caótico: barulho incessante (incluindo caixas de som e helicópteros), violência urbana e dificuldades básicas como conseguir um Uber ou circular com segurança.

Revelou que muitos vizinhos já abandonaram seus apartamentos, incapazes de suportar pisar em fezes humanas, presenciar brigas e tráfico ao sair de casa. Apelou por políticas que realmente limpem o centro da cidade, permitindo que seus netos a visitem sem medo.

Lírio Negro - Moradorx de hotel social e artista plásticx

Relatou as múltiplas vulnerabilidades enfrentadas por pessoas em situação de rua e pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas na “Cracolândia”. Como pessoa trans, autista e assexual, denunciou a exclusão sistemática de populações marginalizadas nos debates oficiais sobre o território.

Criticou veementemente políticas higienistas, como internações compulsórias e o financiamento de comunidades terapêuticas, defendendo em contrapartida a regulamentação da maconha medicinal como alternativa terapêutica.

Ressaltou que a aporofobia (aversão aos pobres) e o racismo estrutural empurram pessoas trans e negras para a “Cracolândia”, onde faltam portas de saída dignas. Relatou sua experiência distribuindo sopa no território, ouvindo relatos de que relacionamentos rompidos foram o gatilho para a situação de rua da maioria das pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas.

Exigiu a inclusão de moradores de hotéis sociais e conviventes das cenas de uso nos processos decisórios, argumentando que não se pode discutir políticas para a rua sem ouvir quem vive na rua. Finalizou defendendo a descriminalização das drogas e o fim das abordagens violentas.

Roseli Kraemer - Integrante do Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua (Comitê Pop Rua) (membra do GTI)

Defendeu a criação de soluções humanizadas para a “Cracolândia”, propondo a implementação de uma “Vila Reencontro” que oferecesse dignidade e tratamento voluntário às pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas. Criticou abordagens compulsórias e repressivas, argumentando que a verdadeira transformação deve vir do empoderamento individual e de alternativas terapêuticas.

Comparou o vício em substâncias a outros comportamentos cotidianos (como consumo de café ou álcool), questionando o estigma social. Denunciou a violência policial vivida pela população da região, que completa mais de 50 anos de abandono. Como alternativas, sugeriu a combinação de redução de danos, acesso à cultura, trabalho e saúde integral.

Eduardo Tostes - Promotor de Justiça Assessor no Centro de Apoio Operacional Cível e Tutela Coletiva na área da Saúde Pública (membro do GTI)

Defendeu a necessidade de políticas públicas centradas no cuidado, não apenas na segurança. Reconheceu os dramáticos depoimentos ouvidos e os desafios complexos da “Cracolândia”, mas destacou o ponto comum entre todos: o desejo de melhorar a vida das pessoas afetadas pelo problema.

Apoiou as propostas apresentadas pela secretária Soninha, considerando-as um roteiro válido para ações futuras, embora ressaltasse a necessidade de aperfeiçoamentos, como a realocação dos serviços para locais mais adequados. Celebrou os avanços já conquistados, atribuindo parte deles ao trabalho do primeiro Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI).

Flávio Campos – Representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (membro do GTI)

Destacou a importância do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) por ter estabelecido uma base concreta de dados para as discussões sobre a “Cracolândia”. Reafirmou o compromisso da OAB, através de sua Comissão de Direitos Humanos, em acompanhar os trabalhos até sua conclusão. Sugeriu que se aproveite o que já foi construído no relatório anterior como base para as discussões atuais.

Eli Teruel - Vereadora e Membro da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (membro do GTI)

Elogiou as ações do prefeito Ricardo Nunes, ressaltando seu “olhar humano” para a cidade, e mencionou iniciativas como a inauguração do Boraceia. Citou a dor das famílias, especialmente mães que buscam recuperar filhos com uso problemático de álcool e outras drogas, experiência que conhece bem por seu trabalho social de mais de 20 anos com o deputado Fábio Teruel. Ainda, reconheceu o trabalho de autoridades como o governador Tarcísio e o secretário de Segurança. Frisou a importância de ouvir a população e defendeu uma abordagem equilibrada que considere tanto comerciantes quanto os conviventes das cenas de uso. Expressou a confiança na continuidade do trabalho humanizado da atual gestão, embora reconhecesse que os desafios são grandes e os resultados levam tempo.

7.4 4ª Reunião (realizada na ALESP no dia 23/10/2023)

Apresentação, escuta e diagnóstico a partir das Secretarias Estaduais e Municipais

Esta reunião deu continuidade ao processo de ouvir diferentes órgãos governamentais, tanto estaduais quanto municipais, para construir um diagnóstico mais completo. Foram trazidas as ações de outras secretarias além da SMDHC, incluindo segurança pública, saúde, assistência social e governo municipal, buscando-se entender as estratégias de cada pasta e como elas se articulam (ou não) para enfrentar os desafios da “Cracolândia”. Cabe ressaltar que muitos dos representantes das Secretarias Municipais que foram convidados para participar das reuniões não compareceram.

Presentes:

- Luna Zarattini – Vereadora e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (membra do GTI)
- Eduardo Suplicy - Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais (membro do GTI)
- Rodrigo Vilardi - Major e membro da Coordenadoria de Políticas em Segurança Pública da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (membro do GTI)
- Edsom Ortega - Secretário Executivo de Projetos Estratégicos da Prefeitura Municipal de São Paulo (membro do GTI)
- Jairo Chabaribery Filho - Inspetor Superintendente e Diretor da Divisão de Defesa e Vigilância Ambiental da Secretaria Municipal de Segurança Urbana de São Paulo (membro do GTI)
- Cecília Galício - Vice-Presidente do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool (COMUDA), Conselheira do Conselho Estadual de Políticas de Drogas (CONED) e Conselheira do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD) (membra do GTI)
- Marcos Muniz – Presidente do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool (COMUDA) de São Paulo (membro do GTI)
- Roseli Kraemer - Integrante do Comitê Intersectorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua (Comitê Pop Rua) (membra do GTI)
- Taniele Cristina Rui - Professora Doutora do Departamento de Antropologia da UNICAMP e autora do livro “Nas tramas do crack: etnografia da abjeção” (membra do GTI)
- Flavio Falcone - Médico e representante do projeto Teto Trampo e Tratamento (TTT) (membro do GTI)
- Thiago Fidalgo - Psiquiatra e Professor Adjunto do Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) (membro do GTI)
- Matuzza Sankofa - Representante da organização social Centro de Convivência É de Lei (membra do GTI)
- Thiago Bezerra – Psicólogo, trabalhador do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e Coordenador do Programa Redenção pela Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos da Prefeitura Municipal de São Paulo
- Isabel Figueiredo – Representante da Secretaria de Governo Municipal de São Paulo (membra do GTI)

- Cleberson Charles Souza - Representante da Associação Geral do Centro de São Paulo e morador da região (membro do GTI)
- Rildo Marques - Representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (membro do GTI)
- Cleiton Ferreira (Dentinho) - Representante da organização social Centro de Convivência É de Lei, artista plástico, morador da região central e representante dos conviventes do fluxo da “Cracolândia” (membro do GTI)

Relato das falas:

Eduardo Suplicy - Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais (membro do GTI)

Destacou a complexidade do problema, envolvendo uso problemático de álcool e outras drogas, desigualdades sociais, segurança pública e falta de acesso a moradia e serviços básicos. Questionou se a Prefeitura e o Governo do Estado consideravam adotar experiências internacionais de redução de danos, citando exemplos de países como Canadá e Estados Unidos, onde há áreas supervisionadas para consumo de drogas, visando à recuperação das pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas. Mencionou ter encaminhado uma carta ao presidente Lula e a ministros propondo a criação de um grupo de trabalho para regulamentar a renda básica de cidadania, conforme previsto na Constituição e em decisões do STF.

Interpelou o Major Vilardi (PM) sobre os crimes mais frequentes na região, como furtos de celulares, destacando preocupações com a segurança. Reforçou a importância do diálogo entre instituições e sociedade civil para avançar em soluções efetivas para a “Cracolândia”, defendendo políticas públicas integradas, como a renda básica e abordagens alternativas ao uso de drogas.

Luna Zarattini – Vereadora e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (membra do GTI)

Ressaltou a importância do processo de diagnóstico em andamento, que inclui ouvir secretarias municipais, trabalhadores da saúde e assistência social, moradores, comerciantes e conviventes das cenas de uso. Ela destacou que, após essa fase, o grupo avançará para a elaboração de recomendações ao poder público, com foco em políticas de segurança urbana, saúde, moradia e direitos humanos, além de realizar visitas ao território para um contato direto com a realidade local.

Agradeceu a participação de diversos representantes, como o Major Vilardi (Secretaria de Segurança Pública) e Edson Ortega (Secretaria de Governo Municipal), mas criticou a ausência de outras secretarias fundamentais, como Saúde, Direitos Humanos e Habitação. Apontou como preocupante o fato de apenas as pastas ligadas à segurança estarem presentes, uma vez que a solução para a “Cracolândia” demanda uma abordagem inter-

setorial. Levantou questões como a necessidade de melhorar a iluminação pública, investigar desaparecimentos, acabar com ações truculentas e avaliar se o aumento de prisões realmente reduz o fluxo de drogas no local.

Rodrigo Vilardi - Major e membro da Coordenadoria de Políticas em Segurança Pública da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (membro do GTI)

Destacou que a atuação da Secretaria de Segurança Pública (SSP) no território da “Cracolândia” está organizada em três fases: diagnóstico, requalificação e reorganização territorial. Explicou que o objetivo das ações policiais não é de repressão isolada, mas de reorganizar o território a partir da presença coordenada do Estado.

Apresentou dados da SSP indicando redução de crimes contra o patrimônio, como furtos e roubos, após a intensificação da presença policial. Mencionou a realização de 800 prisões em 2023, das quais 500 ocorreram na região da “Cracolândia”. Destacou que a maior parte das prisões foi qualificada e direcionada a lideranças do tráfico e receptadores, e não os conviventes das cenas de uso. Informou que 1.200 pessoas foram identificadas no fluxo, sendo mais da metade com pendências judiciais, o que, segundo ele, justifica ações de controle e presença policial.

Reforçou que a atuação da Polícia Militar tem se dado com câmeras corporais, controle de uso progressivo da força e formação dos agentes, inclusive com materiais de apoio elaborados com a colaboração da sociedade civil. Reconheceu a complexidade do território e defendeu a necessidade de uma política de Estado intersetorial, que inclua ações integradas de saúde, assistência social, cultura, educação e geração de renda.

Defendeu a criação de indicadores mensuráveis de sucesso e a publicização dos dados de atendimento, prisões, encaminhamentos e acolhimentos, para que a sociedade possa monitorar a eficácia das ações. Ressaltou que a segurança pública sozinha não resolverá o problema e que apenas com diálogo entre as secretarias, Judiciário e sociedade civil será possível alcançar mudanças estruturais.

Edsom Ortega - Secretário Executivo de Projetos Estratégicos da Prefeitura Municipal de São Paulo (membro do GTI)

Apresentou um panorama da atuação da Prefeitura no território da “Cracolândia”, com ênfase na estruturação do Programa Redenção. Afirmou que a atual estratégia se baseia na lógica de “coquetel de ações integradas”, inspirada no modelo brasileiro de combate à “AIDS”, que envolveu articulação entre poder público, universidades e movimentos sociais, com forte base em evidências e indicadores de monitoramento.

Explicou que o território da “Cracolândia” não é homogêneo, e que a atuação da Prefeitura deve considerar a complexidade da região e o perfil diverso das pessoas em situação de uso. Apontou que 62% das pessoas que frequentam o fluxo têm passagem pelo sistema penal e que mais de 80% não têm qualquer documentação ou vínculo com programas sociais, o que dificulta o cuidado. Destacou a baixa presença de mulheres nas redes de saúde, o que evidencia uma barreira adicional de acesso e acolhimento.

Argumentou que a superação do cenário atual depende de cinco eixos: saúde, assistência social, segurança, urbanismo e trabalho/renda. Ressaltou que não se trata de uma operação pontual, mas de uma política contínua e permanente, com monitoramento por indicadores e metas claras. Mencionou a importância das Estações Cidadania e da requalificação urbana como ferramentas para reorganizar o território.

Defendeu que o Programa Redenção é um avanço em relação a experiências anteriores por sua capacidade de articulação entre secretarias e serviços. Reconheceu que há gargalos, especialmente na captação de egressos do sistema prisional e no pós-acolhimento. Sugeriu maior articulação com o Governo do Estado e a União para garantir a sustentabilidade das ações.

Apontou que o sucesso da política depende da constituição de uma governança permanente com participação do Judiciário, sociedade civil e universidades. Propôs a criação de um comitê técnico multissetorial com poder de propor metas, acompanhar sua implementação e publicar relatórios públicos de avaliação.

Jairo Chabaribery Filho - Inspetor Superintendente e Diretor da Divisão de Defesa e Vigilância Ambiental da Secretaria Municipal de Segurança Urbana de São Paulo (membro do GTI)

Destacou o trabalho da Guarda Civil Metropolitana no território. Ressaltou que a atuação da guarda tem como principal objetivo garantir a prestação de serviços públicos essenciais, como limpeza urbana, zeladoria, saúde e assistência social, que vêm sendo realizados diariamente com tranquilidade.

Apontou uma melhora significativa na relação entre a Guarda e os conviventes da cena de uso, comparando com gestões anteriores onde o cenário era mais conflituoso. Atribuiu essa evolução à nova gestão e às diretrizes adotadas pelo comando atual, embora tenha reforçado que o trabalho continua em busca de aprimoramentos, incluindo cursos de formação continuada para os guardas.

Cleiton Ferreira (Dentinho) - Representante da organização social Centro de Convivência É de Lei, artista plástico, morador da região central e representante dos conviventes do fluxo da "Cracolândia" (membro do GTI)

Denunciou uma violenta abordagem policial que sofreu recentemente. Descreveu que, ao voltar para casa à noite, foi interceptado em uma operação em que as luzes do bairro haviam sido intencionalmente apagadas – uma tática que associou a práticas repressivas históricas, como as do Carandiru. Relatou que nenhum dos agentes envolvidos estava devidamente identificado. Ressaltou que essa prática tem se tornado recorrente em diversas regiões da cidade de São Paulo, comprometendo a transparência, a legalidade e o controle social das ações de segurança pública, e ocasionando a violação dos direitos dos cidadãos. Finalizou pedindo que esse tipo de conduta seja tratado com a devida seriedade pelos órgãos competentes.

Relatou que, mesmo se identificando como morador e trabalhador social, foi obrigado a se sentar no chão e ficou 1h20 sob hostilização policial, sendo racialmente discriminado e tratado como criminoso, apesar de não portar drogas. Um guarda municipal o aju-

dou a fazer uma ligação para a Secretaria de Direitos Humanos, evitando que fosse preso injustamente. No entanto, sua garrafa de cachaça artesanal foi quebrada pelos agentes, e ele saiu do episódio traumatizado, com medo de circular no próprio bairro.

Defendeu a redução de danos como estratégia de cuidado, destacando a importância de oferecer água, banheiros, café e escuta às pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas. Pediu que as viaturas não fiquem próximas ao Teatro de Containers, local onde seu coletivo realiza ações de apoio, pois a presença policial intimida e afasta quem precisa de ajuda. Exigiu um diálogo mais respeitoso entre autoridades e moradores.

Roseli Kraemer - Integrante do Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua (Comitê Pop Rua) (membra do GTI)

Criticou a abordagem discriminatória em relação às drogas e defendeu a criação de uma “Vila Reencontro da ‘Cracolândia’”, não como moradia, mas como espaço para terapias alternativas e inclusivas, incluindo métodos psicodélicos e de respiração. Questionou a eficácia da abstinência forçada e denunciou o desaparecimento de pessoas da região, exigindo transparência sobre os resultados dos tratamentos atuais.

Apontou que o programa “De Braços Abertos” foi a única iniciativa bem-sucedida na região e criticou a atuação noturna das polícias sem identificação, questionando a falta de transparência nas operações. Destacou que a criminalidade no centro não se resume às pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, mas envolve crime organizado, enquanto a repressão recai principalmente sobre a população mais vulnerável – negros, periféricos e mulheres em situação de rua. Condenou a “guerra às drogas” como política fracassada e defendeu a destinação de recursos para saúde e tratamentos individualizados, enfatizando a necessidade de soluções reais e sustentáveis para o território.

Flavio Falcone - Médico e representante do projeto Teto Trampo e Tratamento (TTT) (membro do GTI)

Destacou que abordagens violentas são frequentes contra trabalhadores sociais e pessoas negras na região. Relatou sua própria experiência de privilégio racial, mencionando que nunca foi abordado pela polícia, exceto quando estava ao lado de uma pessoa negra, e denunciou o racismo estrutural nas ações de segurança pública.

Criticou as políticas de abstinência total como parâmetro de sucesso no tratamento de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, apontando a ineficácia dessa abordagem com base em evidências científicas. Denunciou irregularidades em comunidades terapêuticas financiadas pelo governo, incluindo relatos de trabalho escravo e tentativas de conversão de gênero, e exigiu investigações sobre esses casos.

Questionou a falta de políticas de reinserção social para egressos do sistema prisional, destacando que muitos moradores da “Cracolândia” são ex-detentos explorados pelo crime organizado desde a adolescência. Cobrou alternativas concretas, como programas de moradia de baixa exigência, criticando as regras rígidas dos atuais projetos habitacionais, que não consideram a realidade das pessoas em situação de rua.

Defendeu que todos os moradores da região, incluindo os sem-teto, tenham seus direitos respeitados, enfatizando a necessidade de políticas públicas inclusivas e eficazes para melhorar a qualidade de vida na “Cracolândia”.

Cleberson Charles Souza - Representante da Associação Geral do Centro de São Paulo e morador da região (membro do GTI)

Alertou para o aumento do fluxo de pessoas na região – que, segundo ele, triplicou à noite e nos fins de semana, contrariando dados oficiais – e para o crescimento da vulnerabilidade social, o que aumenta o risco de novos episódios violentos, como o atropelamento coletivo ocorrido.

Criticou a falta de políticas eficazes de reinserção social, apontando que ações pontuais de desintoxicação não resolvem o problema se não houver continuidade no atendimento. Defendeu a criação de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com o Ministério Público e cobrou maior envolvimento do Governo Federal, já que o tráfico de drogas envolve questões fronteiriças. Enfatizou a necessidade de políticas públicas permanentes para enfrentar o que chamou de “maior ‘Cracolândia’ da América Latina”.

Cecília Galício - Vice-Presidente do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool (COMUDA), Conselheira do Conselho Estadual de Políticas de Drogas (CONED) e Conselheira do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD) (membra do GTI)

Apontou a ausência de consulta aos conselhos de políticas sobre drogas por parte da maioria das Secretarias — com exceção da Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos, por meio do secretário Edsom Ortega, que tem dialogado com o COMUDA de forma inédita.

Enfatizou que a participação social não é uma opção, mas um direito garantido constitucionalmente, sendo elemento central de qualquer política pública democrática. Criticou a ausência de escuta da sociedade civil nas ações voltadas ao território da “Cracolândia” e questionou as secretarias presentes sobre quais ferramentas de participação social estão sendo efetivamente utilizadas.

Criticou a fala do representante da segurança pública, ao contestar a classificação de furtos e roubos como “violações de direitos humanos”. Reforçou que, por definição, as violações de direitos humanos são cometidas pelo Estado — e, nesse contexto, são expressas na criminalização excessiva das pessoas que usam álcool e outras drogas. Citou dados de relatório da Defensoria Pública segundo os quais cerca de 90% das prisões realizadas na região não foram mantidas pela Justiça, revelando o caráter frágil e seletivo das abordagens.

Marcos Muniz - Presidente do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool (COMUDA) de São Paulo (membro do GTI)

Manifestou preocupação com o uso, por parte do Major Rodrigo Vilardi, do termo “qualificação dos usuários” e questionou de forma objetiva o que significa essa “qualificação”: se se trata de uma investigação, e se todos os conviventes da “Cracolândia” estão sendo investigados pela polícia.

Dirigiu também questionamentos ao Inspetor Jairo, que havia mencionado uma relação “tranquila” entre a Guarda Civil Metropolitana e os conviventes da cena de uso. Relatou visitas recentes que fez ao território, inclusive acompanhando o Conselho Nacional de Direitos Humanos, nas quais ouviu diretamente dos conviventes da cena de uso que a realidade no fluxo é de crescente violência e hostilidade. Disse que os relatos dos conviventes das cenas de uso são de que a atuação da GCM tem sido mais respeitosa, mas que o grande problema tem sido a ação da IOP (Inspetoria de Operações Especiais), apontada como a responsável pelas abordagens mais truculentas.

Criticou a narrativa institucional que descreve a operação policial como pacificada, alertando para a discrepância entre os discursos oficiais e as vivências no território. Com base em sua experiência como profissional da saúde e pesquisador, manifestou ceticismo em relação à proposta da Secretaria de Segurança Pública de solicitar ao Judiciário o encaminhamento compulsório de pessoas em situação de uso para tratamento. Afirmou que impor judicialmente o cuidado não resolve os problemas estruturais do território e não promove adesão real às práticas de saúde. Reafirmou a importância da escuta das pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas e da construção de políticas públicas que respeitem sua autonomia.

Matuzza Sankofa - Representante da organização social Centro de Convivência É de Lei (membra do GTI)

Defendeu, com base em sua vivência e trajetória, que é possível sair da situação de vulnerabilidade a partir do cuidado em liberdade, da redução de danos e da presença sensível do poder público — e não da sua omissão ou da repressão.

Denunciou que a “Cracolândia” deixou de ser um ponto geográfico fixo e se espalhou por toda a região central, resultado da ausência de políticas públicas efetivas de habitação, renda e saúde. Trouxe reflexões sobre o uso de substâncias como forma de sobrevivência em contextos extremos, particularmente entre a população em situação de rua e a população trans — muitas vezes empurradas para a prostituição como única alternativa de sobrevivência. Afirmou que o uso de drogas, para esses grupos, não é necessariamente dependência, mas uma estratégia de preservação da vida.

Criticou a política de “guerra às drogas”, que chamou de “guerra contra pessoas”, especialmente contra pessoas pretas, pobres e LGBTQIA+, sustentando que o Estado brasileiro tem aversão à pobreza e à autonomia dos corpos marginalizados. Ressaltou a hipocrisia de um Estado que retira pertences e cobertores de pessoas em situação de rua, mas investe em armamentos e operações policiais violentas, em vez de moradia, saúde e assistência.

Denunciou a presença do HUB CRATOD em ações conjuntas com a polícia e a GCM para promover internações compulsórias durante operações. Argumentou que, ao oferecer a internação no meio do caos repressivo, o Estado cria apenas duas alternativas à população: cadeia ou internação — ambas destituídas de liberdade. Afirmou que comunidades terapêuticas não resolvem o problema, pois apenas isolam temporariamente os indivíduos, sem oferecer acompanhamento real em seus territórios.

Defendeu o fortalecimento dos serviços públicos de base territorial, como CAPS e centros de acolhida, e a valorização da sociedade civil e dos trabalhadores da ponta que têm sensibilidade para construir vínculos com os conviventes das cenas de uso. Encerrou sua fala com uma provocação sobre os investimentos públicos: questionou quais são, de fato, os recursos destinados à saúde, assistência e educação em comparação com os valores empregados em segurança pública. Defendeu que a solução para a “Cracolândia” passa necessariamente pela inversão das prioridades orçamentárias e pela implementação de estratégias sustentadas na dignidade, no afeto e na escuta ativa.

Rildo Marques - Representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (membro do GTI)

Relatou as tentativas frustradas de diálogo institucional da OAB com o Governo do Estado e com a Prefeitura de São Paulo sobre as políticas voltadas à “Cracolândia”. Informou que o Vice-Governador havia se comprometido a criar um grupo de trabalho para discutir internações compulsórias e comunidades terapêuticas, mas que, após a primeira reunião, a OAB não foi mais convocada a participar do processo. O mesmo ocorreu em reunião com o prefeito Ricardo Nunes, em que a entidade propôs debater a política de redução de danos, recebendo como resposta a recusa enfática do prefeito em adotar qualquer política dessa natureza no município.

Criticou a incoerência entre o discurso do secretário Edsom Ortega, que citou a política de combate à AIDS como exemplo bem-sucedido de redução de danos, e a prática atual do governo municipal, que nega essa abordagem como estratégia legítima. Reforçou que a contenção da epidemia de HIV só foi possível graças à oferta gratuita de insumos como seringas e preservativos, e não por repressão ou moralização do comportamento.

Apontou ainda que a OAB já havia instalado um Balcão de Direitos na região da Luz, mas que a escalada da violência institucional tornou o trabalho inviável, diante da frequência de ações policiais com uso problemático da força, ausência de cuidado e constante violação de direitos. Relatou que a OAB chegou a encaminhar denúncia que resultou em ação civil pública do Ministério Público contra a Guarda Civil Metropolitana, em razão de práticas sistemáticas de violência.

Compartilhou sua visita a um serviço municipal de acolhimento prolongado — apresentado como alternativa à “Cracolândia” — que, segundo ele, mais se assemelha a um manicômio: com restrição de liberdade, obrigatoriedade de rotinas e ausência de perspectiva emancipatória.

Taniele Cristina Rui - Professora Doutora do Departamento de Antropologia da UNICAMP e autora do livro “Nas tramas do crack: etnografia da abjeção” (membra do GTI)

Ressaltou que, apesar do aumento das prisões – conforme citado pelo Major Vilardi – isso não resultou em redução do número de pessoas no fluxo, o que revela o fracasso da repressão como política estruturante. Criticou a chamada “porta giratória” do sistema penal, onde pessoas em situação de rua transitam entre prisão e liberdade sem qualquer suporte real ou projeto de reinserção social.

Destacou a urgência de se pensar políticas públicas específicas para o acompanhamento das pessoas egressas do sistema penal, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade. Relatou ainda pesquisa realizada em parceria com a Defensoria Pública sobre a Operação Caronte, na qual mais de 500 pessoas foram detidas como parte de uma estratégia de monitoramento da população do fluxo. Questionou as autoridades sobre o uso atual de tecnologias de controle, como tornozeleiras eletrônicas, e sobre quais estratégias estão sendo usadas para acompanhar essas pessoas após a saída do sistema prisional.

Apontou que as experiências relatadas na reunião reafirmam a necessidade de se deslocar o eixo da repressão para o cuidado, e de garantir uma rede pública estruturada para acolher e acompanhar pessoas com trajetórias marcadas pela exclusão, pela violência e pela ausência do Estado.

Thiago Bezerra – Psicólogo, trabalhador do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e Coordenador do Programa Redenção pela Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos da Prefeitura Municipal de São Paulo

Em sua fala, abordou os principais eixos de atuação do Programa Redenção frente aos desafios do território da “Cracolândia”, com foco especial nas alternativas de moradia, acesso à saúde e reinserção social de egressos do sistema penitenciário.

Ressaltou que a Vila Reencontro, regulamentada por portaria da SMADS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social), prevê a oferta de moradia para pessoas com longo histórico de vivência nas ruas, incluindo pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas. Segundo ele, o desafio atual é garantir a implementação efetiva dessa previsão, articulando o encaminhamento dos usuários com as redes de saúde e assistência.

Anunciou que a Prefeitura está finalizando uma nova regulamentação do auxílio-moradia que incluirá, entre os públicos prioritários, pessoas em situação de uso de substâncias, desde que estejam em acompanhamento pelas redes públicas. A intenção é ampliar as opções de cuidado para além dos serviços tradicionais, promovendo autonomia e permanência fora da cena de uso.

Destacou o fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com prioridade para a ampliação dos CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), não apenas na região central, mas também em áreas periféricas onde a demanda é crescente. Reforçou que a qualificação da rede socioassistencial também está sendo priorizada, reconhecendo o papel fundamental da assistência social na composição das ofertas do Programa Redenção.

Trouxe informações sobre uma iniciativa intersecretarial em construção para atender egressos e pré-egressos do sistema penitenciário, com participação da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SAP), Secretaria de Direitos Humanos e das pastas de saúde e assistência, com objetivo de evitar que essas pessoas, altamente vulnerabilizadas, retornem à cena de uso por falta de acolhimento ou acesso a serviços no momento da saída da prisão.

7.5 5ª Reunião (realizada na CMSP no dia 23/11/2023)

Diálogo com moradores e comerciantes da região

O foco desta reunião se volta especificamente para a escuta das pessoas que vivem e trabalham na região da “Cracolândia”. Foram trazidas as vivências, demandas, críticas e sugestões de moradores e comerciantes locais, oferecendo uma perspectiva direta sobre o impacto das cenas de uso e das políticas públicas no cotidiano da comunidade. Já pelos moradores e comerciantes, foram abordadas questões como sobre segurança, convivência, prejuízos econômicos, qualidade de vida e a busca por soluções que contemplem também as necessidades de quem reside ou empreende no território.

Presentes:

- Luna Zarattini – Vereadora e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (membra do GTI)
- Eduardo Suplicy - Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais (membro do GTI)
- Sônia Maria Pereira - Moradora do bairro Campos Elíseos (membra do GTI)
- João Carlos de Souza – Morador do bairro Campos Elíseos (membro do GTI)
- Cleberson Charles Souza - Representante da Associação Geral do Centro de São Paulo e morador da região (membro do GTI)
- Joseph Hanna – Comerciante do bairro Santa Ifigênia
- Ivanete Araújo – Coordenadora do Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ)
- Matuzza Sankofa - Representante da organização social Centro de Convivência É de Lei (membra do GTI)
- Rodrigo Vilardi - Major e membro da Coordenadoria de Políticas em Segurança Pública da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (membro do GTI)
- Taniele Cristina Rui - Professora Doutora do Departamento de Antropologia da UNICAMP e autora do livro “Nas tramas do crack: etnografia da abjeção” (membra do GTI)
- Maria Izabel Fernandes – Representante do Mandato da Deputada Federal Érika Hilton
- Flávio Campos – Representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (membro do GTI)
- Professor Toninho Vespoli – Vereador e membro da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (membro do GTI)

- Andreia - Representante da Ouvidoria das Polícias (membra do GTI)
- Isabela Lemos – Coordenadora de Políticas sobre Drogas da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (membra do GTI)
- Marcos Paulo de Oliveira Alves - Representante da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo (membro do GTI)
- Eduardo Tostes - Promotor de Justiça Assessor no Centro de Apoio Operacional Cível e Tutela Coletiva na área da Saúde Pública (membro do GTI)
- Cleiton Ferreira (Dentinho) - Representante da organização social Centro de Convivência É de Lei, artista plástico, morador da região central e representante dos conviventes do fluxo da “Cracolândia” (membro do GTI)
- Lydia Gama – Advogada e representante do projeto Teto Trampo e Tratamento (TTT) (membra do GTI)
- Lírio Negro - Moradorx de hotel social e artista plásticx
- Roseli Kraemer - Integrante do Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua (Comitê Pop Rua) (membra do GTI)
- Wellington (sem registro do sobrenome) - morador do bairro Campos Elíseos
- Rose (sem registro do sobrenome) – Moradora do bairro Campos Elíseos

Relato das falas:

Eduardo Suplicy - Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais (membro do GTI)

Defendeu que o programa Bolsa Família deveria evoluir para uma renda básica universal, garantindo um valor mínimo a todos os brasileiros, independentemente de origem, raça ou condição socioeconômica. Enfatizou a necessidade de garantir direitos e cidadania para todos, visando uma São Paulo mais justa e acolhedora.

Luna Zarattini – Vereadora e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (membra do GTI)

Criticou a ausência da maioria das secretarias municipais e estaduais nas reuniões anteriores, destacando que apenas a Secretaria de Segurança Pública compareceu, o que revela uma visão reducionista do problema. Defendeu que a “Cracolândia” é uma questão social complexa, marcada por desigualdades, violências e exclusão, exigindo políticas integradas. Enfatizou a importância da participação popular na formulação de políticas públicas.

João Carlos de Souza – Morador do bairro Campos Elíseos (membro do GTI)

Ressaltou que, embora muito se fale sobre direitos das pessoas em situação de rua e com uso problemático de álcool e outras drogas, pouco se discute sobre os direitos e os

impactos sofridos pelos moradores e comerciantes do entorno, que não têm acesso ao direito de ir e vir, ao direito de receber seus familiares em casa, ao direito de trabalhar e vender em seus comércios, e que se fala de violência policial contra os conviventes da cena de uso, mas não fala na violência que nós moral e psicológica que eles sofrem sem poder sair de casa.

Apontou que, ao longo dos anos, as ações do Poder Público na “Cracolândia” foram majoritariamente repressivas, sem resolver o problema, apenas deslocando-o. Lembrou que, antes da instalação do Complexo da Luz, já existia o uso de drogas a céu aberto, mas que a situação piorou com o tempo, gerando medo, insegurança e impactos psicológicos nos moradores. Relatou que, por temor, chegou a evitar andar a pé por dois quarteirões, optando por ir de carro.

Questionou a falta de registro oficial sobre os impactos reais na vida dos moradores e comerciantes nos relatórios do GTI, argumentando que, sem essa documentação, não há justiça nem solução efetiva. Defendeu que instituições como o Ministério Público, a Defensoria Pública e ONGs também têm responsabilidade na situação atual do centro da cidade, não apenas o Poder Público.

Sônia Maria Pereira - Moradora do bairro Campos Elíseos (membra do GTI)

Criticou a falta de dignidade no tratamento dado às pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, que vivem em condições degradantes nas calçadas, cercados por sujeira e sem acesso a cuidados básicos. Denunciou que muitas ações assistenciais, como distribuição de marmitas, são feitas de forma superficial, apenas para fotos em redes sociais, sem resolver o problema estrutural.

Ressaltou que os moradores também sofrem diariamente com insegurança, violência e condições insalubres, mas suas vozes são ignoradas em relatórios e estatísticas. Mencionou que, no passado, o fluxo de pessoas na região era tão intenso que os moradores precisavam sair por rotas alternativas para evitar aglomerações e violência. Alertou para a presença de gangues de bicicleta e trombadinhas, que agravam a insegurança.

Defendeu que a solução só virá com a união de todos – moradores, poder público e até mesmo pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas que desejam se recuperar –, pois, do contrário, os debates continuarão se repetindo sem avanços. Expressou cansaço com a falta de resultados após anos de discussões e pediu ações efetivas para garantir dignidade tanto aos conviventes da cena de uso quanto aos moradores do entorno.

Cleberson Charles Souza - Representante da Associação Geral do Centro de São Paulo e morador da região (membro do GTI)

Destacou os dois anos decorridos desde o espalhamento da “Cracolândia” e apontou que o problema vem se agravando progressivamente. Ressaltou que a questão vai além do uso de drogas, envolvendo problemas de higiene básica, segurança pública (furtos, roubos e agressões), saúde mental e impactos econômicos, como a redução de 30% no turismo da cidade devido à má publicidade gerada pela situação.

Defendeu a necessidade de um olhar macro, mas principalmente humano, sobre o problema, enfatizando o valor da vida. Criticou a atuação do poder público, especialmente na área social, que estaria deixando a desejar, com vagas insuficientes em abrigos e hotéis sociais e burocracia excessiva no atendimento às pessoas em situação de rua. Ilustrou essa crítica com um caso concreto em que tentou ajudar um casal em situação de rua e enfrentou obstáculos no sistema de atendimento.

Sugeriu a elaboração de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com o Ministério Público para garantir continuidade nas ações, independentemente de mudanças na gestão pública. Argumentou que é necessário estabelecer prioridades claras, começando pelo tratamento de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas e questões de abrigamento.

Joseph Hanna – Comerciante do bairro Santa Ifigênia

Defendeu que comerciantes, moradores e políticos têm a obrigação de cooperar para resolver o problema, lembrando que a Santa Efigênia é o maior pólo eletroeletrônico da América Latina, gerando empregos e movimentando a economia.

Criticou a abordagem atual dos direitos humanos, argumentando que a prioridade deveria ser dada às pessoas que trabalham e produzem, e não àquelas que, em suas palavras, “vivem às custas da sociedade”. Afirmou que o comércio está disposto a absorver trabalhadores que queiram sair do fluxo de drogas, mas questionou a falta de vontade tanto de algumas pessoas em buscar ajuda quanto do governo em resolver efetivamente a questão.

Reiterou seu compromisso em participar ativamente da busca por soluções, mas enfatizou que a responsabilidade deve ser compartilhada, começando pelo trabalho e não por exigências unilaterais.

Ivanete Araújo – Coordenadora do Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ)

Questionou a ausência de representantes governamentais responsáveis pelas políticas públicas voltadas à população em situação de rua e com uso problemático de álcool e outras drogas. Criticou veementemente a abordagem histórica do poder público na região, denunciando que as ações se limitam a “empurrar” as pessoas de um lugar para outro sem oferecer soluções efetivas.

Ressaltou que o termo “Cracolândia” foi criado para desvalorizar a região e facilitar a especulação imobiliária, apontando que o problema persiste há mais de 30 anos com a mesma dinâmica repressiva. Relatou experiências concretas de tentativas frustradas de assistência, onde profissionais são enviados sem condições reais de ajudar, e alertou sobre a estratégia de dividir a população, colocando moradores contra pessoas em situação de rua.

Defendeu a importância da escuta qualificada e do acolhimento integral e mostrou como a abordagem humanizada pode construir vínculos e abrir caminhos para a recuperação, em contraste com as internações compulsórias que apenas perpetuam o ciclo de exclusão.

Matuzza Sankofa - Representante da organização social Centro de Convivência É de Lei (membro do GTI)

Expressou profunda preocupação com a crescente violência que vem enfrentando. Relatou que, após mudar a sede de sua organização para o Largo do Arouche, passou a sofrer ataques constantes, incluindo pichações, invasões e, mais recentemente, uma grave ameaça de morte dirigida a ela e sua família.

Criticou veementemente a abordagem do Estado, que historicamente prioriza a segurança pública como única solução para a “Cracolândia”, negligenciando políticas de acolhimento e redução de danos. Como mulher trans e ex-moradora de rua, ressaltou a importância do trabalho de organizações como a sua, que atuam onde o poder público falha, oferecendo cuidado e dignidade a pessoas marginalizadas.

Apesar de reconhecer os desafios, defendeu a necessidade de políticas públicas mais humanizadas e eficazes, baseadas na redução de danos e no diálogo com a sociedade civil. No entanto, denunciou a falta de segurança para realizar esse trabalho, especialmente após a ameaça recebida, que a deixou temer por sua vida e a de sua família.

Cleiton Ferreira (Dentinho) - Representante da organização social Centro de Convivência É de Lei, artista plástico, morador da região central e representante dos conviventes do fluxo da “Cracolândia” (membro do GTI)

Criticou a perseguição sistemática aos corpos marginalizados na região da “Cracolândia” e defendeu políticas de cuidado baseadas na liberdade e não na punição. Ressaltou a eficácia da abordagem “housing first” (moradia primeiro) do programa De Braços Abertos, que lhe permitiu sair da rua para reconstruir sua vida, alcançando uma nova perspectiva. No entanto, denunciou o desmonte desse e outros serviços públicos, levando muitos ex-participantes do programa à morte, prisão ou retorno às ruas.

Questionou as políticas assistenciais atuais que, em vez de promover autonomia, condenam as pessoas a um ciclo de dependência institucional. Com indignação, descreveu como foi forçado a trocar um lar conquistado por um espaço em albergues, onde sua vida se resumia ao que cabia numa mochila.

Alertou sobre a violência simbólica contra organizações como o É de Lei. Defendeu a necessidade de se contar os “bastidores não contados” da “Cracolândia”, onde pessoas continuam sendo descartadas socialmente enquanto a mídia especula.

Rodrigo Vilardi - Major e membro da Coordenadoria de Políticas em Segurança Pública da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (membro do GTI)

Apontou que, desde o início do ano, a Secretaria tem participado de ações coordenadas entre o Estado e a Prefeitura, especialmente no enfrentamento da criminalidade e da desordem na região da “Cracolândia”. Ressaltou que houve um aumento significativo de roubos e furtos em 2022, mas que, a partir de abril, a atuação das polícias contribuiu para a redução desses índices, com um crescimento de 20% a 30% nas prisões de criminosos entre janeiro e setembro.

Defendeu que as ações policiais seguem os trâmites legais e são voltadas à prisão de indivíduos que cometeram crimes, sendo essas prisões submetidas ao devido processo judicial. Criticou a ideia de que a polícia apenas desloca a cena de uso de um ponto a outro, argumentando que a política estadual de drogas tem como diretriz a requalificação urbana das ruas, com base legal. Indicou que o fluxo atual permanece na Rua dos Protestantes, gerando prejuízos aos moradores locais.

Apontou que mais de 1.300 pessoas que frequentam a área foram identificadas, sendo mais de 600 com antecedentes criminais, e que mais de 200 comunicações já foram feitas ao Judiciário sobre o descumprimento de medidas impostas pela Justiça, com uma parceria em andamento para agilizar esse processo em todo o Estado.

Refutou a alegação de ausência de políticas sociais, ressaltando a existência de serviços de saúde e assistência social, como o HUB na Rua Prates, e a realização de milhares de atendimentos e acolhimentos desde o início do ano. Destacou que o foco atual é atuar diretamente com as pessoas que permanecem no fluxo, distinguindo entre criminosos e pessoas em situação de vulnerabilidade, para as quais estão sendo ofertados serviços públicos.

Rose (sem registro do sobrenome) – Moradora do bairro Campos Elíseos

Relatou que, embora a situação tenha melhorado nos últimos dois meses com a redução do fluxo de pessoas em sua rua, os problemas noturnos persistem, incluindo barulho excessivo, sujeira e falta de condições básicas de higiene.

Questionou a ação tardia das autoridades, apontando que só houve mobilização quando o problema foi transferido para a Rua dos Protestantes, afetando outros moradores. Comparou a situação ao ditado “amar ao próximo, desde que esteja longe”, destacando como a sociedade tende a ignorar o problema quando não está diretamente afetada.

Alertou para a presença de crianças, incluindo bebês de colo, no meio do fluxo, e indagou sobre a atuação dos direitos humanos nesses casos. Deixou claro que não defendia a separação das crianças das mães, mas exigiu respostas sobre como proteger esses menores em situação de vulnerabilidade extrema.

Lydia Gama – Advogada e representante do projeto Teto Trampo e Tratamento (TTT) (membra do GTI)

Citou o Artigo 5º da Constituição Federal, defendendo que todos devem ser tratados com igualdade perante a lei, sem distinções. Criticou a histórica valorização da propriedade em detrimento da vida no Brasil, argumentando que qualquer condicionamento de direitos básicos já configura uma violação dos direitos humanos, que devem ser universais. Abordando especificamente a situação das mulheres, rejeitou políticas que representem castração ou controle reprodutivo de mulheres em vulnerabilidade, defendendo em vez disso a dignidade humana plena.

Como integrante do movimento Teto, Trampo e Tratamento (TTT), explicou que a proposta vai além de soluções paliativas: quando falam em teto, referem-se à moradia digna; trampo significa trabalho qualificado, considerando que muitas pessoas sequer são alfa-

betizadas; e tratamento implica cuidado em liberdade, não encarceramento em comunidades terapêuticas ou prisões.

Questionou o conceito de segurança pública, indagando “qual público” ele realmente protege, e defendeu a necessidade de desmilitarizar essas políticas. Reforçou a urgência de garantir condições básicas como alimentação e educação, lembrando que ninguém pode manter a tranquilidade ou buscar melhores condições de vida enquanto sofre com a fome e a falta de perspectivas.

Wellington (sem registro do sobrenome) - morador do bairro Campos Elíseos

Ressaltou as dificuldades enfrentadas pelos moradores da região, lembrando que muitos não participam dos debates por medo de hostilização.

Questionou profundamente a quem servem os direitos humanos e a segurança pública na região, argumentando que os moradores comuns não têm sido beneficiados por essas políticas. Criticou a romantização das cenas de uso, lembrando que a Ocupação Mauá não suportou dois dias com o fluxo em sua porta, enquanto outros moradores enfrentam essa realidade há anos.

Alertou para as consequências reais na vida dos moradores: perda de empregos, insegurança constante e falta de apoio. Defendeu que não deve haver separação entre “os do fluxo” e “os moradores”, pois todos estão sofrendo com a situação.

Roseli Kraemer - Integrante do Comitê Intersectorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua (Comitê Pop Rua) (membra do GTI)

Apontou que as ações de segurança realizadas na região se configuram como repressivas e violentas, caracterizando-as como uma forma de tortura física, mental e psicológica contra os frequentadores do território. Afirmou que a população da “Cracolândia” se encontra sitiada pela polícia e privada de seus direitos mais básicos.

Criticou a postura higienista do Governo e dos comerciantes, estes que adotam uma lógica do “não no meu quintal”. Sugeriu que o problema da corrupção está disseminado em várias instâncias do Estado, mencionando o tráfico de armas e drogas como exemplos de práticas criminosas que continuam a alimentar o fluxo. Ressaltou a importância de programas de moradia e tratamentos alternativos, como terapias psicodélicas.

Lírio Negro - Moradorx de hotel social e artista plástico

Denunciou a exclusão, a discriminação e o tratamento desumano sofrido por ela e por outros indivíduos em situação de vulnerabilidade, especialmente pessoas com deficiência, população trans e pessoas em situação de rua. Apontou que falas e atitudes excludentes geram desestabilização e aprofundam o sofrimento dessas populações.

Criticou com veemência o que chamou de posturas higienistas por parte de moradores e trabalhadores da região, denunciando a naturalização do genocídio da população trans e a marginalização das pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, a quem se refere como “noia”, defendendo que também são parte da população de rua e devem ser tratados com dignidade.

Destacou o desmonte das políticas públicas voltadas à moradia e à saúde das pessoas em situação de rua. Defendeu a necessidade de criação de moradias com enfoque em redução de danos, criticando as comunidades terapêuticas e os modelos baseados na abstinência compulsória, que classificou como práticas higienistas e inconstitucionais.

7.6 6ª Reunião (realizada na CMSP no dia 09/05/2024)

A escuta dos trabalhadores da rede de saúde

Neste encontro, a atenção se direcionou aos profissionais que atuam na linha de frente do atendimento em saúde na região. Foram trazidos desafios, dificuldades, experiências e propostas dos trabalhadores da rede de saúde (agentes de saúde, médicos, enfermeiros, psicólogos, etc.) que lidam diretamente com pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas. Discussões sobre condições de trabalho, abordagens terapêuticas, integração da rede, saúde mental dos profissionais e a efetividade dos serviços oferecidos também permearam as falas.

Presentes:

- Luna Zarattini – Vereadora e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (membra do GTI)
- Eduardo Suplicy - Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais (membro do GTI)
- Luana Alves - Vereadora e membra da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (membro do GTI)
- Silvia Ferraro da Bancada Feminista - Vereadora e membra da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (membra do GTI)
- Gabriel Pereira – Médico da equipe Consultório na Rua da Sé
- Diego Renó – Psicólogo no CAPS Infantojuvenil II Cidade Ademar e ex-trabalhador do Hub de Cuidados em Crack e Outras Drogas
- Rosângela Nimia – Gestora do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) AD IV Redenção
- Marcos Paulo de Oliveira Alves - Representante da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo (membro do GTI)
- Roseli Kraemer - Integrante do Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua (Comitê Pop Rua) (membra do GTI)
- Eduardo Tostes - Promotor de Justiça Assessor no Centro de Apoio Operacional Cível e Tutela Coletiva na área da Saúde Pública (membro do GTI)

- Flávio Campos – Representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (membro do GTI)
- Taniele Cristina Rui - Professora Doutora do Departamento de Antropologia da UNICAMP e autora do livro “Nas tramas do crack: etnografia da abjeção” (membra do GTI)
- Lydia Gama – Advogada e representante do projeto Teto Trampo e Tratamento (TTT) (membra do GTI)
- Cleiton Ferreira (Dentinho) - Representante da organização social Centro de Convivência É de Lei, artista plástico, morador da região central e representante dos conviventes do fluxo da “Cracolândia” (membro do GTI)
- Robson Mendonça - Presidente do Movimento Estadual da População em Situação de Rua

Relato das falas:

Luna Zarattini – Vereadora e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (membra do GTI)

Criticou a perseguição a entidades e ONGs que prestam assistência à população em situação de rua, denunciando ações da Guarda Civil Metropolitana (GCM) e da Polícia Militar, além de projetos de lei que buscam criminalizar a doação de alimentos e roupas. Também condenou as internações compulsórias, consideradas ilegais e desumanas, defendendo, em contrapartida, políticas baseadas no cuidado, no tratamento humanizado e no respeito aos direitos fundamentais.

Destacou a importância da renda básica de cidadania, proposta pelo Deputado Suplicy, como uma medida essencial para reduzir a vulnerabilidade social e melhorar as condições de vida dessa população.

Eduardo Suplicy - Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais (membro do GTI)

Mencionou a evolução das políticas públicas na região, citando o programa De Braços Abertos, do governo Fernando Haddad, baseado na redução de danos, e criticou os programas posteriores, como o Redenção, por não alcançarem os mesmos resultados positivos. Falou do uso da Cannabis medicinal como alternativa terapêutica para pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas.

Reiterou seu apoio à renda básica universal, mencionando que está sendo estudada a transição do Bolsa Família para esse modelo. Defendeu que essa política poderia ser uma ferramenta importante na redução da vulnerabilidade social na “Cracolândia” e em outras regiões do país.

Gabriel Pereira – Médico da equipe Consultório na Rua da Sé

Criticou a atual Política Municipal de Álcool e Drogas, especialmente o Programa Redenção e suas variações (como SIAT e SCP), tendo em vista que esta modificou a abor-

dagem assistencial no território, promovendo uma lógica de cuidado baseada no encaminhamento e no isolamento social, o que remete a práticas manicomiais e higienistas, distantes dos princípios da atenção básica, como o cuidado longitudinal e em rede.

Criticou fortemente o uso do conceito de “cena de uso”, defendendo que tais denominações desumanizam os sujeitos e os reduzem à condição de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, apagando suas histórias e vínculos. Ressaltou que os espaços tidos como “cenas” são, na verdade, locais de vida, afeto e convivência, e que a política atual promove uma separação danosa entre o sujeito e pessoa que faz uso problemático de álcool e outras drogas. Alertou para o risco de políticas públicas que tratam essas pessoas apenas como “usuárias de drogas”, reforçando estigmas e violências estruturais.

Destacou a fragilidade e a desarticulação das políticas voltadas à população em situação de rua. Apontou a dificuldade em acessar vagas em centros de acolhida e criticou seu modelo ultrapassado, bem como a precarização de iniciativas como o POT (Programa Operação Trabalho), que perdeu seu potencial de reabilitação e inserção social. Ressaltou a importância de políticas que reconheçam a diversidade e complexidade dessa população, propondo alternativas como o modelo “moradia primeiro” e serviços realmente atrativos e adequados para crianças e adolescentes, como o CRCA.

Defendeu o fortalecimento da Política Municipal para a População em Situação de Rua e do Comitê PopRua, bem como a ampliação do modelo do Consultório na Rua para todas as áreas da cidade, inclusive as denominadas como “cenas de uso”.

Diego Renó – Psicólogo no CAPS Infantojuvenil II Cidade Ademar e ex-trabalhador do Hub de Cuidados em Crack e Outras Drogas

Relatou sua trajetória de três anos no antigo CRATOD (Centro de Referência em Álcool e Drogas), que em 2023 foi transformado no Hub de Cuidados em Crack e outras Drogas sob gestão estadual. Criticou a mudança no modelo de atendimento: enquanto o CRATOD permitia acompanhamento terapêutico em liberdade, o Hub passou a priorizar encaminhamentos massivos para comunidades terapêuticas e hospitais psiquiátricos, com meta de 100 internações mensais.

Contou que muitos pacientes retornavam rapidamente das internações em comunidades terapêuticas, revelando a ineficácia das medidas adotadas. Diante disso, o serviço passou a priorizar encaminhamentos para hospitais psiquiátricos com leitos aumentados, enquanto os pacientes aguardavam em casas de passagem. Denunciou, ainda, que pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas que buscam o serviço espontaneamente passaram a ser internados de forma involuntária, gerando graves violações de direitos.

Relatou que o serviço, financiado com verbas milionárias (R\$ 8 milhões repassados à SPDM em 2023), tornou-se um dispositivo de higienização social. Apesar da propaganda de “30 mil atendimentos”, esses números incluíam apenas triagens superficiais, sem garantia de cuidado efetivo.

Alertou para a violência institucional: seguranças agredindo pessoas em situação de

vulnerabilidade com cassetetes (e câmeras desligadas), proibição de discussões sobre luta antimanicomial, perseguição a profissionais críticos (como ele, demitido após convidar a Defensoria Pública), censura de práticas como a redução de danos, e esvaziamento do CAPS (de 700 para 400 pacientes, com redução de equipes e recursos). O Hub também abandonou práticas como matriciamento em UBSs e CAPS na Rua, priorizando apenas o fluxo do SCP (Serviço de Cuidados Prolongados), alinhado à gestão municipal.

Afirmou que o serviço, antes potencialmente transformador, tornou-se ferramenta eleitoreira e de controle social, desrespeitando direitos humanos e perpetuando um modelo manicomial. Destacou o adoecimento de profissionais (37 pedidos de demissão em 2023) e a farsa estatística que mascara a falta de resultados concretos na “Cracolândia”, há 30 anos sem políticas efetivas de redução de danos ou inclusão social.

Rosângela Nimia – Gestora do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) AD IV Redenção

Relatou sua experiência como gerente do CAPS IV, destacando as diferenças significativas em relação ao CAPS III. Ressaltou que o CAPS IV funciona 24 horas por dia, com pronto-atendimento, e foi pensado especificamente para atuar na “cena de uso”, acolhendo uma população em situação de grande vulnerabilidade.

Enfatizou a importância de abordar os pacientes não apenas com técnica profissional, mas também com empatia e humanização, reconhecendo sua subjetividade e dignidade como seres humanos. Relatou que o CAPS IV atende pacientes de diversos municípios e estados, com um perfil bastante rotativo.

Informou que há casos com Projetos Terapêuticos Singulares (PTS) em andamento e que muitos pacientes passam por processos de melhora, seja por meio da redução de danos, seja pela internação seguida de reinserção no tratamento ambulatorial.

Concordou com o termo “matriciais” usado anteriormente por outro participante, reforçando a importância de olhar para toda a rede de serviços disponíveis para oferecer melhores possibilidades de tratamento e recuperação aos pacientes.

Cleiton Ferreira (Dentinho) - Representante da organização social Centro de Convivência É de Lei, artista plástico, morador da região central e representante dos conviventes do fluxo da “Cracolândia” (membro do GTI)

Ressaltou que o uso de substâncias não pode ser dissociado da realidade social e econômica vivida por essas pessoas e enfatizou que ninguém está na rua por escolha, mas por falta de oportunidades e políticas eficazes. Denunciou o estigma e a criminalização que recaem sobre as pessoas em situação de rua, muitas vezes perpetuados inclusive por profissionais da segurança pública.

Apontou a importância do funcionamento da rede de serviços para sua própria trajetória de superação, afirmando que foi acolhido por iniciativas como o programa De Braços Abertos e o Centro de Convivência É de Lei. Defendeu que a redução de danos deve dialogar com outras estratégias, como a abstinência, e não se opor a elas. Criticou duramente a falta de comunicação entre os serviços da rede pública, questionando por que profissionais capacitados são impedidos de atuar de forma integrada e participativa.

Abordou as falhas estruturais das políticas públicas, como a ausência de moradia, de acesso a água e a banheiros, e a precariedade de serviços como saúde, educação e cultura. Relatou episódios em que ações de zeladoria urbana desmobilizam o trabalho de catadores de materiais recicláveis, tratando como lixo o que é, na verdade, o meio de sobrevivência dessas pessoas. Destacou a importância de espaços como o Festival Pop Rua e o Museu da Língua Portuguesa, que promovem ações de convivência e dão visibilidade à população em situação de rua, denunciando, por outro lado, tentativas de barrar iniciativas simples como a distribuição de água.

Defendeu a necessidade de formação adequada para os profissionais que atuam na ponta, afirmando que muitos saem das universidades despreparados para lidar com a realidade das ruas. Pediu maior investimento na rede, melhor articulação entre os serviços e valorização das experiências de vida das pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas como parte do processo de construção de políticas públicas efetivas.

Eduardo Tostes - Promotor de Justiça Assessor no Centro de Apoio Operacional Cível e Tutela Coletiva na área da Saúde Pública (membro do GTI)

Relatou a experiência bem-sucedida do aluguel social em Franca, embora reconhecesse as diferenças entre uma metrópole como São Paulo e uma cidade menor como Franca (350 mil habitantes), defendeu que a experiência não deveria ser desconsiderada. Argumentou que, paralelamente às ações de redução de danos - amplamente defendidas pelos demais participantes -, é necessário oferecer alternativas que proporcionem autonomia e possibilidade de reconstrução de vida às pessoas em situação de vulnerabilidade.

Lydia Gama - Advogada e representante do projeto Teto Trampo e Tratamento (TTT) (membra do GTI)

Denunciou graves violações de direitos humanos na “Cracolândia”, especialmente durante operações de “limpeza” e ações policiais no território. Apontou que a Guarda Civil Metropolitana (GCM) tem agido com truculência, impedindo a livre circulação de pessoas, inclusive em situações básicas como o uso do banheiro, e responsabilizou a corporação pelas condições insalubres do local.

Denunciou ainda uma prática preocupante nas operações: a Polícia Militar estaria identificando pessoas com pendências judiciais e oficiando o Judiciário com pedidos de internação compulsória ou sustação de benefícios penais, sem garantir o contraditório e a ampla defesa. Ressaltou muitas dessas pessoas sequer têm endereço fixo ou são formalmente citadas, e a Defensoria Pública não tem sido comunicada, o que resultaria em prisões arbitrárias e até desaparecimentos forçados.

Denunciou também a criminalização do território da “Cracolândia”, afirmando que boletins de ocorrência estão sendo usados nos processos para qualificá-lo como espaço perigoso legitimando ações de extermínio e reforça uma política de genocídio.

Defendeu a criação de uma CPI para investigar a atuação da GCM, criticando a falta de preparo e estrutura da corporação, o uso sistemático da violência e a ausência de políticas de cuidado com a saúde mental dos agentes. Cobrou uma atuação mais humanizada

do Ministério Público, denunciando pedidos de penas desproporcionais e a falta de conhecimento do território por parte de promotores.

Roseli Kraemer - Integrante do Comitê Intersectorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua (Comitê Pop Rua) (membra do GTI)

Denunciou a situação de violência e tortura diária vivida pelas pessoas em situação de rua em São Paulo, apontando a ação das forças de segurança pública e das políticas de “higienização” como responsáveis pela desumanização e repressão sofridas.

Criticou a precariedade das condições de vida, mencionando a falta de acesso a direitos básicos como moradia, água e banheiro, e alertou para o agravamento dessa situação com a possível aprovação da PEC 45, que representa um retrocesso nas políticas de drogas. Defendeu a necessidade de acolhimento, alternativas terapêuticas e não encarceramento como formas mais eficazes e humanas de cuidado, compartilhando sua própria experiência como usuária de maconha que lhe permite suportar as condições desumanas da rua.

Denunciou ainda a violência institucional e a ausência de respostas estatais frente ao desaparecimento de pessoas, especialmente de grupos vulneráveis como a população LGBTQIA+, idosos, deficientes e crianças e possível tráfico de órgãos. Criticou a falta de preparo dos policiais recém-contratados e a repressão desproporcional, inclusive com o uso de tecnologias como o reconhecimento facial, que estariam sendo utilizadas sem garantias de tratamento adequado às pessoas identificadas. Apontou também o desmonte de políticas públicas e o mau uso dos recursos destinados a projetos sociais e de saúde.

Defendeu a criação de espaços específicos e humanizados para os conviventes da “Cracolândia”, como uma “vila” com acesso a cultura, arte e saúde. Pediu a criação de um CAPS de rua, destacando que o sofrimento emocional e a violência vivida ultrapassam a questão das drogas. Acusou o governo de atuar em prol de interesses econômicos, como a desvalorização do centro para fins de desapropriação, e alertou para o aumento da população em situação de rua.

Robson Mendonça - Presidente do Movimento Estadual da População em Situação de Rua

Criticou a atuação da Guarda Civil Metropolitana e da Polícia Militar, tendo em vista a promoção de práticas de violência e extermínio contra pessoas em situação de rua. Relatou episódios de abuso, como a proibição de fornecimento de água e alimentos à população vulnerável, além da ausência de banheiros públicos e do uso de jatos d’água e spray de pimenta como forma de repressão, ações que representam um projeto deliberado de exclusão e eliminação da população em situação de rua, e culpou o Governador e o Prefeito por permitirem essas violações.

Apontou também a precariedade dos serviços públicos destinados à população de rua, mencionando a falta de vagas e as más condições de acolhimento, como presença de doenças, insalubridade e maus-tratos. Criticou o funcionamento de algumas entidades que administram esses serviços de acolhimento, acusando-as de corrupção e desvio de

recursos.

Sobre a internação de pessoas em situação de dependência, citou casos em que pedidos de ajuda foram ignorados, resultando em tragédias pessoais, como suicídios e homicídios. Condenou a proposta de internação compulsória, argumentando que ela criminaliza e desumaniza ainda mais as pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas.

Defendeu que todas as pessoas, independentemente de sua condição, devem ser tratadas com dignidade e humanidade. Comparou a perseguição às pessoas em situação de rua à perseguição histórica sofrida por figuras como Jesus Cristo.

Silvia Ferraro da Bancada Feminista - Vereadora e membra da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (membra do GTI)

Destacou a qualidade e a competência dos profissionais e ativistas que atuam na questão da “Cracolândia”, ressaltando que muitos dos problemas enfrentados poderiam ser resolvidos, não fossem a falta de vontade política e a visão desumanizadora adotada por setores do poder público.

Afirmou que há uma concepção excludente sobre quem merece ser tratado como ser humano: de um lado, os que têm seus direitos reconhecidos; de outro, aqueles que são vistos apenas como números e alvos de políticas repressivas. Criticou a fragilidade do Estado Democrático de Direito no Brasil, observando que mudanças de governo resultam em desmontes de políticas públicas bem-sucedidas, como teria ocorrido com o programa do Cratod e com a política de aborto legal no Hospital Vila Nova Cachoeirinha. Ressaltou ser necessário construir políticas de Estado que resistam às trocas de governo e garantam continuidade e respeito aos direitos fundamentais.

Criticou duramente o Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura Municipal pelas ações de repressão contra a população em situação de rua, classificando como absurda a proibição de distribuição de alimentos por ONGs. Citou declaração pública do Prefeito que confirmava essa medida e apontou que agora também estaria sendo proibido oferecer água às pessoas em situação de rua, o que considerou uma violação gravíssima de direitos constitucionais.

7.7 Reunião da Comissão de Direitos Humanos da CMSP (04/06/2024)

Escuta dos colaboradores do Programa Redenção na Rua e do HUB de Cuidados em Crack e Outras Drogas do Governo de São Paulo

Esta reunião focou na escuta dos profissionais envolvidos em duas iniciativas governamentais: o Programa Redenção na Rua (municipal) e o HUB de Cuidados em Crack e Outras Drogas (estadual). As falas relataram sobre o funcionamento desses programas, e as experiências dos colaboradores no contexto das suas demissões dos programas, e denúncias de violação de direitos da gestão tanto com os usuários dos serviços como com os próprios colaboradores.

Presentes:

- Luna Zarattini – Vereadora e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (membra do GTI)
- Luana Alves - Vereadora e membra da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (membro do GTI)
- Silvia Ferraro da Bancada Feminista - Vereadora e membra da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (membra do GTI)
- Andrea Cristina Guerra – Enfermeira e ex-trabalhadora do Programa Redenção na Rua
- Luiza Ribeiro – Terapeuta ocupacional e representante do Fórum VivaSUS

Relato das falas:

Luna Zarattini – Vereadora e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (membra do GTI)

Destacou as denúncias recebidas de trabalhadores de serviços de saúde e assistência social que atuam na região da “Cracolândia”. Apontou que esses profissionais enfrentam dificuldades e perseguição por cumprirem seu papel no atendimento à população em situação de vulnerabilidade e que faz uso de álcool e outras drogas. Ressaltou a importância de garantir condições adequadas de trabalho e um tratamento humano, tanto para os usuários dos serviços quanto para os próprios trabalhadores, que buscam romper ciclos de violência e promover a reinserção social.

Criticou abordagens autoritárias e conservadoras na região, defendendo a necessidade de denunciar violações e assegurar o cumprimento das diretrizes do Ministério da Saúde.

Andrea Cristina Guerra – Enfermeira e ex-trabalhadora do Programa Redenção na Rua

Relatou que foi desligada sem justificativa pela AFNE (Associação Filantrópica Nova Esperança), organização social responsável pelo Serviço de Cuidados Prolongados (SCP), porque denunciou problemas graves nas políticas públicas de saúde na “Cracolândia”. Relatou que trabalhou no local desde 2017, inicialmente com o programa Redenção na Rua, e destacou que, a partir de 2020, surgiram intervenções contrárias às diretrizes oficiais de saúde mental, com a implantação de serviços não formalizados junto do Ministério da Saúde ou das secretarias municipais, como o SIAT Emergencial e o Serviço de Cuidados Prolongados (SCP).

Criticou a atuação do SCP, que promove internações compulsórias de forma agressiva, sem acompanhamento adequado, gerando um ciclo de idas e vindas das pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas sem solução efetiva. Ressaltou que o CAPS AD IV, que deveria ser uma referência no tratamento, tornou-se um serviço burocrático e quanti-

tativo, perdendo sua função qualitativa. Apontou que colaboradores que questionam essas irregularidades são perseguidos e demitidos arbitrariamente, como ocorreu com ela.

Defendeu a necessidade de um trabalho baseado em políticas públicas bem estruturadas, respeitando a Reforma Psiquiátrica e garantindo um atendimento humanizado, em vez de ações higienistas e repressivas. Lamentou o desmonte dos serviços de saúde mental na região e o abandono dos profissionais comprometidos com um cuidado digno às pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas.

Luiza Ribeiro – Terapeuta ocupacional e representante do Fórum VivaSUS

Denunciou a precarização e perseguição política enfrentada por trabalhadores do SUS, especialmente na área de saúde mental. Relatou que, apesar da retórica de valorização do sistema público de saúde, os profissionais são demitidos e silenciados por defenderem um cuidado ético, humanizado e baseado nos princípios do SUS.

Criticou a gestão terceirizada das Organizações Sociais (OS), que impõem valores morais contrários às políticas públicas de saúde, gerando violência institucional e abuso de poder. Contou que foi demitida sem justificativa técnica, apenas por estar “desalinhada com os valores da OS”, apesar de seu desempenho reconhecido e da escassez de profissionais de sua categoria. Ressaltou que sua demissão foi política, relacionada à sua militância em defesa do SUS fora do horário de trabalho.

Apontou a falta de proteção aos trabalhadores, já que o controle social está enfraquecido, o Conselho Municipal de Saúde não tem força, o Ministério Público não intervém, e a mídia ignora as denúncias. Defendeu a necessidade de ação coletiva e propositiva para garantir que o SUS sobreviva como uma política pública essencial, assegurando melhores condições de trabalho e proteção contra perseguições.

Luana Alves - Vereadora e membra da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (membro do GTI)

Apontou que o desmonte do SUS, especialmente na área da saúde mental, tem sido utilizado como instrumento de um projeto autoritário e manicomial, agravando a situação dos profissionais da saúde e da população atendida. Apontou que a atual gestão teria intensificado esse processo, atacando diretamente os trabalhadores, que ficam desamparados e sem alternativas.

Criticou duramente a forma de contratação via organizações sociais (OSs), que classificou como empresas com interesses privados, mesmo quando não possuem fins lucrativos formais. Ressaltou que essa configuração precariza os vínculos trabalhistas e enfraquece a atuação dos profissionais do SUS, gerando uma condição de vulnerabilidade e medo entre os trabalhadores.

7.8 7ª Reunião (realizada na CMSP no dia 08/08/2024)

Escuta das entidades do terceiro setor que realizam trabalhos na região conhecida como “Cracolândia”

Esta reunião se dedicou a ouvir as organizações da sociedade civil (ONGs, coletivos, instituições religiosas, etc.) que desenvolvem projetos e ações na “Cracolândia”. Foram relatadas as formas de trabalho, os desafios enfrentados por essas entidades, suas críticas a falta de políticas públicas e suas propostas de atuação, tendo sido o tema central da reunião o papel do terceiro setor no acolhimento, na redução de danos, na reinserção social e na defesa de direitos das pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas.

Presentes:

- Luna Zarattini – Vereadora e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (membra do GTI)
- Eduardo Suplicy - Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais (membro do GTI)
- Luana Alves - Vereadora e membra da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (membro do GTI)
- Silvia Ferraro da Bancada Feminista - Vereadora e membra da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (membra do GTI)
- Carlo Calta Belotti (Cacá Pinheiro) – Representante do projeto Pagode na Lata
- Carmen Lopes – Coordenadora e Presidenta do Coletivo Tem Sentimento
- Lydia Gama – Advogada e representante do projeto Teto Trampo e Tratamento (TTT) (membra do GTI)
- Dani Amorim – Representante da organização social Centro de Convivência É de Lei (membra do GTI)
- Ananda Portaro – Representante da organização social Centro de Convivência É de Lei (membra do GTI)
- Viviana Torrico – Representante do projeto Solidariedade Vegan
- Arthur Pinto Filho – Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo na área de Direitos Humanos e Saúde Pública (membro do GTI)
- Sônia Maria Pereira - Moradora do bairro Campos Elíseos (membra do GTI)
- João Carlos de Souza – Morador do bairro Campos Elíseos (membro do GTI)
- Cecília Galício - Conselheira do Conselho Estadual de Políticas de Drogas (CONED) e Conselheira do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD) (membra do GTI)
- Surrailly Fernandes Youssef - Defensora Pública e Coordenadora Auxiliar do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de

São Paulo (membra do GTI)

- Mateus Yasbeck - Representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (membro do GTI)

Relato das falas:

Luna Zarattini – Vereadora e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (membra do GTI)

Mencionou sua visita ao projeto “Tem Sentimento”, elogiando os impactos positivos na vida das mulheres participantes, especialmente em relação à geração de renda, autonomia e reinserção social. Parabenizou as lideranças comunitárias e as entidades presentes, como o projeto “É de Lei”, pela resistência e atuação direta no território, enfrentando denúncias graves de violações de direitos humanos, como perseguições e internações compulsórias sem respaldo judicial, especialmente no CAPS IV. Denunciou a desumanização do tratamento ofertado a essas pessoas e defendeu que elas sejam vistas para além do uso de substâncias, como sujeitos de direitos.

Criticou o conservadorismo da Câmara Municipal de São Paulo, relatando que até propostas simples, como a criação de bebedouros públicos, foram barradas por serem consideradas polêmicas. Apontou a contradição entre esse tipo de resistência legislativa e a realidade de milhares de pessoas em situação de rua na cidade, condenando a negação de direitos básicos e o tratamento excludente que é dado a essa população.

Criticou a abordagem policial truculenta e questionou a eficácia das megaoperações, apontando que elas não resultam na prisão de grandes traficantes.

Eduardo Suplicy - Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais (membro do GTI)

Enfaticou que as organizações do terceiro setor atuantes na região da “Cracolândia” enfrentam tentativas constantes de criminalização, inclusive por parte de membros da própria Câmara Municipal, apesar de executarem ações que deveriam ser asseguradas como políticas públicas de saúde, assistência social, direitos humanos, cultura e trabalho.

Expressou preocupação com uma recente operação policial na região, ocorrida dois dias antes, e relatou ter recebido denúncias de violações de direitos humanos, com despejos de moradores de hotéis e pensões sem qualquer acompanhamento por parte da assistência social, do conselho tutelar ou de outros serviços obrigatórios, o que agravou ainda mais a vulnerabilidade dessas pessoas. Defendeu a necessidade de atuação responsável por parte do Poder Público, com foco na dignidade e nos direitos das populações afetadas.

Destacou o caso de Janaína Xavier, liderança da região que está atualmente detida. Disse conhecer Janaína há décadas e declarou estar acompanhando de perto o caso, manifestando preocupação com a situação da mãe de dez filhos, incluindo um bebê em fase de amamentação. Defendeu que ela pudesse permanecer em casa para cuidar dos filhos

e reiterou sua disposição em prestar testemunho em favor dela, destacando sua trajetória de colaboração e engajamento com a comunidade local.

Carmen Lopes – Coordenadora e Presidenta do Coletivo Tem Sentimento

Relatou que iniciou seu trabalho no território como orientadora socioeducativa e assistente social, promovendo atividades de autocuidado para mulheres cis e trans em situação de vulnerabilidade, inicialmente no Largo General Osório. Explicou que, com o tempo, essas ações se ampliaram, originando o Coletivo Tem Sentimento, que passou a oferecer atividades regulares e iniciativas voltadas à dignidade das pessoas em situação de rua, como um bazar solidário com sistema de troca simbólica (vale-treta).

Destacou a criação de oficinas de costura como resposta à necessidade concreta das mulheres atendidas, especialmente pela carência de roupas íntimas. A atividade revelou memórias afetivas e habilidades manuais dessas mulheres, o que impulsionou a criação de um projeto de geração de renda. Para viabilizar esse projeto, o coletivo ocupou um prédio na Rua dos Protestantes e, durante a pandemia, adaptou-se para produzir máscaras no Teatro de Contêiner. Com apoio da iniciativa privada, o grupo estruturou sua sede em três contêineres, onde passou a oferecer cursos de costura com bolsas mensais de R\$ 500, incentivando a transformação pessoal das participantes.

Ressaltou que o Coletivo Tem Sentimento trabalha com foco na inclusão social e financeira, reconhecendo a importância de oferecer alternativas concretas de renda para a população em situação de rua. Mencionou que o grupo cresceu de sete para cerca de 70 participantes, ampliando suas atividades para outras áreas como crochê, e firmou parcerias, como com a Secretaria do Trabalho, que oferece bolsas temporárias. No entanto, lamentou a escassez de apoio financeiro do poder público, enfatizando que o trabalho das ONGs na “Cracolândia” sobrevive “à base de milagre” diante do estigma e da ausência de políticas sustentáveis.

Criticou o abandono do território por parte do Estado e defendeu a necessidade de políticas públicas eficazes que considerem todos os sujeitos da “Cracolândia” — moradores, conviventes do fluxo, comerciantes — como seres humanos dignos de atenção. Ressaltou que, embora não saiba se é possível “acabar com a Cracolândia”, acredita que é possível amenizar o sofrimento presente por meio de um trabalho sério e comprometido com a inclusão e o cuidado.

Lydia Gama – Advogada e representante do projeto Teto Trampo e Tratamento (TTT) (membra do GTI)

Criticou a ausência do Estado na garantia de direitos básicos e denunciou a criminalização das pessoas que vivem no território, majoritariamente negras, pobres e marginalizadas.

Relatou operações policiais violentas ocorridas em 28 de junho e em setembro, quando 28 hotéis sociais foram fechados sem aviso prévio, deixando centenas de pessoas desabrigadas. Descreveu cenas de truculência, incluindo despejos sem justificativa formal, documentos perdidos e a falta de assistência social aos atingidos. Destacou o descaso do

Ministério Público, que agiu com desumanidade ao não apresentar ofícios de lacração e ignorar a presença de crianças, idosos e mulheres no processo.

Mencionou o caso de Janaína Xavier, mãe de dez filhos – incluindo um bebê de dez meses e uma criança autista –, presa sem justificativa clara. Questionou a lógica do sistema judiciário que criminaliza a pobreza enquanto ignora as desigualdades estruturais que levam essas pessoas à marginalização. Também abordou a especulação imobiliária no centro de São Paulo, que tem afetado pequenos comerciantes e ocupações, como o Moinho, onde trabalhadores de reciclagem perderam suas fontes de sustento.

Dani Amorim – Representante da organização social Centro de Convivência É de Lei (membra do GTI)

Apresentou o Centro de Convivência É de Lei, que atua desde 1998 com redução de danos em São Paulo, sendo pioneira no Brasil nesse tipo de abordagem. Explicou que a redução de danos não se limita ao uso de substâncias, mas considera as múltiplas dimensões da vida das pessoas, trabalhando para minimizar riscos sociais e de saúde.

Traçou um histórico da redução de danos, destacando sua origem nos anos 1980-90 como estratégia de prevenção ao HIV entre pessoas que faziam uso de drogas injetáveis na Europa, posteriormente adaptada no Brasil. Criticou as políticas de internação compulsória, defendendo que são pouco eficazes a longo prazo, especialmente quando impostas sem considerar a vontade do indivíduo. Em contrapartida, ressaltou que a redução de danos, embora não seja contra outras políticas públicas, oferece resultados mais sustentáveis quando integrada a uma rede de cuidados.

Descreveu as ações do É de Lei na “Cracolândia”, incluindo a distribuição de insumos de prevenção, articulação com outros coletivos e a criação de espaços de convivência que permitam às pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas interagir socialmente além do contexto das drogas. Enfatizou a importância de tratar essas pessoas como sujeitos integrais, não apenas como “usuários”, já que muitas chegam à “Cracolândia” após uma série de violências estruturais, como abusos domésticos, racismo e transfobia.

Defendeu políticas públicas que garantam direitos básicos, como acesso a água, banheiros e alimentação, lembrando que a negação desses serviços agrava a desumanização das pessoas em situação de rua. A fala encerrou com um apelo por abordagens holísticas que considerem as trajetórias de vida individuais, pois apenas sanando opressões estruturais será possível transformar a realidade da “Cracolândia”.

Ananda Portaro – Representante da organização social Centro de Convivência É de Lei (membra do GTI)

Apontou que a internação e a abstinência são possibilidades, porém não devem ser as únicas oferecidas, que é o que vem acontecendo, com a pessoa saindo da internação e continuando sem casa e sem trabalho. Defendeu, portanto, que políticas de moradia e de trabalho digno são formas de ofertar redução de danos para essa população.

Silvia Ferraro da Bancada Feminista - Vereadora e membra da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (membra do GTI)

Relatou as dificuldades enfrentadas ao defender políticas de redução de danos na Câmara Municipal, onde o tema é alvo de preconceitos e piadas. Criticou vereadores que associam a redução de danos ao incentivo ao uso de drogas, classificando essas posições como maldosas e não fruto de ignorância, já que se trata de uma abordagem com comprovação científica. Denunciou as clínicas de internação compulsória como “verdadeiras máfias” que recebem recursos públicos sem oferecer resultados efetivos, destacando casos de mortes nesses locais.

Defendeu que o governo deveria investir mais em projetos de redução de danos, que teriam resultados mais satisfatórios. Relembrou uma audiência pública sobre a “Cracolândia” realizada anos atrás, na qual defensores da redução de danos foram acusados de apoiar o uso de drogas, mostrando como o debate ainda é tabu e enfrenta resistências conservadoras.

Comparou os períodos do Projeto De Braços Abertos — que promovia integração e atividades para usuários — com a fase posterior, marcada por repressão e deterioração das relações sociais. Argumentou que a estratégia atual visa a desvalorização imobiliária e a gentrificação, num processo que empurra moradores pobres para fora da área. Definiu essa política como “necropolítica”, ou seja, um projeto de extermínio que beneficia interesses econômicos em detrimento da população vulnerável.

Viviana Torrico – Representante do projeto Solidariedade Vegan

Relatou as ações desenvolvidas pelo coletivo que faz parte desde abril de 2020, quando começaram a distribuir marmitas veganas, totalizando mais de 260 mil entregas. Além da alimentação, o grupo expandiu suas atividades, criando brinquedotecas em ocupações urbanas, oferecendo aulas diversas (ioga, reforço escolar, boxe) e desenvolvendo o projeto Trampolink, que conecta pessoas em vulnerabilidade a oportunidades de trabalho.

Destacou a gravidade da situação na “Cracolândia”, descrevendo-a não como mera vulnerabilidade, mas como “tortura sistemática”, com violações cotidianas de direitos básicos, como acesso à água. Criticou a remoção de bebedouros públicos em São Paulo — contrastando com cidades como Lisboa, que possui centenas.

Apresentou o projeto Noise Against Misery, que mobiliza a cena musical para arrecadar alimentos, destacando a eficácia dessa rede (10 toneladas em um fim de semana). Enfatizou o conhecimento prático das organizações locais, superior ao de muitos políticos.

Carlo Calta Belotti (Cacá Pinheiro) – Representante do projeto Pagode na Lata

Criticou veementemente a romantização das situações vividas por pessoas em extrema vulnerabilidade, afirmando que o tratamento destinado a elas é desumano e se configura como uma tortura constante – física, psicológica, emocional e espiritual.

Apontou a omissão do Estado como um dos principais problemas, lembrando que os

direitos garantidos na Constituição não são respeitados para as populações mais vulneráveis, como pessoas negras, indígenas, pobres, trans e mulheres. Denunciou o processo de gentrificação no centro de São Paulo, que expulsa trabalhadores e moradores do território em nome de interesses financeiros e de uma estética socialmente aceita, ignorando os direitos e a dignidade dessas pessoas.

Defendeu que as ações públicas voltadas à “Cracolândia” não devem se limitar à retirada das pessoas do uso de substâncias, mas precisam oferecer suporte amplo – emocional, psicológico, financeiro, de saúde e de cidadania. Relatou as dificuldades enfrentadas por quem tenta acessar serviços básicos, como tirar documentos ou conseguir atendimento médico, e denunciou a forma discriminatória com que essas pessoas são tratadas por sua aparência ou condição social.

Criticou fortemente as políticas repressivas de segurança pública, especialmente a atuação da Guarda Civil Metropolitana (GCM) e da Polícia Militar, que têm agido de forma violenta e humilhante no território, submetendo os conviventes da cena de uso a práticas comparáveis às do sistema prisional, como revistas constantes e remoções forçadas.

Sônia Maria Pereira - Moradora do bairro Campos Elíseos (membra do GTI)

Parabenizou o trabalho do Terceiro Setor na “Cracolândia”, mas criticou a falta de ação efetiva do Poder Público ao longo dos anos, o que perpetuou o problema. Como moradora da região, denunciou a indignidade do tratamento dado às pessoas em situação de rua e com uso problemático de drogas, destacando cenas cotidianas de vulnerabilidade extrema, como a distribuição de marmitas em meio a sujeira e insetos. Ressaltou que tanto os moradores quanto os “adictos” são seres humanos igualmente negligenciados.

Embora tenha rejeitado a truculência policial, defendeu a necessidade de intervenção estatal, pois, além da violência das autoridades, há outros atores violentos no território que exploram a situação. Criticou a omissão do poder público e questionou: “A quem interessa manter essas pessoas na rua?”. Argumentou que o custo atual — com limpeza urbana, policiamento e equipes multidisciplinares — já é alto, e que investir em tratamento contínuo, moradia e inclusão social seria mais eficiente e humano.

Apesar de reconhecer o trabalho valioso das ONGs, alertou que ele é insuficiente (“trabalho de formiguinha”) e que a responsabilidade principal é do Estado. Ponderou que há clínicas e iniciativas boas e ruins, evitando generalizações, e encerrou com um apelo por ações concretas, além de discussões repetitivas em grupos de trabalho (GTs).

João Carlos de Souza – Morador do bairro Campos Elíseos (membro do GTI)

Reconheceu o trabalho das ONGs, mas destacou que, antes delas, eram os moradores e comerciantes locais que ajudavam as pessoas da “Cracolândia”, oferecendo alimentos e apoio básico. Relatou que costumava dar dinheiro e comida aos conviventes da cena de uso, mas parou quando percebeu que esses recursos poderiam estar indiretamente financiando o tráfico. Essa preocupação é compartilhada por muitos moradores e comerciantes, que não se opõem a ajudar, mas questionam a forma como a assistência é organizada.

Criticou a falta de coordenação na distribuição de alimentos, citando um exemplo em que ONGs se recusaram a se organizar para minimizar os impactos nos moradores, como o acúmulo de lixo e resíduos. Ressaltou que os residentes e comerciantes não são contra a ajuda humanitária, mas querem que seja feita de maneira ordenada e respeitosa. Contrapôs a percepção de que os moradores são ricos ou indiferentes ao sofrimento alheio, enfatizando que muitos trabalham duro para sobreviver e estão dispostos a ajudar de forma responsável.

Surrailly Fernandes Youssef - Defensora Pública e Coordenadora Auxiliar do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (membra do GTI)

Destacou o trabalho do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos no acompanhamento da “Cracolândia” desde 2012. Mencionou uma pesquisa recente sobre a Operação Cachimbo, que evidenciou como a repressão policial intensificada tem dificultado o acesso das pessoas em situação de vulnerabilidade a políticas públicas de saúde, assistência social e moradia. A pesquisa reforçou a importância da redução de danos e da construção de vínculos entre pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas e equipes de assistência.

Apontou que o problema central da “Cracolândia” é a extrema pobreza e a miserabilidade, agravadas pela omissão do Poder Público em garantir direitos básicos. Criticou ações de zeladoria urbana que removem pertences essenciais das pessoas em situação de rua e denunciou o aumento da violência e da repressão no território. Para enfrentar essas questões, anunciou que a Defensoria intensificará sua presença no local, realizando atendimentos semanais para coletar relatos e oferecer orientações jurídicas a moradores, conviventes da cena de uso e organizações.

Destacou a necessidade de articular políticas públicas que evitem soluções fracassadas dos últimos 30 anos, priorizando saúde, assistência social e moradia.

Cecília Galicio - Conselheira do Conselho Estadual de Políticas de Drogas (CONED) e Conselheira do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD) (membra do GTI)

Destacou que a política de drogas é competência do Governo Federal, cabendo à Prefeitura focar na assistência social, saúde, educação e geração de renda. Criticou a associação entre pobreza e drogas como instrumento de opressão e ressaltou que a Prefeitura não deveria discutir criminalização, mas sim criar políticas públicas efetivas.

Mencionou a Conferência Municipal de Política de Drogas realizada em novembro do ano passado, cujo relatório só foi publicado oito meses depois, demonstrando descaso da Secretaria Municipal de Direitos Humanos. Defendeu que esse documento, construído com participação popular - inclusive de moradores do Centro - deveria nortear as ações governamentais, em vez de decisões tomadas por pessoas sem contato direto com a realidade da “Cracolândia”.

Apelou para que o Prefeito e o Governador consultem os conselhos competentes antes de implementar operações ou políticas relacionadas às drogas, reforçando a impor-

tância da participação da sociedade civil na construção dessas políticas através dos órgãos institucionais adequados.

Mateus Yasbeck - Representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (membro do GTI)

Relatou a tentativa de fortalecer a participação popular no debate sobre a “Cracolândia” no COMUDA. Mencionou dois episódios preocupantes: a tentativa de uma empresa com contratos significativos com a Prefeitura de participar do COMUDA e denúncias de interferências indevidas nas equipes dos CAPS, especialmente em projetos voltados à redução de danos, como o Redenção na Rua.

Afirmou que, apesar do discurso oficial, o que se observa na prática é a transformação do cuidado em uma “máquina de internação”, onde o foco está apenas na ocupação de leitos hospitalares, sem políticas concretas de reinserção social, acesso à moradia ou trabalho. Relatou que os serviços públicos não estão voltados para a reconstrução da vida dos conviventes do fluxo, mas apenas para interná-los pelo maior tempo possível, com financiamento estatal.

Criticou duramente as recentes operações policiais na “Cracolândia” e na Favela do Moinho, denunciando a criminalização da pobreza e dos conviventes da cena de uso. Resaltou a ausência de apreensões significativas de drogas, a generalização de acusações de tráfico com base em pequenas quantidades e a desproporcionalidade da repressão. Apontou a hipocrisia do sistema, que pune pobres com base em pequenas quantidades de substâncias ilícitas enquanto permite que pessoas privilegiadas façam uso legal de cannabis sob prescrição médica.

8. Visita ao CAPS Redenção e ao território (02/07/2024)

Apresentação de perguntas a equipe do CAPS IV AD Redenção e visita à cena de uso conhecida como “Cracolândia”

Participantes:

- Eduardo Suplicy - Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais (membro do GTI)
- Luna Zarattini – Vereadora e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo (membra do GTI)
- Bruna Andrade – Integrante da organização social Iniciativa Negra Para Uma Nova Política Sobre Drogas (membra do GTI)
- Adilson Souza Santiago – Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo (CONDEPE-SP)
- Vitoria Regina – Integrante do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo (CONDEPE-SP)
- Gabrielle Dias – Coordenadora Executiva do Programa Redenção da Secretaria Municipal de Saúde
- Cintia Silva – Assistente Social do Ministério Público de São Paulo
- Eduardo Nora – Psiquiatra Chefe Responsável pelo CAPS IV AD Redenção
- Rildo Marques - Representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (membro do GTI)
- Enon Machado – Representante da Associação Terapêutica de Cannabis Medicinal Flor da Vida
- Yuri Katayama – Assistente Social do Ministério Público de São Paulo
- Natasha Inessa – Funcionária do CAPS IV AD Redenção
- Regina Ribeiro – Coordenadora de Equipe do “Redenção na Rua”

- Taniele Cristina Rui - Professora Doutora do Departamento de Antropologia da UNICAMP e autora do livro “Nas tramas do crack: etnografia da abjeção” (membra do GTI)

A visita teve como objetivo a observação e o diálogo com a equipe do Centro de Atenção Psicossocial IV Álcool e Drogas Redenção (CAPS IV AD Redenção). Foram feitos questionamentos sobre a gestão do serviço diante do acúmulo de denúncias recebidas pelo GTI, sobretudo por parte de profissionais atuantes no próprio CAPS e no CRATOD (atualmente denominado HUB de Cuidados em Crack e Outras Drogas).

A diligência ao CAPS IV AD foi considerada de especial importância diante dos relatos de práticas institucionais que poderiam contrariar as diretrizes da política de redução de danos, além de apontamentos sobre violações de direitos no processo de internação, imposição de condutas terapêuticas e desarticulação da rede de cuidado. Durante a reunião com a equipe técnica e a coordenação do serviço, foram apresentadas perguntas previamente elaboradas pelos membros do GTI com base nas denúncias recebidas nas reuniões anteriores.

Após a visita ao CAPS, os membros do GTI seguiram em deslocamento para rua dos Protestantes onde se encontrava o “fluxo da Cracolândia”, para observar in loco as condições de vida e de permanência dos conviventes na cenas de uso. A chegada ao local foi marcada por uma situação incomum: o grupo foi recepcionado pela então Secretária Municipal de Direitos Humanos, Sra. Soninha Francine, o que evidenciou um esforço da Prefeitura em antecipar-se à presença do GTI e intervir previamente no ambiente.

Constatou-se, no momento da visita, uma visível redução da presença policial no território, o que foi percebido como tentativa de tornar o ambiente mais palatável e menos condizente com as denúncias recorrentes de violações de direitos, como abordagens violentas, intimidações e remoções forçadas, que vinham sendo relatadas anteriormente por conviventes da cena de uso e entidades da sociedade civil.

Situação institucional do serviço

Gabrielle Dias e Eduardo Nora informaram que o serviço, anteriormente tipificado como CAPS IV, sofreu alteração de classificação e, por essa razão, não se encontra mais regulamentado nem financiado pelo Governo Federal. Atualmente, opera sob a tipificação de CAPS III, embora, na prática, mantenha as atribuições e o funcionamento característicos de um CAPS IV, sob responsabilidade da Prefeitura de São Paulo. No entanto, pesquisa realizada na página oficial da Secretaria Municipal de Saúde, ainda apresentava o serviço como tipificado como CAPS IV, sem menção à referida atualização.

Perguntas formuladas e respostas apresentadas

Os tratamentos atualmente disponíveis no serviço englobam práticas de Redução de Danos?

Segundo o Dr. Eduardo Nora, a política de saúde mental do município prevê a redução de danos como uma de suas diretrizes. A prática é aplicada especialmente nos casos em

que a pessoa que faz uso de álcool ou outras drogas não deseja ou não consegue alcançar a abstinência. No entanto, foi pontuado por representantes da sociedade civil que o termo “redução de danos” não foi mencionado nas principais descrições apresentadas pela gestão.

Há conhecimento dos profissionais da rede sobre o uso de óleo de cannabis medicinal para tratamento de uso problemático de álcool e outras drogas? Foi informado que o uso de óleo de cannabis não está disponível como protocolo de tratamento na rede pública municipal.

Qual é a resposta às denúncias de atendimento desumanizado, ausência de práticas de redução de danos e orientação prioritária à internação?

As práticas do Programa De Braços Abertos foram encerradas? A gestão afirmou não ter recebido formalmente as denúncias mencionadas. Informou, contudo, que a implementação do Programa Redenção se deu com base em revisão das falhas do Programa De Braços Abertos e escuta das equipes. O Dr. Eduardo Nora ressaltou que internações compulsórias podem ocorrer nos termos da Lei 10.216/2001, mediante avaliação profissional em casos de comprometimento do juízo de realidade.

Quantos profissionais do Programa De Braços Abertos foram incorporados ao Programa Redenção?

Gabrielle Dias relatou que a atual OSC responsável pela gestão do serviço, a Associação Filantrópica Nova Esperança (AFNE), absorveu os profissionais da OSC anterior (IABAS). Contudo, mencionou que a rotatividade de profissionais é elevada.

Como é realizado o matriciamento entre os serviços?

Relatou-se que há resistência dos usuários em aceitarem tratamento fora do CAPS de referência. Ainda assim, são realizados encaminhamentos para UBSs e UPAs com especialidades psiquiátricas, e mantido matriciamento com instituições como o Hospital das Clínicas (INPER), CAPS I e SIAT III, além de reuniões regulares com serviços especializados.

Houve tolhimento de participação de profissionais no ato público do Dia da Luta Antimanicomial em 17/05/2024?

A gestão afirmou que não houve orientação institucional para impedir a participação dos profissionais e que a Secretaria de Saúde apoia o movimento antimanicomial. Alguns profissionais foram realocados para manter o funcionamento do serviço no período do ato.

Como a coordenação do programa se posiciona frente às denúncias envolvendo os ex-funcionários Anderson Assis e Andrea Guerra?

Informou-se que há processo administrativo SEI em tramitação, com envolvimento do Ministério Público. Sobre Andrea Guerra, destacou-se que sua atuação em duas frentes (Redenção na Rua e SCP) gerou conflitos internos, culminando em sua substituição. A atual gestão reconhece que as trocas geram insatisfações, mas defende a necessidade de

integração das equipes.

Qual a posição do serviço frente à denúncia de internação involuntária de uma mulher grávida após ultrassom?

A coordenadora Regina Ribeiro não reconheceu a prática como violação de liberdade e afirmou que muitas pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas solicitam a própria internação. Reforçou que o Redenção na Rua ampliou as possibilidades de tratamento, incluindo a internação como alternativa.

Como respondem às denúncias sobre perda de autonomia de usuários internados em comunidades terapêuticas?

Dr. Eduardo Nora informou que a internação segue parâmetros técnicos e a linha de cuidado se baseia em diretrizes nacionais. Internações involuntárias são exceção e ocorrem apenas quando há comprometimento da capacidade de decisão do usuário. A prioridade é o atendimento voluntário e o número de internações é pequeno em relação ao total de atendimentos.

Há pagamento a profissionais do SCP para encaminharem atendidos para internação?

A pergunta não foi respondida diretamente pelos representantes da gestão.

Para quais instituições pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas são encaminhadas em caso de internação?

Os encaminhamentos são feitos para: Irmãs Hospitaleiras, SCP (Serviço de Cuidados Prolongados), Cantareira, Instituto Perdizes do Hospital das Clínicas (INPER), Hospital Santa Catarina, entre outros. O fluxo de encaminhamento é pré-estabelecido e consta nos sistemas da Secretaria.

Ponderações sobre a visita

A visita técnica ao CAPS IV AD Redenção e ao território da “Cracolândia” representou uma etapa central do trabalho de campo conduzido pelo GTI, permitindo a escuta direta da gestão do serviço de saúde, bem como a observação concreta da realidade vivida pelas pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas no território. Embora a gestão do CAPS tenha fornecido respostas institucionais às perguntas elaboradas pelo GTI, permanecem lacunas relevantes, tanto no tocante ao reconhecimento formal das denúncias quanto à efetiva implementação das práticas de redução de danos e à garantia dos direitos das pessoas atendidas.

A presença da Secretária Municipal de Direitos Humanos no fluxo da “Cracolândia”, no momento exato da visita do GTI, embora institucionalmente válida, causou estranhamento entre os participantes pela aparente preparação prévia do ambiente e pela notável redução da presença policial. Tal contexto reforça a importância do monitoramento independente das políticas públicas em curso e a necessidade de transparência e participação social na formulação e execução das ações voltadas à população em situação de vulnerabilidade.





9. Síntese dos temas debatidos

As reuniões do GTI propiciaram um espaço amplo de debate sobre as múltiplas dimensões que envolvem a cena de uso aberto de drogas conhecida como “Cracolândia”. A diversidade dos participantes, como já exposto, garantiu a expressão de distintos pontos de vista e evidenciou a complexidade do tema, inerente a um território marcado por disputas legais, terapêuticas, orçamentárias e políticas.

Nesse sentido, o acesso à íntegra das falas (QR Code na página 25) permite compreender os contornos dessas disputas e os diferentes projetos em conflito. Ainda assim, optou-se por sintetizar os conteúdos discutidos, visando organizar o extenso material e tornar mais acessível a riqueza do debate, contribuindo tanto para a compreensão das questões tratadas quanto para a formulação de políticas públicas mais justas e eficazes, como se verá ao final, no item “Recomendações e Diretrizes”.

Importante pontuar que, apesar das divergências, foi possível identificar convergências importantes entre os participantes. Destacam-se, entre elas: críticas à omissão do poder público; a urgência de ampliar políticas públicas de acolhimento e moradia; denúncias sobre a ausência de tratamento digno às pessoas em situação de uso problemático de substâncias; a necessidade de enfrentamento ao tráfico com inteligência, em vez da criminalização dos usuários; a ineficácia das ações repressivas que apenas deslocam o chamado “fluxo” para outras regiões; o sofrimento de todos que vivem o território; e a importância da escuta e da participação social na formulação das políticas, incluindo moradores, pessoas em uso de drogas e comerciantes da região.

A síntese aqui apresentada organiza os principais pontos debatidos em torno de dez eixos temáticos que estruturam um diagnóstico do território, de seus sujeitos e das políticas públicas nele implementadas. Cada

tema elenca informações relevantes trazidas por um ou mais participantes — sejam relatos, denúncias, opiniões ou contribuições técnicas. As referências em rodapé indicam a autoria das informações e a reunião em que foram apresentadas.

9.1 Sujeitos do território e vulnerabilidade social

- **Vítimas da desigualdade social:** foi apontado que os conviventes da cena de uso são vítimas da desigualdade social²³, devendo o Estado considerar que a cena de uso é expressão da extrema miséria, agravada pela pandemia de Covid-19²⁴. Enfatizou-se que a maioria da população em situação de rua da “Cracolândia” é negra, periférica, pobre, com histórico de múltiplas violações de direitos, como agressão sistemática por parte das forças de segurança municipal e estadual, abuso sexual e abandono familiar²⁵.
- **População que frequenta o fluxo é diversa:** foi indicado que a população que ocupa o chamado “fluxo” é heterogênea, formada por adultos, idosos, jovens, crianças e adolescentes, muitos deles em extrema vulnerabilidade social e emocional²⁶.
- **Maioria de homens negros:** relatou-se que o perfil predominante dos conviventes da cena de uso é de homens, negros, com cerca de 35 anos, sem vínculos familiares ou empregatícios²⁷.
- **Vítimas da violência institucionalizada:** foi apontado que a situação na “Cracolândia” não é apenas de vulnerabilidade, mas de tortura sistemática cotidiana, seja pelo abandono, seja pela repressão constante, configurando-se como um quadro de violência institucionalizada²⁸.
- **Nem todos fazem uso de crack:** relatou-se que há pessoas na cena de uso que consomem crack e outras substâncias, mas também há aquelas que não usam crack, apenas outras substâncias, e há também quem não use nada, que está lá por questões sociais²⁹.
- **Grande número de pessoas egressas:** foi destacado que o perfil dos frequentadores da “Cracolândia” tem alta sobreposição com pessoas egressas do sistema penal, que são alvos constantes de repressão e criminalização³⁰.

23. 1ª Reunião: Flávio Falcone / 4ª reunião: Edson Ortega e Flávio Falcone

24. 1ª Reunião: Roseli Kraemer e Cecília Galício

25. 7ª Reunião: Dani Amorim e Ananda Portaro

26. 6ª Reunião: Gabriel Pereira e Cleiton Ferreira

27. 2ª Reunião: Marcelo Ribeiro

28. 7ª Reunião: Viviana Torrico e Carlo Calta

29. 2ª Reunião: Marcelo Ribeiro

30. 4ª Reunião: Flávio Falcone

9.2 Políticas de saúde e assistência social

- **Importância da redução de danos:** foi explicado que a redução de danos é um conjunto de práticas que visa minimizar os danos relacionados ao uso de substâncias, aos danos sociais diversos e tudo o mais que diz respeito à condição humana que seja passível de redução de danos, sem necessariamente interromper o uso³¹. Foi trazido que a política de redução de danos é uma alternativa comprovada cientificamente à internação compulsória, trabalhando com o reconhecimento da autonomia da pessoa com uso problemático de álcool e outras drogas e ofertando insumos (como seringas, preservativos e kits de higiene) para uso mais seguro, prevenindo infecções e violências³². Defendeu-se que políticas de redução de danos são mais adequadas à realidade das pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, ao contrário da imposição da abstinência imediata, que tem efeito a curto prazo muito irrisório, enquanto a redução de danos é uma medida viável para médio e longo prazo³³.
- **Êxitos da redução de danos:** foi relatado que as práticas de redução de danos realizadas por entidades do terceiro setor têm contribuído para a restauração da dignidade de pessoas com uso de substâncias, promovendo reaproximação com familiares e reinserção social³⁴.
- **Preconceito sobre a redução de danos:** criticou-se o preconceito contra essa abordagem dentro da Câmara Municipal, onde é alvo de piadas e campanhas difamatórias por parte de vereadores que associam a redução de danos ao incentivo ao uso de drogas, sendo que se trata de uma abordagem com comprovação científica³⁵. Foi denunciado que organizações sociais que atuam com redução de danos e acolhimento, como o É de Lei, estão sendo ameaçadas e atacadas, revelando um ambiente de ódio e intolerância³⁶.
- **Apagamento da memória sobre redução de danos e guerra institucional:** relatou-se que há tentativas de apagamento da memória sobre a política de redução de danos na cidade e que esse cenário pode ser compreendido dentro do conceito de “guerra infraestrutural”, que remete ao desmonte de políticas públicas e serviços essenciais³⁷.
- **Importância da pluralidade de abordagens:** foi destacado que o consumo de crack e outras drogas entre os conviventes da “Cracolândia” é multifatorial e exige

31. 7ª Reunião: Dani Amorim

32. 7ª Reunião: Dani Amorim e Ananda Portaro

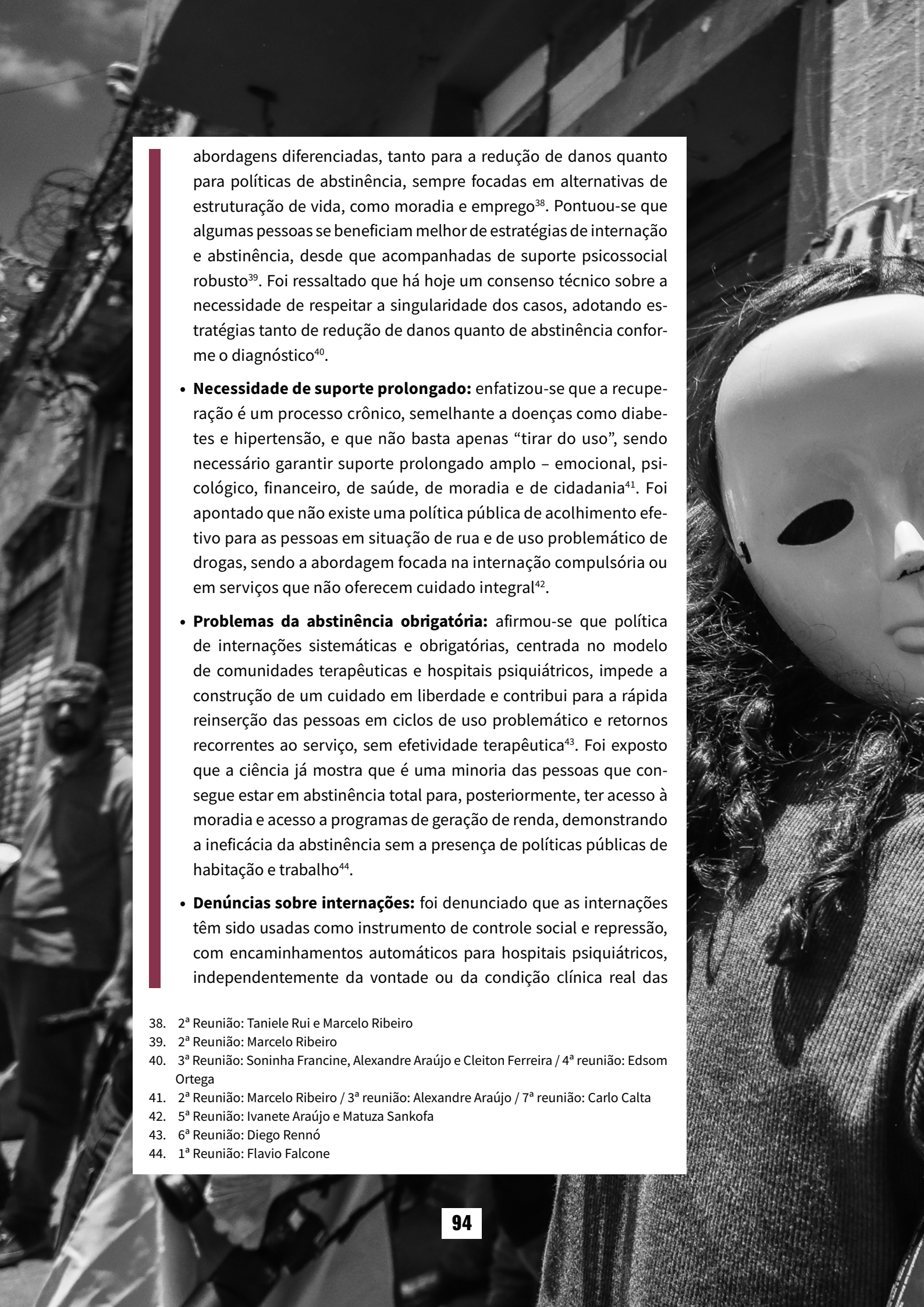
33. 6ª Reunião: Gabriel Pereira, Diego Rennó e Cleiton Ferreira / 7ª reunião: Dani Amorim

34. 7ª Reunião: Dani Amorim

35. 7ª Reunião: Silvia da Bancada Feminista

36. 5ª Reunião: Matuza Sankofa

37. 2ª Reunião: Taniele Rui



abordagens diferenciadas, tanto para a redução de danos quanto para políticas de abstinência, sempre focadas em alternativas de estruturação de vida, como moradia e emprego³⁸. Pontuou-se que algumas pessoas se beneficiam melhor de estratégias de internação e abstinência, desde que acompanhadas de suporte psicossocial robusto³⁹. Foi ressaltado que há hoje um consenso técnico sobre a necessidade de respeitar a singularidade dos casos, adotando estratégias tanto de redução de danos quanto de abstinência conforme o diagnóstico⁴⁰.

- **Necessidade de suporte prolongado:** enfatizou-se que a recuperação é um processo crônico, semelhante a doenças como diabetes e hipertensão, e que não basta apenas “tirar do uso”, sendo necessário garantir suporte prolongado amplo – emocional, psicológico, financeiro, de saúde, de moradia e de cidadania⁴¹. Foi apontado que não existe uma política pública de acolhimento efetivo para as pessoas em situação de rua e de uso problemático de drogas, sendo a abordagem focada na internação compulsória ou em serviços que não oferecem cuidado integral⁴².
- **Problemas da abstinência obrigatória:** afirmou-se que política de internações sistemáticas e obrigatórias, centrada no modelo de comunidades terapêuticas e hospitais psiquiátricos, impede a construção de um cuidado em liberdade e contribui para a rápida reinserção das pessoas em ciclos de uso problemático e retornos recorrentes ao serviço, sem efetividade terapêutica⁴³. Foi exposto que a ciência já mostra que é uma minoria das pessoas que consegue estar em abstinência total para, posteriormente, ter acesso à moradia e acesso a programas de geração de renda, demonstrando a ineficácia da abstinência sem a presença de políticas públicas de habitação e trabalho⁴⁴.
- **Denúncias sobre internações:** foi denunciado que as internações têm sido usadas como instrumento de controle social e repressão, com encaminhamentos automáticos para hospitais psiquiátricos, independentemente da vontade ou da condição clínica real das

38. 2ª Reunião: Taniele Rui e Marcelo Ribeiro

39. 2ª Reunião: Marcelo Ribeiro

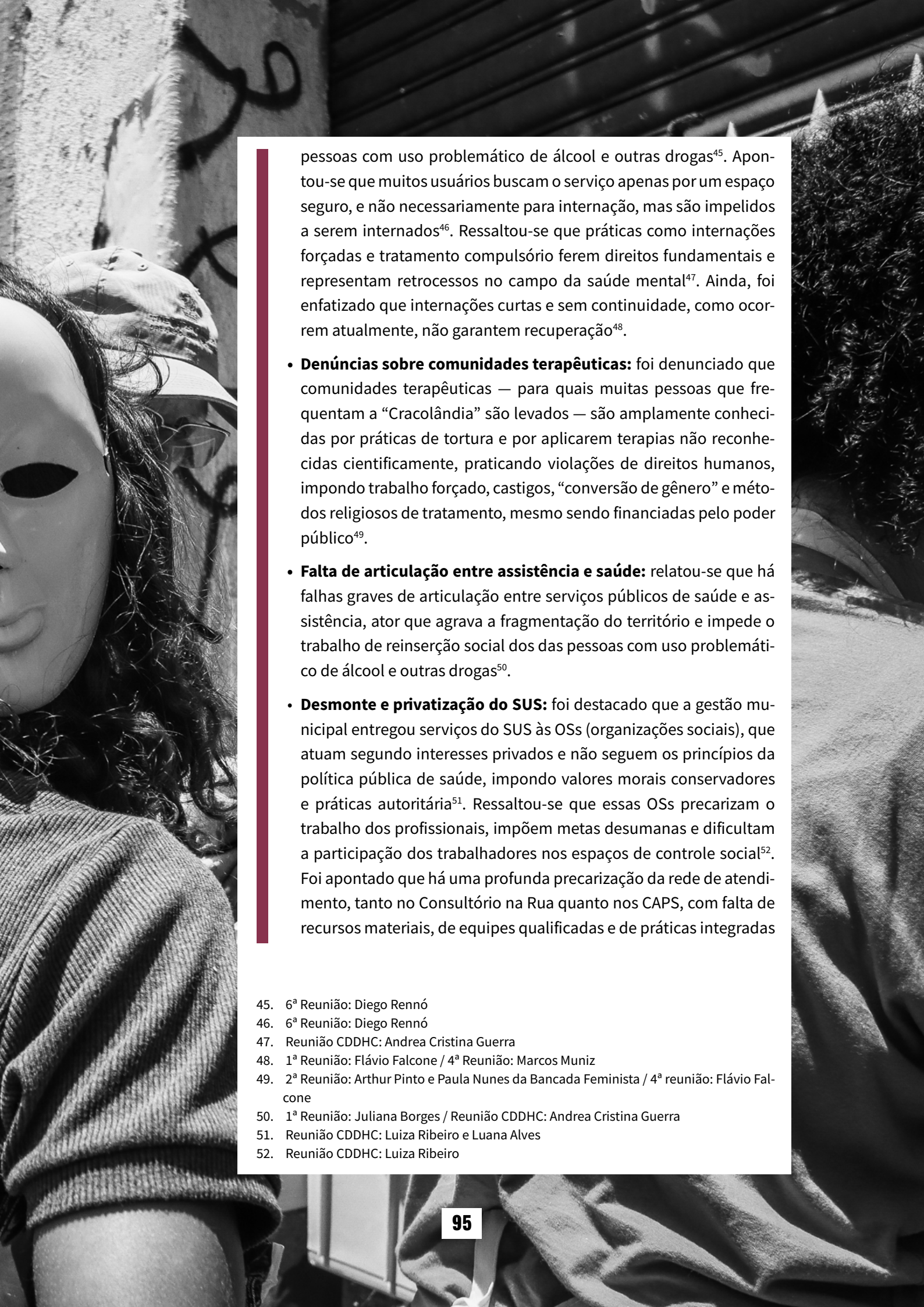
40. 3ª Reunião: Soninha Francine, Alexandre Araújo e Cleiton Ferreira / 4ª reunião: Edsom Ortega

41. 2ª Reunião: Marcelo Ribeiro / 3ª reunião: Alexandre Araújo / 7ª reunião: Carlo Calta

42. 5ª Reunião: Ivanete Araújo e Matuza Sankofa

43. 6ª Reunião: Diego Rennó

44. 1ª Reunião: Flavio Falcone



peças com uso problemático de álcool e outras drogas⁴⁵. Apon-
tou-se que muitos usuários buscam o serviço apenas por um espaço
seguro, e não necessariamente para internação, mas são impelidos
a serem internados⁴⁶. Ressaltou-se que práticas como internações
forçadas e tratamento compulsório ferem direitos fundamentais e
representam retrocessos no campo da saúde mental⁴⁷. Ainda, foi
ênfático que internações curtas e sem continuidade, como ocor-
rem atualmente, não garantem recuperação⁴⁸.

- **Denúncias sobre comunidades terapêuticas:** foi denunciado que comunidades terapêuticas — para quais muitas pessoas que fre-
quentam a “Cracolândia” são levadas — são amplamente conheci-
das por práticas de tortura e por aplicarem terapias não reconhe-
cidas cientificamente, praticando violações de direitos humanos,
impondo trabalho forçado, castigos, “conversão de gênero” e méto-
dos religiosos de tratamento, mesmo sendo financiadas pelo poder
público⁴⁹.
- **Falta de articulação entre assistência e saúde:** relatou-se que há
falhas graves de articulação entre serviços públicos de saúde e as-
sistência, o que agrava a fragmentação do território e impede o
trabalho de reinserção social das pessoas com uso problemáti-
co de álcool e outras drogas⁵⁰.
- **Desmonte e privatização do SUS:** foi destacado que a gestão mu-
nicipal entregou serviços do SUS às OSs (organizações sociais), que
atuam segundo interesses privados e não seguem os princípios da
política pública de saúde, impondo valores morais conservadores
e práticas autoritárias⁵¹. Ressaltou-se que essas OSs precarizam o
trabalho dos profissionais, impõem metas desumanas e dificultam
a participação dos trabalhadores nos espaços de controle social⁵².
Foi apontado que há uma profunda precarização da rede de atendi-
mento, tanto no Consultório na Rua quanto nos CAPS, com falta de
recursos materiais, de equipes qualificadas e de práticas integradas

45. 6ª Reunião: Diego Rennó

46. 6ª Reunião: Diego Rennó

47. Reunião CDDHC: Andrea Cristina Guerra

48. 1ª Reunião: Flávio Falcone / 4ª Reunião: Marcos Muniz

49. 2ª Reunião: Arthur Pinto e Paula Nunes da Bancada Feminista / 4ª reunião: Flávio Fal-
cone

50. 1ª Reunião: Juliana Borges / Reunião CDDHC: Andrea Cristina Guerra

51. Reunião CDDHC: Luiza Ribeiro e Luana Alves

52. Reunião CDDHC: Luiza Ribeiro

de cuidado⁵³. Apontou-se que o desmonte do SUS faz parte de um projeto estruturado que visa a sua destruição enquanto política pública universal e integral⁵⁴. Foi ressaltado que este desmonte é deliberado, passando a se privilegiar ações repressivas em vez de soluções estruturais⁵⁵.

- **Denúncias sobre novos serviços:** foi exposto que houve a instalação de serviços que não respeitam as diretrizes do SUS (Sistema Único de Saúde) nem a Reforma Psiquiátrica, como o SIAT Emergencial (Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica Emergencial) e o Serviço de Cuidados Prolongados (SCP), que atuam de maneira autoritária e sem efetividade⁵⁶. Denunciou-se que essas novas estruturas surgiram sem comunicação oficial, sem respaldo das Secretarias de Saúde e sem articulação com a RAPS (Rede de Atenção Psicossocial), rompendo processos de cuidado construídos ao longo dos anos⁵⁷. Foi ressaltado que houve uma fusão de serviços como o CAPS AD IV (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas IV) e o Redenção na Rua, comprometendo a especificidade de cada serviço e gerando práticas de atendimento voltadas apenas ao cumprimento de metas quantitativas, e não ao cuidado integral⁵⁸. Foi denunciado que o SCP atua com práticas violentas e humilhantes, como abordar pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas oferecendo “vale internação” de maneira ostensiva e agressiva⁵⁹. Enfatizou-se que a lógica que permeia a atuação desses serviços é a do higienismo, tratando os conviventes das cenas de uso como “sujeira” a ser retirada do espaço público⁶⁰. Relatou-se que há uma política de repressão institucionalizada que se sobrepõe ao cuidado e que busca, por meio de internações compulsórias e forçadas, reduzir o número de pessoas visíveis no território, sem efetivo projeto de reinserção social⁶¹. Foi criticada a ausência de transparência sobre o funcionamento de novos serviços⁶².
- **Críticas à transformação do CRATOD em HUB:** foi denunciado que a transformação do antigo CRATOD (Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas) no serviço HUB de Cuidados em Crack e Outras Drogas representou o desmonte de uma política de atenção em liberdade, que antes respeitava a autonomia das pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas e praticava a redução de danos, e agora se tornou um serviço voltado majoritariamente para internações compulsórias em hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas, com proibi-

53. 6ª reunião: Gabriel Pereira, Diego Rennó e Rosângela Nimia

54. Reunião CDDHC: Luiza Ribeiro

55. 7ª reunião: Lydia Gama, Dani Amorim e Ananda Portaro

56. Reunião CDDHC: Andrea Cristina Guerra

57. Reunião CDDHC: Andrea Cristina Guerra

58. Reunião CDDHC: Andrea Cristina Guerra

59. Reunião CDDHC: Andrea Cristina Guerra

60. Reunião CDDHC: Andrea Cristina Guerra

61. Reunião CDDHC: Andrea Cristina Guerra

62. 1ª Reunião: Juliana Borges

ção expressa de menções à luta antimanicomial no serviço⁶³. Enfatizou-se que a prioridade tem sido atender a metas burocráticas, em detrimento do atendimento integral e da construção de vínculos terapêuticos⁶⁴. Criticou-se a mudança abrupta no CRATOD, sem a realização de uma transição planejada, eliminando um serviço consolidado de cuidado psicossocial que articulava saúde, moradia e emprego para os usuários do serviço⁶⁵.

- **Perseguição a trabalhadores da saúde:** denunciou-se que trabalhadores do SUS que denunciam as irregularidades ou tentam manter práticas éticas de cuidado em liberdade e a abordagem humanizada têm sido perseguidos e demitidos de forma arbitrária⁶⁶. Foi relatado que as OSs utilizam critérios políticos para o desligamento dos trabalhadores, principalmente aqueles que se alinham aos princípios do SUS e resistem às práticas conservadoras e autoritárias⁶⁷. Foi exposto que perseguição gera um ambiente de medo constante entre os trabalhadores, que se sentem silenciados e acuados, dificultando ainda mais o cuidado aos usuários do serviço⁶⁸.
- **Precarização do trabalho de servidores:** apontou-se que a rotatividade de trabalhadores da assistência social, em razão dos baixos salários, prejudicou a construção de vínculos com os conviventes da casa de uso⁶⁹. Foi exposto que muitos trabalhadores sociais são lançados ao território sem estrutura, suporte ou recursos adequados para oferecer atendimento digno⁷⁰.
- **Insuficiência de vagas:** foi apontado que houve ampliação de alguns serviços, como o CAPS AD IV (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas IV), o SIAT (Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica) e as Unidades de Acolhimento (UA), mas que ainda há carência de vagas e integração efetiva entre saúde e assistência social, deixando lacunas no tratamento⁷¹.
- **Ausência de serviços básicos:** foi criticada a ausência de acesso básico a itens como banheiros públicos, lavanderias, alimentação e água⁷². Foi apontado que houve, desde 2017, um processo contínuo de desmonte dos serviços que ofereciam acesso a água, banheiros e alimentação, entre eles, o Bom Prato do bairro de Campos Elíseos⁷³.

63. 6ª Reunião: Diego Rennó

64. Reunião CDDHC: Luiza Ribeiro

65. 2ª Reunião: Marcelo Ribeiro e Arthur Pinto

66. Reunião CDDHC: Andrea Cristina Guerra e Luiza Ribeiro

67. Reunião CDDHC: Luiza Ribeiro

68. Reunião CDDHC: Andrea Cristina Guerra e Luiza Ribeiro

69. 2ª Reunião: Arthur Pinto

70. 5ª Reunião: Ivanete Araújo

71. 3ª Reunião: Soninha Francine / 4ª reunião: Edsom Ortega

72. 2ª Reunião: Arthur Pinto / 6ª reunião: Gabriel Pereira, Cleiton Ferreira, Robson Mendonça

73. 2ª Reunião: Taniele Rui, Luna Zarattini e Paula Nunes da Bancada Feminista

- **Escassa rede de proteção para crianças e adolescentes:** foi relatado que crianças e adolescentes em situação de rua estão especialmente vulneráveis, com escassa rede de proteção⁷⁴.
- **Importância e falta do Programa De Braços Abertos:** foi criticado o desmonte de programas sociais como “De Braços Abertos” e a falta de ações contínuas de assistência⁷⁵. Foi relatado que a abordagem do cuidado em liberdade, com o oferecimento de “housing first” (moradia primeiro) do programa De Braços Abertos, foi eficaz para a recuperação e reinserção social de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas⁷⁶. Foi lembrado que o programa De Braços Abertos trouxe avanços ao oferecer trabalho e moradia, mas foi descontinuado em 2017, quando novas operações repressivas e internações compulsórias foram adotadas⁷⁷. Foi elogiada a abordagem de redução de danos do programa De Braços Abertos⁷⁸. Foi defendido que sejam feitas políticas públicas com olhar humanizado e integradas, com moradia, saúde, educação e emprego, como foi o programa De Braços Abertos⁷⁹. Foi lembrado que, durante o programa “De Braços Abertos”, havia uma inspetoria de redução de danos na Guarda Civil Metropolitana, e que os guardas recebiam formação em redução de danos⁸⁰.
- **Importância da implementação da Renda Básica da Cidadania:** foi ressaltada a necessidade da implementação de políticas sociais estruturais, como a renda básica de cidadania, garantindo um valor mínimo a todos os brasileiros, independentemente de origem, raça ou condição socioeconômica, apontando a renda básica como uma ferramenta essencial para enfrentar a pobreza extrema, reduzir a vulnerabilidade que afeta muitos dos frequentadores da “Cracolândia” e como medida estrutural para reduzir a criminalidade⁸¹.
- **Acolhimento para animais de estimação:** foi sugerido que estruturas públicas (como a Estação Cidadania) poderiam incluir serviços para animais de estimação, já que muitas pessoas em situação de rua e com uso problemático de álcool e outras drogas possuem pets como seus principais vínculos afetivos⁸².

9.3 Políticas de moradia

- **Importância da política de “Moradia Primeiro”:** foi ressaltado que a falta de moradia digna e políticas efetivas de habitação (como o modelo “Housing First” — Mo-

74. 6ª Reunião: Gabriel Pereira

75. 1ª Reunião: Roseli Kraemer

76. 5ª Reunião: Cleiton Ferreira

77. 2ª Reunião: Arthur Pinto

78. 6ª Reunião: Eduardo Suplicy

79. 2ª Reunião: Luna Zarattini

80. 2ª Reunião: Taniele Rui

81. 1ª Reunião: Eduardo Suplicy / 2ª reunião: Eduardo Suplicy e Celi Cavallari

82. 3ª Reunião: Cleiton Ferreira

radia Primeiro) continua como um obstáculo central para a saída das pessoas do fluxo⁸³. Enfatizou-se que políticas de moradia foram identificadas como fundamentais para a reinserção social das pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas⁸⁴. Foi apontado que a moradia definitiva é mais eficiente do que a lógica de abrigamento em CTAs (Centros Temporários de Acolhimento) e albergues⁸⁵.

- **Falta de implementação de políticas de moradia:** criticou-se a falta de implementação efetiva das propostas de aluguel social prometidas pelo Governo do Estado⁸⁶. Foi denunciado que muitos serviços prometidos pela Prefeitura — como vagas em hotéis sociais e abrigos — ou não existem na prática, ou são insuficientes para a demanda⁸⁷.
- **Programas inadequados de moradia:** ressaltou-se que programas atuais de moradia da Prefeitura são de alta exigência e inadequados para a realidade das pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, que possuem trajetórias marcadas por instabilidade, pois, se as pessoas que estão em moradias assistidas da Prefeitura ficam três dias fora, elas são desligadas do projeto⁸⁸.
- **Fechamento de hotéis sociais:** foi narrado o fechamento de vinte e oito hotéis sociais sem aviso prévio, deixando centenas de pessoas desabrigadas⁸⁹. Foi demonstrada preocupação com o destino das pessoas despejadas dos hotéis sociais do programa “De Braços Abertos”⁹⁰.

9.4 Políticas de cultura e trabalho

- **Importância de políticas de cultura e trabalho:** foi defendido que políticas de cultura, trabalho e geração de renda são centrais para a reinserção social, sendo necessário criar espaços de produção e comercialização para além da capacitação, pois a ausência de alternativas de renda segura agrava a vulnerabilidade e o retorno para as cenas de uso⁹¹. Enfatizou-se que iniciativas culturais, como o trabalho da Cia Mungunzá e o Centro de Convivência É de Lei, têm impacto significativo na redução de danos, construção de autoestima e reinserção social dos conviventes da cena de uso⁹².

83. 1ª Reunião: Flávio Falcone e Roseli Kraemer / 4ª reunião: Flávio Falcone

84. 2ª Reunião: Marcelo Ribeiro

85. 5ª Reunião: Cleiton Ferreira e Ivanete Araújo

86. 2ª Reunião: Arthur Pinto

87. 5ª Reunião: Cleberson Charles Souza

88. 4ª Reunião: Flávio Falcone

89. 7ª Reunião: Lydia Gama

90. 2ª Reunião: Taniele Rui

91. 3ª Reunião: Soninha Francine e Cleiton Ferreira / 7ª reunião: Carmen Lopes

92. 6ª Reunião: Cleiton Ferreira

- **Desmonte do POT e falta de políticas:** foi narrado que, embora conte com diversos trabalhadores, o POT (Programa Operação Trabalho), ao longo do tempo, o programa foi esvaziado de sua proposta original de reabilitação, pois, cada vez mais, tem se concentrado em atividades braçais, com pouco potencial formativo, sem uma dinâmica de continuidade que permita enxergar o trabalho e a educação como instrumentos reais de transformação da realidade das pessoas que participam do programa, e que isso ocorre devido à desarticulação e à desintegração das políticas públicas envolvidas⁹³.
- **Exemplos de iniciativas:** foi descrito que iniciativas como o Coletivo Tem Sentimento e o Teto, Trampo e Tratamento investem em formação profissional (costura, crochê, brechós, oficinas) para a geração de renda, como ferramenta de reinserção social e autonomia financeira⁹⁴.
- **Reciclagem:** foi dito que muitos trabalhadores em situação de rua realizam atividades de reciclagem para garantir renda, mas a falta de estrutura pública e a repressão por parte da zeladoria urbana prejudicam esse trabalho, na medida que tomam os materiais e tratam como lixo o que é, na verdade, o meio de sobrevivência dessas pessoas⁹⁵.

9.5 Segurança pública e zeladoria urbana

- **Uso de violência e práticas repressivas pelas forças policiais:** denunciou-se que as ações policiais na “Cracolândia” continuam sendo extremamente violentas, com abordagens desumanas, especialmente à noite, quando o bairro é propositalmente deixado às escuras, prejudicando a segurança dos próprios moradores⁹⁶. Foi narrado que as abordagens cotidianas passaram a imitar práticas prisionais, impondo revistas diárias e deslocamentos forçados da população⁹⁷. Foi descrito que a tática de abordagem inclui fazer os indivíduos sentarem no chão, rememorando práticas de violência histórica como as do Carandiru⁹⁸. Denunciou-se que a Guarda Civil Metropolitana (GCM) atua de maneira sistematicamente violenta na região central, inclusive impedindo os conviventes da cena de uso de se deslocarem para ir ao banheiro ou buscar água durante operações de “limpeza”⁹⁹.
- **Cometimento de ilegalidades pelas forças policiais:** foi denunciado que muitos policiais e guardas municipais não se identificam nas ações¹⁰⁰. Informou-se que a

93. 6ª Reunião: Gabriel Pereira

94. 7ª Reunião: Carmen Lopes e Lydia Gama

95. 6ª Reunião: Cleiton Ferreira

96. 1ª Reunião: Arthur Pinto e Roseli Kraemer / 4ª reunião: Cleiton Ferreira e Flávio Falcone

97. 7ª Reunião: Carlo Calta

98. 4ª Reunião: Cleiton Ferreira

99. 6ª Reunião: Lydia Gama, Roseli Kraemer e Robson Mendonça

100. 4ª Reunião: Cleiton Ferreira



Polícia Militar estaria utilizando registros da presença dos conviventes da cena de uso para pedir internações compulsórias e a suspensão de benefícios judiciais, sem o devido processo legal¹⁰¹. Foram denunciadas práticas de desaparecimento forçado, prisões sem devido processo legal, e agressões físicas contra conviventes da cena de uso por parte das forças de segurança pública¹⁰².

- **Ineficácia e violência das operações policiais:** expôs-se que a abordagem da segurança pública na “Cracolândia” tem sido predominantemente baseada em ações repressivas, com operações policiais que não resolvem a situação de forma efetiva e que, muitas vezes, apenas dispersam o problema para outras regiões¹⁰³. Narrou-se que as operações policiais historicamente adotadas na “Cracolândia” baseiam-se na violência, como a operação “Dor e Sofrimento” de 2012, que impôs agressões físicas e perseguições a conviventes da cena de uso¹⁰⁴. Foi denunciado que operações policiais na “Cracolândia” em 2024, sem mandatos ou justificativas formais, foram marcadas por extrema truculência, resultando em despejo forçado de centenas de pessoas, inclusive mulheres, crianças e idosos, sem acompanhamento adequado da Assistência Social ou do Conselho Tutelar, violando protocolos obrigatórios em casos de remoção¹⁰⁵. Criticou-se a atuação das forças policiais na Operação Caronte, iniciada em 2021, tendo em vista que houve detenções arbitrárias e ilegais de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas que aprofundaram a violência e o estigma na região, e que das mais de 800 pessoas detidas na última fase da operação, nenhuma estava em tratamento de saúde adequado, demonstrando o fracasso das abordagens repressivas¹⁰⁶. Foi criticado o alto custo que ações como essas das operações policiais e das ações repressivas, destacando que esses gastos impactam o orçamento público e nem sempre geram soluções efetivas¹⁰⁷.
- **Fracasso da tática de dispersão:** destacou-se que as táticas de dispersão dos conviventes das cenas abertas de uso de drogas praticadas pela Prefeitura e Governo do Estado fragmentaram ainda mais o território, prejudicando o atendimento social e aumentando a vulnerabilidade dos conviventes da cena de uso¹⁰⁸. Foi salientado que essas pessoas voltam a se reagrupar, porque elas não têm para onde ir e porque elas têm entre elas um vínculo entre elas, de convivência, de proteção mútua, de sobrevivência¹⁰⁹, portanto, seriam necessárias políticas de suporte contínuo para evitar o retorno das pessoas ao local¹¹⁰.

101. 6ª Reunião: Lydia Gama

102. 4ª Reunião: Roseli Kraemer / 6ª reunião: Lydia Gama e Roseli Kraemer

103. 5ª Reunião: Ivanete Araújo e Matuza Sankofa

104. 2ª Reunião: Arthur Pinto

105. 7ª Reunião: Eduardo Suplicy e Lydia Gama

106. 1ª Reunião: Fernanda Balera

107. 2ª Reunião: Raquel Carvalho

108. 2ª Reunião: Arthur Pinto, Paula Nunes da Bancada Feminista e Luna Zarattini

109. 3ª Reunião: Soninha Francine

110. 2ª Reunião: Marcelo Ribeiro

- **Falta de articulação com saúde e assistência:** destacou-se que, atualmente, a presença policial continua sendo a principal ação na região, sem articulação com políticas de saúde ou assistência¹¹¹.
- **Necessidade de ações com base em inteligência policial estratégica:** frisou-se que atualmente se combate o tráfico no varejo, atacando as pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, enquanto o grande tráfico não é devidamente enfrentado por falta de investimento em inteligência policial¹¹². Foi apontado que a questão do crime organizado é de extrema gravidade e deve ser enfrentada no âmbito de uma política pública pautada na inteligência, com foco na identificação e responsabilização dos grandes traficantes por meio de ações de inteligência e articulação entre as esferas de poder público (federal, estadual e municipal) — e não por meio de confrontos ostensivos, que agravam a violência nos territórios e causam sofrimento psíquico também aos policiais envolvidos¹¹³.
- **Informações do Poder Público Municipal:** foi informado pelo representante da Secretaria de Segurança Pública que está adotou estratégias de monitoramento contínuo das cenas de uso aberto, com coleta de dados de crimes para orientar operações e requalificações urbanas¹¹⁴. A ênfase no policiamento ostensivo foi justificada pelo argumento de que a maioria dos conviventes da cena de uso está sob influência do crime organizado¹¹⁵. Foi informado que 1.500 pessoas foram presas em 2023 por tráfico, roubo ou furto na região¹¹⁶. A identificação de 1.200 frequentadores do fluxo revelou que mais da metade estava descumprindo condições judiciais¹¹⁷.
- **Ações repressivas da zeladoria urbana e que não seguem a legislação:** foi exposto que a população em situação de rua é constantemente reprimida pela zeladoria urbana, destacando a remoção violenta de barracas e outros pertences¹¹⁸. Foi denunciado que ações de zeladoria da prefeitura retiram pertences de pessoas em situação de rua sem seguir adequadamente o procedimento de entrega de contralacre¹¹⁹. Foram relatados episódios em que ações de zeladoria urbana desmobilizam o trabalho de catadores de materiais recicláveis, tratando como lixo o que é, na verdade, o meio de sobrevivência dessas pessoas¹²⁰.

111. 2ª Reunião: Arthur Pinto e Paula Nunes da Bancada Feminista

112. 1ª Reunião: Juliana Borges

113. 2ª Reunião: Arthur Pinto e Juliana Borges

114. 4ª Reunião: Major Vilardi

115. 4ª Reunião: Major Vilardi

116. 4ª Reunião: Major Vilardi

117. 4ª Reunião: Major Vilardi

118. 1ª Reunião: Roseli Kraemer / 7ª reunião: Surraily Fernandes

119. 1ª Reunião: Roseli Kraemer

120. 6ª Reunião: Cleiton Ferreira

9.6 Racismo, sistema penal e punitivismo

- **Presença de racismo estrutural:** foi enfatizado que o tratamento dado aos conviventes da cena de uso é atravessado pelo racismo estrutural, já que majoritariamente são pessoas negras que sofrem com a violência e a falta de políticas públicas adequadas¹²¹.
- **Seletividade e encarceramento em massa:** foi argumentado que a repressão policial e as prisões atingem de forma desproporcional a população negra e periférica, e que a atual política de drogas reforça o encarceramento em massa¹²². Foi ressaltado que a responsabilização dos conviventes das cenas de uso e a repressão intensa refletem preconceitos de raça e classe, invisibilizando o tráfico elitizado e criminalizando a pobreza¹²³. Foi denunciado que o projeto de repressão vigente é, na prática, um projeto de extermínio da população negra e pobre¹²⁴. Foi apontado que guerra que o Estado tem escolhido travar hoje é uma guerra contra pessoas pretas, pessoas pobres e pessoas LGBTQs¹²⁵.
- **Foco excessivo no sistema penal:** foi criticado o foco excessivo no sistema penal como resposta ao problema da “Cracolândia”, uma vez que a prisão dos conviventes da cena de uso não resolve suas vulnerabilidades e muitas vezes agrava seu quadro de exclusão¹²⁶.
- **Prisões sem amparo legal que agravam a exclusão:** foram denunciadas as prisões arbitrárias de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, prática que não possui amparo legal no Brasil (adquirir, guardar e portar droga para consumo pessoal não é punível com pena de prisão), o que só agrava o ciclo de exclusão¹²⁷.

9.7 Especulação imobiliária e higienismo

- **Higienismo para abrir espaço para a especulação:** foi denunciado que as ações de dispersão da população em situação de rua e a repressão no centro visam abrir caminho para projetos de especulação imobiliária e “revitalização” do centro que visam “limpar” a região para projetos de valorização urbana voltados para as classes mais ricas¹²⁸. Foi apontado que as remoções forçadas, a

121. 2ª Reunião: Luna Zarattini / 5ª reunião: Matuza Sankofa

122. 1ª Reunião: Juliana Borges e Cecília Galício / 5ª reunião: Matuza Sankofa

123. 4ª Reunião: Roseli Kraemer

124. 7ª Reunião: Lydia Gama

125. 4ª Reunião: Matuza Sankofa

126. 5ª Reunião: Cleiton Ferreira e Lydia Gama

127. 2ª Reunião: Arthur Pinto e Paula Nunes da Bancada Feminista / 3ª reunião: Lírio Negro

128. 1ª Reunião: Roseli Kraemer / 2ª reunião: Taniele Rui e Luna Zarattini / 3ª reunião: Cleiton Ferreira / 6ª

repressão e o fechamento de pequenos comércios (bancas de jornal, ferros-velhos) fazem parte de um projeto maior de especulação imobiliária no Centro de São Paulo, visando “higienizar” a região para interesses econômicos ligados ao capital imobiliário¹²⁹. Essa política foi definida como “necropolítica”, ou seja, um projeto de extermínio que beneficia interesses econômicos em detrimento da população vulnerável¹³⁰.

- **Desvalorização da região que beneficia a especulação:** foi denunciado que a criação e perpetuação da narrativa da “Cracolândia” serviu para desvalorizar a região e favorecer a especulação imobiliária, que se aproveitou durante anos dessa narrativa para adquirir imóveis a preços baixos¹³¹.
- **Mercado imobiliário aproveitou-se da pandemia:** foi dito que quarteirões inteiros foram emparedados e demolidos durante a pandemia para viabilizar novos empreendimentos imobiliários¹³².

9.8 Perspectivas dos moradores e comerciantes

- **Sofrimento e invisibilização:** destacaram o impacto negativo que a presença da “Cracolândia” causa em suas vidas, relatando as violências diárias que sofrem, como furtos, agressões, falta de sono, adoecimento mental e medo, mas que são invisibilizadas nos debates sobre a “Cracolândia” e esquecidos pelo poder público¹³³.
- **Saúde mental de moradores e comerciantes:** foi ressaltada a necessidade de cuidar da saúde mental não apenas dos conviventes da cena de uso, mas também dos trabalhadores do território e dos moradores expostos à violência¹³⁴.
- **Queda do movimento econômico:** foi relatada a queda no movimento econômico da região¹³⁵. Foi mencionado que há insegurança relacionada à presença de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas nas portas dos estabelecimentos¹³⁶.
- **Aumento do fluxo durante a noite e perturbação de sossego:** foi enfatizado o aumento do fluxo durante a noite e fins de semana, contestando-se dados oficiais

reunião: Gabriel Pereira, Lydia Gama e Roseli Kraemer

129. 7ª Reunião: Lydia Gama e Carlo Calta

130. 7ª Reunião: Silvia da Bancada Feminista

131. 5ª Reunião: Ivanete Araújo

132. 2ª Reunião: Taniele Rui

133. 3ª Reunião: Sônia Maria Pereira, Cleberson Charles Souza, João Carlos Cardoso, João Carlos de Souza, e Rose / 5ª reunião: João Carlos de Souza e Sônia Maria Pereira

134. 3ª Reunião: Roberto Otaviano e Cleiton Ferreira

135. 5ª Reunião: Joseph Hanna

136. 6ª Reunião: Robson Mendonça

sobre a redução¹³⁷. Foi relatado barulho excessivo durante a noite vindo do fluxo¹³⁸.

- **Cobrança por ações concretas:** foram cobradas ações concretas para tratar os conviventes da cena de uso com dignidade, mas também para proteger quem mora e trabalha no entorno¹³⁹. Enfatizou-se a necessidade de soluções concretas, como moradia digna e tratamento prolongado, em vez de medidas paliativas como intervenções curtas que não resolvem o problema¹⁴⁰.
- **Contrariedade às vidas nas ruas:** defendeu-se que as ruas não são locais adequados para tratar pessoas em situação de vulnerabilidade e questionado se manter essas pessoas nas ruas sem tratamento adequado não seria perpetuar a violência, propondo-se a criação de locais com assistência 24 horas, incluindo alimentação, higiene e acompanhamento profissional, bem como seja fiscalizado e cobrado melhorias reais dos serviços públicos¹⁴¹.
- **Críticas a gastos com políticas ineficientes:** foi argumentado que o custo atual — com limpeza urbana, policiamento e equipes multidisciplinares — já é alto, e que investir em tratamento contínuo, moradia e inclusão social seria mais eficiente e humano¹⁴².
- **Necessidade da presença de forças policiais:** foi questionada a viabilidade de afastar a Polícia Militar da “Cracolândia”, argumentando que isso poderia fortalecer o tráfico de drogas na região¹⁴³. Foram elogiadas operações policiais recentes que prenderam traficantes¹⁴⁴. Foi rejeitada a truculência policial, mas defendida a necessidade de intervenção estatal, pois há outros atores violentos no território que exploram a situação¹⁴⁵.
- **Presença do tráfico:** foi destacado que o PCC permitia a venda de drogas apenas no centro, não nas periferias, e defendeu que o combate ao tráfico deveria ser o foco principal¹⁴⁶. Foi defendido que a polícia deveria focar no combate ao tráfico, que escravizava as pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas. Foi denunciado que a região estava refém do crime organizado e foi defendida a manutenção da presença policial¹⁴⁷. Foi expressada a preocupação com a presença de criminosos no fluxo da “Cracolândia”, que exploravam a vulnerabilidade dos conviventes da cena de uso¹⁴⁸.

137. 4ª Reunião: Cleberson Charles Souza

138. 5ª Reunião: Rose

139. 5ª reunião: João Carlos de Souza e Sônia Maria Pereira

140. 1ª Reunião: Cleberson Charles Souza

141. 1ª Reunião / 2ª Reunião: Cleberson Charles Souza

142. 7ª Reunião: Sônia Maria Pereira

143. 1ª Reunião: João Carlos Cardoso

144. 2ª Reunião: Fabio Redondo

145. 7ª Reunião: Sônia Maria Pereira

146. 2ª Reunião: Marcone Moraes

147. 5ª Reunião: Cleberson Charles Souza

148. 1ª Reunião: João Carlos Cardoso

- **Consequências negativas da dispersão:** foi dito que a dispersão apenas transferiu o problema para outras áreas¹⁴⁹. Relataram que a dispersão da “Cracolândia” piorou a segurança, aumentou o número de pequenos furtos e ocupação de espaços públicos e reduziu a atividade econômica local, levando ao fechamento de lojas e restaurantes¹⁵⁰.
- **Importância da segurança pública:** defenderam que as ações policiais são necessárias para reduzir roubos, furtos e violência no território¹⁵¹.
- **Violência dos conviventes da cena de uso:** mencionou-se a violência praticada por alguns conviventes da cena de uso, como roubos e agressões a moradores¹⁵².
- **Falta de acesso a espaços públicos:** foi relatada dificuldade de acesso dos moradores a praças e ruas por conta do “fluxo”¹⁵³. Foi criticada a perda do direito de ir e vir, de receber familiares em casa e de trabalhar, devido à violência e ocupação das ruas¹⁵⁴. Foi cobrado que os espaços públicos (como parques e praças) não sejam ocupados e pediram soluções mais eficazes de acolhimento¹⁵⁵. Foi elogiada a inicia-

149. 2ª Reunião: Fabio Redondo

150. 1ª Reunião: João Carlos Cardoso, Clebson Charles Souza, Sônia Maria Pereira / 2ª reunião: Ana Maria, Fabio Redondo e Antonio de Souza

151. 3ª Reunião: Sônia Maria Pereira, Cleberson Charles Souza, João Carlos de Souza, João Carlos Cardoso e Rose

152. 1ª Reunião: Clebson Charles Souza

153. 2ª Reunião: João Carlos de Souza

154. 5ª Reunião: João Carlos de Souza

155. 1ª Reunião: Sônia Maria Pereira

tiva do Espaço Cidadania, onde há local para as pessoas fazerem refeições, em vez de comerem nas ruas em meio à sujeira, mas foi criticada a insuficiência do espaço, gerando filas que atrapalham a circulação nas calçadas¹⁵⁶.

- **Prejuízo ao turismo:** foi relatada a degradação de pontos turísticos e culturais do Centro da cidade devido à ocupação por pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas e população em situação de rua¹⁵⁷. Foi criticada o fato de as novas gerações estão crescendo sem contato com a cultura da cidade por medo e insegurança¹⁵⁸.
- **Aumento da insegurança e pedido por políticas de acolhimento:** relatou-se o aumento da sensação de insegurança e foi criticada a falta de alternativas estruturadas para acolher e reinserir as pessoas retirados do fluxo¹⁵⁹.
- **Críticas e elogios às entidades que realizam ações sociais:** foram feitas críticas à atuação superficial de ações assistenciais como distribuição de marmitas¹⁶⁰. Foi ressaltada a percepção de que a distribuição de marmitas gera acúmulo de lixo nas ruas¹⁶¹. Foram feitas acusações às ONGs de receber recursos sem resultados práticos no território¹⁶². Por outro lado, o trabalho do Terceiro Setor na “Cracolândia” foi parabenizado por alguns, mas foi destacado que, antes delas, eram os moradores e comerciantes locais que ajudavam as pessoas da “Cracolândia”, oferecendo alimentos e apoio básico, e que caberia ao Poder Público ações mais efetivas¹⁶³.
- **Presença de crianças nas cenas de uso:** foi exposto que há crianças pequenas e bebês frequentando a cena de uso, gerando preocupações sobre o cuidado infantil e questionamentos sobre o que os órgãos de proteção estão fazendo a respeito¹⁶⁴.
- **Filhos de moradores expostos às problemáticas das cenas de uso:** foi dito que filhos de moradores da região acabam inalando fumaça de entorpecentes continuamente e convivendo com as cenas de uso e todos os seus problemas¹⁶⁵.
- **Prédios abandonados e esvaziamento da região:** foi apontado que muitos imóveis estão sendo abandonados devido ao ambiente hostil e inseguro¹⁶⁶. Reivindicou-se maior atenção às condições dos edifícios residenciais da região, que enfren-

156. 3ª Reunião: Sônia Maria Pereira

157. 1ª Reunião: Sônia Maria Pereira

158. 1ª Reunião: Sônia Maria Pereira

159. 4ª Reunião: Cleberson Charles Souza

160. 5ª Reunião: Sônia Maria Pereira

161. 2ª Reunião: Antonio de Souza; 5ª reunião: Sônia Maria Pereira; 6ª reunião: Robson Mendonça; e 7ª reunião: João Carlos de Souza

162. 2ª Reunião: Antonio de Souza e 5ª reunião: Silvana Perazzoli

163. 7ª Reunião: João Carlos de Souza e Sônia Maria Pereira

164. 5ª Reunião: Rose

165. 2ª Reunião: Yuri

166. 3ª Reunião: Rose

tam risco de esvaziamento pela degradação do entorno¹⁶⁷.

- **Risco de desabamento de prédios ocupados:** reclamaram da falta de ação da Defesa Civil frente ao risco de desabamentos de prédios ocupados¹⁶⁸.

9.9 Participação social, conselhos municipais e transparência

- **Falta de escuta e esvaziamento dos conselhos:** foi denunciado que a Prefeitura não presta esclarecimentos ao COMUDA (Conselho Municipal de Políticas sobre Álcool e Drogas) acerca das políticas sobre drogas, e que há um esvaziamento deliberado do conselho pelo poder público municipal, tendo em vista que os representantes da Prefeitura que são conselheiros não comparecem às reuniões¹⁶⁹. Mencionou-se que o COMUDA vem tentando acompanhar e denunciar violações, mas enfrenta grandes resistências e dificuldades políticas¹⁷⁰. Foi apontado o esvaziamento de espaços de participação social como o Comitê PopRua e a ausência do poder público nas instâncias deliberativas¹⁷¹.
- **Importância da participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas:** foi destacada a importância da participação da sociedade civil no debate e na formulação de políticas públicas, reforçando a necessidade de escuta ativa de todos os atores, inclusive dos conviventes das cenas de uso¹⁷².
- **Falta de transparência:** foi dito que não há transparência nos processos de instalação de novos serviços e nem nos critérios para a escolha de políticas a serem implementadas, dificultando a fiscalização e a construção de políticas públicas adequadas¹⁷³. Ressaltou-se que o plano de ação do governo municipal e estadual para a “Cracolândia” foi elaborado de maneira pouco transparente, sem ampla consulta a trabalhadores da área, entidades da sociedade civil ou às pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas¹⁷⁴. Questionou-se quem foram os especialistas e entidades ouvidos na elaboração do plano, e apontada a exclusão da sociedade civil organizada dos espaços de decisão, como o Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas e Álcool (COMUDA)¹⁷⁵.
- **Falta de participação das pessoas que frequentam as cenas de uso aberto:** foi apontado que muitas pessoas que vivem na região chamada de “Cracolândia” não conse-

167. 3ª Reunião: Rose

168. 1ª Reunião: João Carlos Andrade

169. 1ª Reunião: Cecília Galício

170. 7ª Reunião: Cecília Galício

171. 6ª Reunião: Gabriel Pereira

172. 5ª Reunião: Ivanete Araújo e Matuza Sankofa

173. Reunião CDDHC: Andrea Cristina Guerra e Luíza Ribeiro

174. 1ª Reunião: Juliana Borges e Maria Angélica Comis

175. 1ª Reunião: Cecília Galício





guem comparecer devido a dificuldades financeiras, constrangimentos sociais ou outras barreiras, o que restringe a diversidade de perspectivas representadas nas discussões¹⁷⁶.

9.10 Atuação de entidades sem fins lucrativos

- **Importância das organizações sociais e falta de apoio do Estado:** apontou-se que os projetos sociais existentes na região da “Cra-colândia” cumprem o papel do Estado, oferecendo serviços que deveriam vir pelas políticas públicas, mas operam quase que exclusivamente com apoio da sociedade civil e doações, sem suporte significativo do poder público¹⁷⁷.
- **Exemplos de iniciativas:** foi relatado por entidades alguns dos trabalhos realizados na região, entre eles a criação de oficinas de costura para mulheres (hoje com 70 participantes), com bolsas mensais de R\$ 500, incentivando a transformação pessoal das participantes e inclusão social e financeira, reconhecendo a importância de oferecer alternativas concretas de renda para a população em situação de rua¹⁷⁸. Também foi trazido o relato de iniciativas como a criação de brinquedotecas, oferecimento de aulas diversas (ioga, reforço escolar, boxe), além do projeto Trampolink, que visa conectar pessoas em vulnerabilidade a oportunidades de trabalho¹⁷⁹.
- **Tentativa de criminalização:** denunciou-se a repressão a iniciativas solidárias, como distribuição de água e alimentação¹⁸⁰. Foi destacado que organizações sociais vêm sendo sistematicamente criminalizadas, inclusive dentro da própria Câmara Municipal, onde vereadores tentaram associá-las ao tráfico de drogas e as acusaram de se aproveitarem da miséria, sendo destacado o projeto de lei que ficou conhecido como “PL da Fome”, que propôs multa às entidades que distribuíssem marmitas¹⁸¹.

176. 2ª Reunião: Flávio Campos

177. 7ª Reunião: Carmen Lopes

178. 7ª Reunião: Carmen Lopes

179. 7ª Reunião: Viviana Torrico

180. 6ª Reunião: Cleiton Ferreira e Robson Mendonça

181. 7ª Reunião: Eduardo Suplicy e Luna Zarattini



10. RECOMENDAÇÕES E DIRETRIZES

As discussões travadas ao longo dos encontros do GTI deixaram evidente que a realidade enfrentada por todas as pessoas envolvidas na região conhecida como “Cracolândia” – sejam elas conviventes da cena de uso, trabalhadores da rede pública, moradores, comerciantes, militantes ou agentes do Estado – está marcada por sofrimento cotidiano, violações de direitos, ausência de garantias fundamentais e ausência de respostas eficazes por parte do poder público.

Apesar da densidade e relevância dos conhecimentos produzidos por sujeitos profundamente envolvidos com o território, observa-se que tais saberes têm sido frequentemente desconsiderados na formulação e execução das políticas públicas voltadas à região. Essa desconexão entre a escuta qualificada e a ação estatal tem contribuído para a reprodução de abordagens ineficazes e para o agravamento das condições de vida no território.

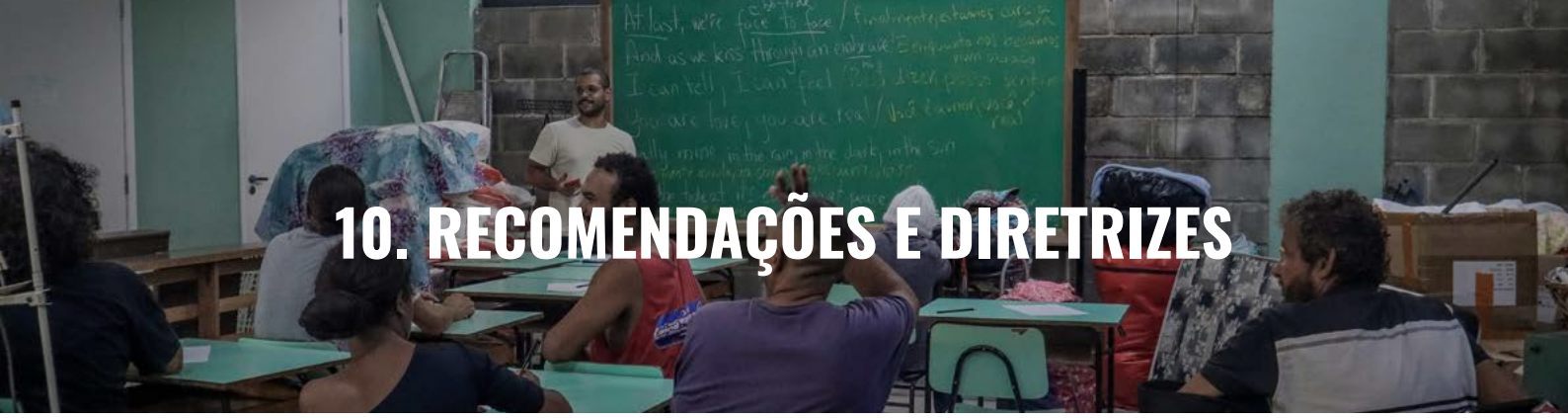
Diante disso, as diretrizes e recomendações aqui reunidas buscam sistematizar os consensos mínimos — nem sempre unânimes, mas da ampla maioria — construídos a partir das escutas realizadas, traduzindo-os em propostas concretas de políticas públicas e ações institucionais.

Elas expressam, portanto, a convicção de que a superação dos problemas históricos da região exige o compromisso coordenado dos entes federativos, impondo aos Governos Municipal, Estadual e Federal o dever solidário de formular e implementar políticas públicas integradas nas áreas da saúde, assistência social, moradia, segurança, educação, cultura, trabalho e redução de danos.

Essas diretrizes não apenas refletem a escuta qualificada dos múltiplos sujeitos que participaram do GTI, mas também se orientam por um conjunto de princípios constitucionais, legais e ético-políticos que fundamentam a construção de políticas públicas comprometidas com os direitos humanos. Para além da dignidade da pessoa humana, da centralidade da proteção social e do enfrentamento das desigualdades estruturais, também se pautam na equidade, na justiça social, no direito à saúde e à assistência, na função social da cidade, na autodeterminação dos sujeitos, na laicidade do Estado, na intersetorialidade das políticas públicas, no respeito à diversidade e à não discriminação, entre outros.

Incorporam, ainda, os princípios da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial, os marcos do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Política Nacional sobre Drogas, bem como os compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro em matéria de direitos civis, sociais e raciais. São, assim, uma resposta política e institucional à necessidade urgente de superação de modelos repressivos, higienistas e excludentes, em favor de estratégias fundamentadas no cuidado em liberdade, na reparação das desigualdades históricas e na efetivação do direito à cidade para todos e todas.

O presente documento será encaminhado às autoridades públicas competentes como instrumento de propo-



10. RECOMENDAÇÕES E DIRETRIZES

sição e de incidência. Além disso, servirá como referência para a atuação das Comissões de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo e da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no exercício de suas funções fiscalizatórias e propositivas, orientando a cobrança pela efetiva implementação das medidas aqui recomendadas.

10.1 Assistência social e saúde

Fortalecer e qualificar as equipes do **Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS)** e do **Consultório na Rua**, cujas atuações são fundamentadas no estabelecimento de vínculos de confiança com pessoas em situação de rua ou em vulnerabilidade social, especialmente aquelas com uso problemático de álcool e outras drogas.

Garantir uma unidade de **CAPS AD 24h** a cada 300 mil habitantes, como preconizado pela Portaria nº 130/2012 do Ministério da Saúde, ampliando-se a oferta desse serviço principalmente em regiões nas quais é escassa sua presença, bem como o número de de **CAPS Infante-Juvenis**.

Garantir uma política de saúde mental que ofereça **tratamentos diversos** (ambulatorial, redução de danos, comunitário e hospitalar quando necessário), respeitando a **autonomia** e escolha do usuário da política, sob a ótica **antimanicomial**, **sem impor abstinência** como condição única para acesso a cuidados – ou a pernoites e moradia –, mas como uma possibilidade (entre outras) no projeto terapêutico singular.

Desenvolver e implementar a obrigatoriedade de **protocolos de acolhimento** pós-internação psiquiátrica e por uso problemático de álcool e outras drogas, garantindo **continuidade de cuidado**, moradia e vínculo com serviços públicos territoriais.

Garantir o cumprimento dos artigos 23-A e 23-B da Lei 11.343/06 (Lei de Drogas), notadamente no que se refere à **excepcionalidade da internação**, **avaliação multidisciplinar e multisetorial**, obrigatoriedade de elaboração do **plano individual de atendimento e comunicação da Defensoria Pública e do Ministério Público** em 72 horas das internações por uso de substâncias, a fim de avaliar o cumprimento dos requisitos legais.



10. RECOMENDAÇÕES E DIRETRIZES

Ampliar o número de leitos psiquiátricos em Hospitais Gerais, tendo em vista queda de 53,7% de leitos nos últimos dez anos.

Estabelecer um **sistema de regulação, monitoramento contínuo e avaliação técnica** de todas as **instituições privadas que oferecem tratamento** voltado ao uso problemático de álcool e outras drogas; com disponibilidade de acesso público; divulgação dos critérios avaliativos, das recomendações emitidas e das providências efetivamente adotadas; e com a implementação de **mecanismos ágeis para a suspensão de atividades e o rompimento** de parcerias públicas sempre que forem constatadas ilegalidades ou irregularidades.

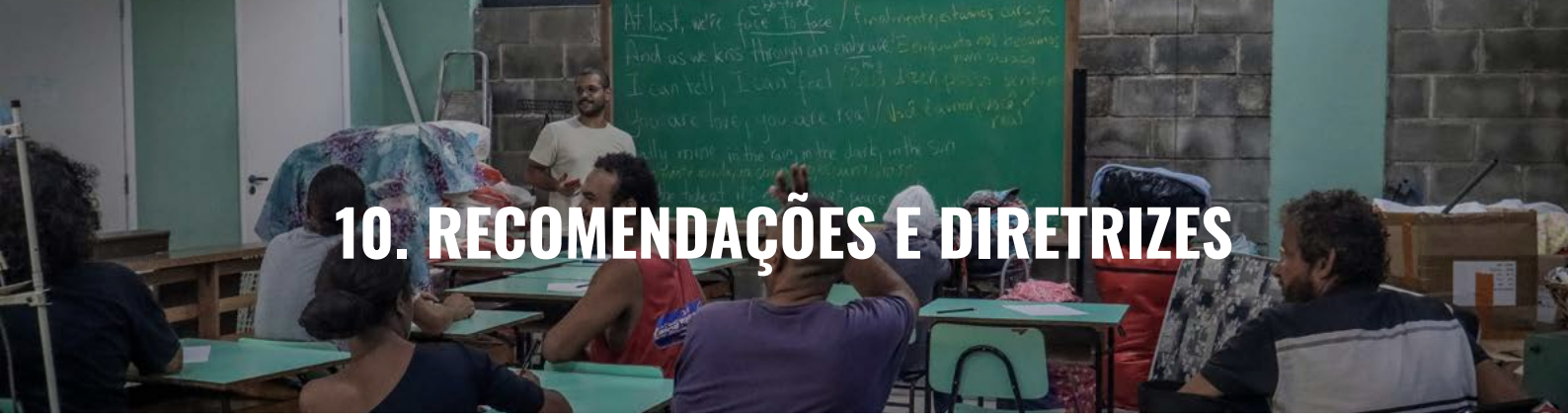
Criar um **disque-denúncia** para colher relatos de violações de direitos em **Comunidades Terapêuticas**.

Divulgar massivamente os **Princípios da Reforma Psiquiátrica** e da **Luta Antimanicomial** em diferentes meios midiáticos.

Optar pela **execução direta pela administração pública** dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) com as do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em detrimento da terceirização da sua realização por entidades privadas.

Garantir que **profissionais da saúde** e da assistência social tenham **autonomia e proteção contra perseguições** políticas e administrativas.

Fortalecer políticas de **redução de danos**, garantindo-se que todos os CAPS AD tenham insumos, que as equipes possam atuar com essa abordagem fora das unidades, que seja **ampliado o número de Agentes de Redução de Danos (ARs)** e que os profissionais de toda a rede de atenção psicossocial recebam **formação na área**, bem como sobre os princípios da reforma psiquiátrica (Lei nº 10.216/2001).



10. RECOMENDAÇÕES E DIRETRIZES

Garantir que **nenhuma prática** realizada por operadores do Estado ou da sociedade civil que promova a **redução de danos seja criminalizada**, considerando que a política de redução de danos compõe a Política Municipal sobre Álcool e outras Drogas (Lei 17.089/2019).

Implementar **espaços de uso seguro** sob supervisão de profissionais qualificados, garantindo-se no mesmo local atendimento nas áreas da saúde e assistência social, com intuito de **minimizar os danos do uso** e favorecer a vinculação à rede de cuidado e assistência social.

Implementar programa de atendimento e acompanhamento na área da **saúde mental para moradores, trabalhadores e conviventes** das áreas onde existem cenas abertas de uso, tendo em vista o impacto psicossocial destas relações.

Implementar programa de atendimento e acompanhamento na área de **saúde mental para os trabalhadores de toda a rede** que se dedica ao cuidado, atenção às demandas em torno das pessoas em situação de rua e os conviventes da cena aberta de uso.

Articular as ações do SUS com as do SUAS, por meio de **programas e práticas intersetoriais**.

Assegurar o **amplo acesso da população às informações e aos serviços** vinculados às políticas de saúde e assistência social voltadas às pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, por meio da **qualificação das estratégias de comunicação**.

Ampliar e fortalecer o SUAS, em especial os **Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência de Assistência Social (CREAS), Centros POP, Serviço Especializado de Abordagem (SEAS) e Coordenação de Pronto Atendimento Social**.

Criar **Centros de Convivência e Cooperativa (CECCO)** com atendimento voltado às pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, com a garantia de espaços de autocui-



10. RECOMENDAÇÕES E DIRETRIZES

dado, oferta de serviços de saúde, redução de danos, assistência social e que promovam a inclusão social, cultural e profissional.

Implementar programa intersetorial voltado a **crianças e adolescentes em situação de uso de substâncias**, com debate público, participação social e integração com o **Conselho Tutelar** e o **CMDCA**.

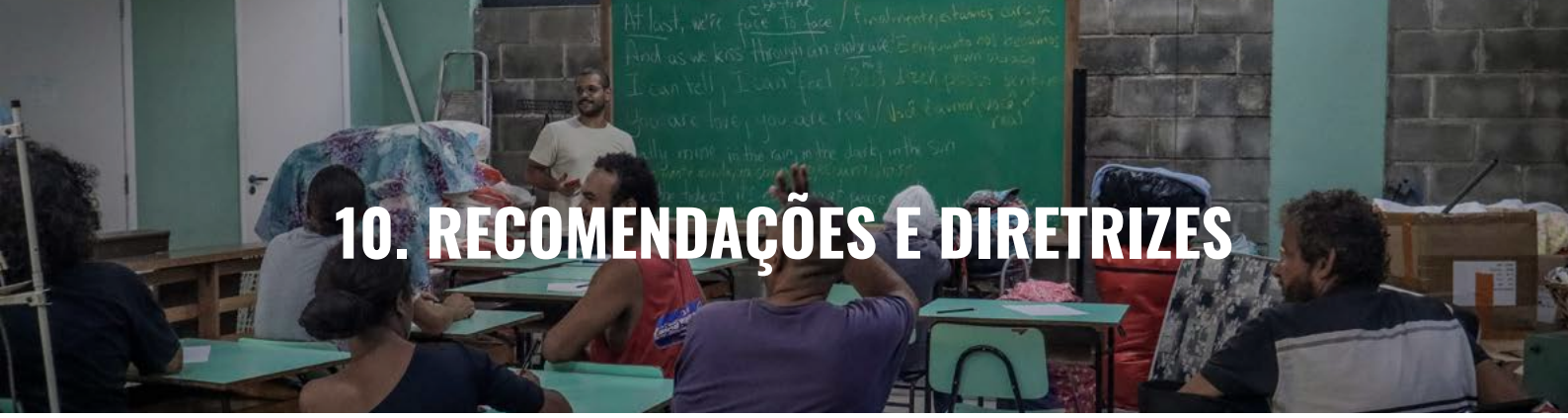
Implementar protocolos de atuação conjunta e não violadora, com a criação de serviços voltados a acolhimentos que permitam o cuidado e **manutenção de vínculos entre mães e filhos**, de mulheres que se encontram na cena aberta de uso.

Implementar uma unidade do **Programa Estação Cidadania** na região da Luz, e também para outras áreas onde se encontram cenas abertas de uso de álcool e outras drogas com foco específico na população em situação de rua e nos conviventes da cena de uso. A unidade deve oferecer **banheiros, bebedouros, lavanderia**, espaço de **guarda de pertences, atendimento social e serviços básicos de cidadania**, como regularização documental e acesso a benefícios sociais.

Implementar **refeitórios populares** na região central da cidade para o consumo de marmittas distribuídas por organizações sociais.

Garantir o acesso ao **transporte gratuito** municipal e intermunicipal a qualquer pessoa acompanhada por serviços da RAPS e Assistência Social, **assegurando a efetivação de seu tratamento**.

Apoiar e fomentar os coletivos que atendem a população em situação de vulnerabilidade social e uso problemático de álcool e outras drogas e **não impedir seu livre acesso** às cenas de uso.



10. RECOMENDAÇÕES E DIRETRIZES

10.2 Moradia e acolhimento 🏠

Ampliar e fortalecer as políticas públicas de moradia para pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, principalmente de **moradia popular individual e definitiva**, a partir da lógica da concepção do “Housing First” (**Moradia Primeiro**), sem exigência de abstinência.

Adotar medidas efetivas para assegurar o **cumprimento das diretrizes estabelecidas no Plano Diretor Estratégico** do Município de São Paulo voltadas ao **enfrentamento da especulação imobiliária**, especialmente por meio da produção habitacional destinada a pessoas de baixa renda, do adensamento habitacional em áreas dotadas de infraestrutura, do aumento progressivo no tempo do IPTU de imóveis ociosos, da requalificação de imóveis subutilizados ou ociosos para criação de moradias populares e a promoção de programas de habitação de interesse social.

Suspender as ações de reintegração de posse e de despejo enquanto não forem asseguradas alternativas reais e adequadas de moradia definitiva, ou enquanto os valores do auxílio-moradia e do aluguel social não forem reajustados para patamares compatíveis com os preços praticados no mercado imobiliário da cidade de São Paulo.

Aumentar vagas e melhorar a qualidade dos serviços da rede de acolhida que operam na lógica do cuidado em liberdade e conectem demandas de saúde e da assistência social (Centros de Acolhida, Centros de Acolhida Especiais, Repúblicas, Vilas Reencontro, Hotéis Sociais, Unidades de Acolhimento, Serviço de Residência Terapêutica e Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica), de modo a proporcionar a integralidade do cuidado.

Corrigir as falhas dos serviços de acolhida, conforme apontado no **Dossiê Retrato das Ruas**, produzido em 2024 pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo.



10. RECOMENDAÇÕES E DIRETRIZES

Ampliar as **Unidades de Acolhimento Adulto e Infanto-Juvenil** e criação de outros dispositivos de residencialidade para crianças e adolescentes.

Ampliar os serviços de acolhida que permitam o **estacionamento de carroças** e a presença de **animais de estimação**, com garantia de sua alimentação e instalações adequadas para seu bem-estar.

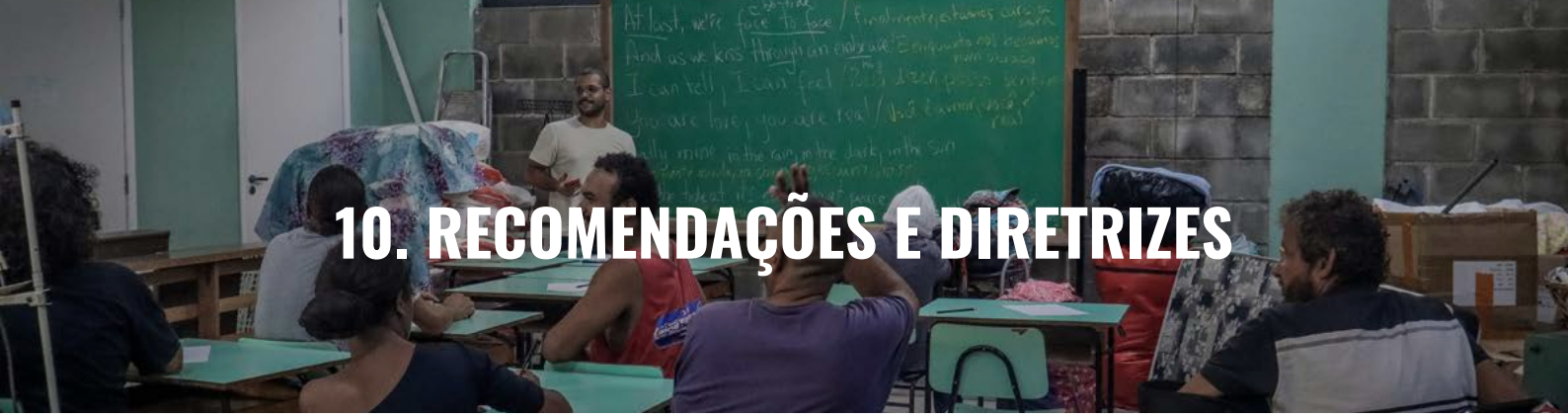
10.3 Trabalho e renda

Ampliar e fortalecer iniciativas de **qualificação profissional, intermediação de mão de obra, educação financeira, empreendedorismo social, economia solidária** e programas como o **Operação Trabalho (POT)** para pessoas em situação de vulnerabilidade social ou em uso problemático de álcool e outras drogas e egressos do sistema de justiça ou de comunidades terapêuticas.

Aumentar o número de vagas e garantir que o **Programa Operação Trabalho (POT)** não se concentre em atividades braçais, mas em atividades voltadas à inclusão profissional assistida, destinadas a promover o **desenvolvimento de competências socioemocionais e a qualificação profissional**.

Ampliar **vagas do POT destinadas à atuação em serviços de Assistência Social** nos territórios que possuem cenas de uso aberto de drogas, a fim de qualificar a própria população vulnerabilizada para promoção de políticas públicas destinadas ao seu atendimento.

Implementar a Renda Básica da Cidadania, conforme preveem as Leis Federais 10.835/2004 e 14.601/2023, criando-se, ainda, a **Renda Básica da Cidadania no Município de São Paulo**, por meio da aprovação do Projeto de Lei nº 107/2023, reestruturando o Programa Renda Mínima, hoje com valores irrisórios de R\$28,00 por família.



10. RECOMENDAÇÕES E DIRETRIZES

Realizar busca ativa qualificada para inserção das pessoas da cena aberta nos programas de transferência de renda (como Bolsa Família), com equipe intersetorial dedicada, viabilizando-se políticas de acesso à renda, tendo em vista as especificidades dos conviventes das cenas de uso aberto (alto índice de vulnerabilidade e ausência de documentação).

Implementar o Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos, de modo a remunerar as cooperativas, associações, redes de catadores e catadores autônomos pelos serviços prestados, garantindo uma remuneração digna, por meio da aprovação do Projeto de Lei nº 591/2013.

Regularizar e proteger o trabalho de reciclagem feito pela população em situação de rua, seja enquanto catadores autônomos, seja enquanto cooperados ou associados, por cadastramento junto ao Poder Executivo Municipal e emissão de carteira de identidade profissional.

Retomar o POT Resíduos Sólidos, a fim de qualificar o trabalho de catadores de materiais recicláveis autônomos, cooperados ou associados que se encontrem em situação de vulnerabilidade social.

Realizar **mutirões para regularização de documentos de identificação**, de modo que a ausência destes não seja um entrave no ingresso no mercado de trabalho.

Apoiar e fomentar os **coletivos que oferecem estratégias de trabalho e renda** à população em situação de vulnerabilidade social e/ou uso problemático de álcool e outras drogas e **não impedir seu livre acesso às cenas de uso**.

Promover **programas de isenção fiscal e crédito facilitado para comerciantes e lojistas da região** impactados por ações repressivas e a presença da cena aberta de uso.

Promover **programas de isenção fiscal para os proprietários de imóveis impactados** com a desvalorização de seus imóveis pela presença das cenas abertas de uso.



10. RECOMENDAÇÕES E DIRETRIZES

10.4 Segurança pública, zeladoria urbana e justiça 🚓

Investir em inteligência policial para desarticular as redes de tráfico em larga escala, por meio de investigações aprofundadas que identifiquem e atuem contra lideranças criminosas, grandes fornecedores, rotas internacionais de distribuição e esquemas financeiros do narcotráfico, **em vez de concentrar esforços em ações ostensivas contra os conviventes nas cenas de uso aberto**, garantindo assim um combate mais eficaz ao crime organizado sem criminalizar a pobreza ou o uso problemático de substâncias.

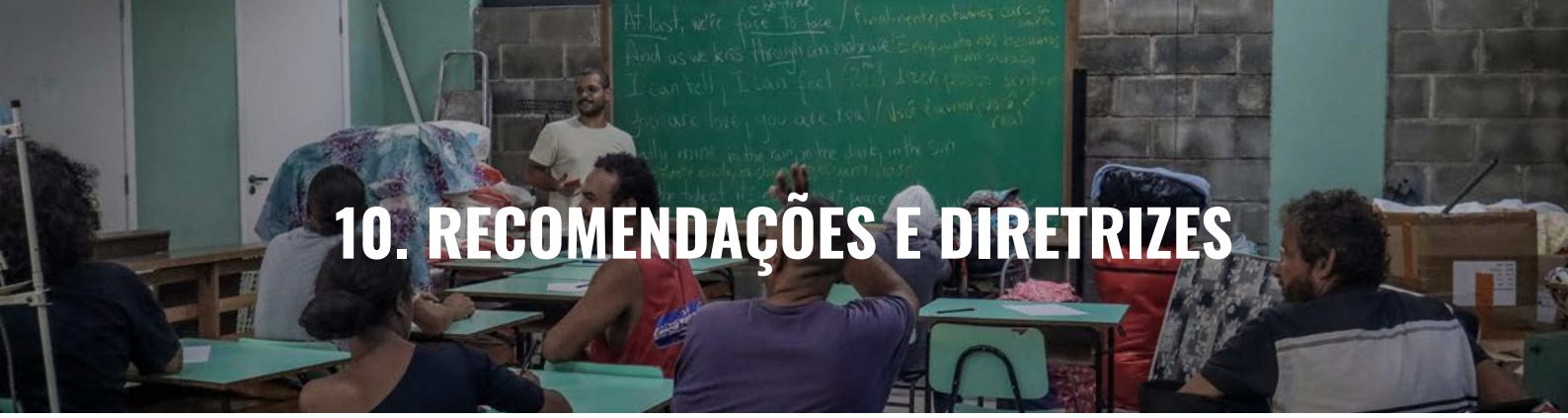
Descriminalizar a posse de drogas para consumo pessoal, nos moldes do entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre porte de maconha para consumo pessoal, deixando, assim, de tratar pessoas com uso problemático de outras substâncias ilícitas como criminosos.

Cessar por completo a tática de dispersão dos conviventes das cenas de uso, de modo a não interromper o vínculo entre eles e as equipes de saúde, assistência social e organizações sociais que atuam no território.

Instituir uma política de formação permanente para juízes e promotores com ênfase nas políticas sobre álcool e outras drogas pautadas na garantia dos direitos humanos e na redução de danos.

Promover **programas de formação continuada para agentes de segurança pública** sobre abordagens a pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, capacitando-os em práticas de redução de danos, mediação de conflito e direitos humanos e com perspectivas interseccionais relacionadas a raça, classe, gênero e orientação sexual.

Garantir que Polícia Militar e a GCM participem do **curso de formação “O Papel do Profissional de Segurança Pública junto às Pessoas em Situação de Rua”** a ser fornecido pelo Governo Federal.



10. RECOMENDAÇÕES E DIRETRIZES

Implementar inspetorias na Guarda Civil Metropolitana voltadas à redução de danos e à mediação de conflitos nos territórios onde há cenas de uso.

Retirar a Inspetoria de Operações Especiais (IOPE) da rotina de abordagens a pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas.

Promover o **acompanhamento psicológico para os agentes de segurança** que atuam na região, vez que a insalubridade fática e emocional do trabalho no local também os afeta e que é sabido que um dos efeitos deletérios do sofrimento não acolhido é o aumento da tensão psíquica e, por consequência, a maior tendência a atitudes agressivas em círculo vicioso de violações de direitos humanos.

Determinar a obrigatoriedade e efetivar o **uso de câmeras corporais com gravação ininterrupta** por todos os agentes da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana.

Proibir a instalação de câmeras de reconhecimento facial nas imediações de unidades de saúde e assistência social, como forma de garantir que o acesso a serviços essenciais não seja inibido por mecanismos de vigilância, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

Coibir e fiscalizar abordagens e prisões baseadas na situação de rua e no perfilamento racial, reconhecendo-se a ilegalidade das detenções em massa em cenas abertas de uso.

Coibir as prisões baseadas apenas na posse de objetos de uso pessoal, como cachimbos, e outras prisões que pessoas com uso de substâncias proibidas sejam tratados como traficantes sem provas concretas.

Investigar prontamente as alegações de violência, tortura e tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes por agentes do Estado, processando-se e punindo os responsáveis.



10. RECOMENDAÇÕES E DIRETRIZES

Realizar e divulgar **relatórios periódicos sobre os impactos das ações policiais** nas cenas de uso aberto de drogas.

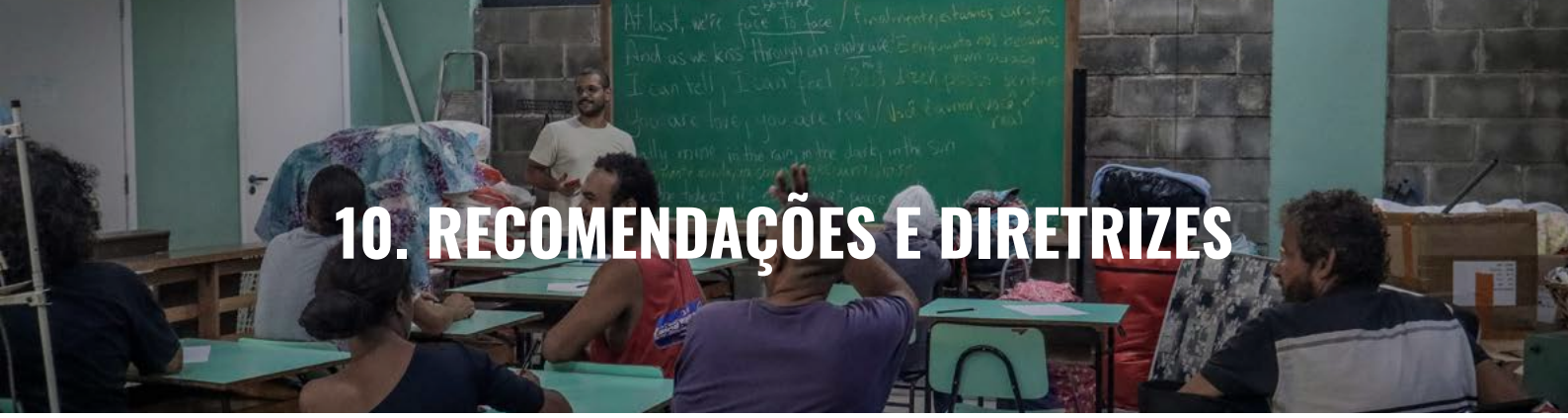
Cumprir o determinado pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 976: **proibição do uso de violência e recolhimento forçado de bens e pertences durante as ações de zeladoria urbana**, assim como a remoção e o transporte compulsório de pessoas em situação de rua; divulgação prévia do dia, horário e local das ações de zeladoria urbana; prestação de informações claras sobre a destinação de bens porventura apreendidos, o local de armazenamento dos itens e o procedimento de recuperação do bem; capacitação dos agentes públicos com vistas ao tratamento digno da população em situação de rua, informando-os sobre as instâncias de responsabilização penal e administrativa; garantia da existência de bagageiros para as pessoas em situação de rua guardarem seus pertences; participação de agentes de serviço social e saúde em ações policiais e de zeladoria de grande porte.

Criar canais permanentes de escuta e mediação de conflitos, com participação de associações de moradores, trabalhadores locais, coletivos de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas e representantes do poder público, para a garantia de estabilidade de segurança local.

Apurar de forma rigorosa e independente da **venda irregular de serviços de “segurança” por parte de agentes públicos**, com envolvimento da Ouvidoria das Polícias.

Implementar **programa contínuo de limpeza urbana** com diálogo territorial, em parceria com os coletivos e trabalhadores da região, de modo a garantir condições de limpeza adequadas para o bem viver comunitário.

Realizar a escuta de moradores e trabalhadores culturais da área, visando a **melhor aplicação da Lei do Psiu sem inviabilizar as ações culturais**.



10. RECOMENDAÇÕES E DIRETRIZES

Promover a **requalificação e a manutenção contínua da iluminação pública** nas áreas que concentram cenas abertas de uso, especialmente na região da Luz, com foco na prevenção de violências, aumento da sensação de segurança e promoção da convivência urbana.

10.5 Combate ao racismo 🦊

Reconhecer institucionalmente que o racismo estrutural é fator determinante na conformação histórica da cena de uso da Cracolândia, e incorporá-lo como eixo transversal na formulação, execução e monitoramento de todas as políticas públicas voltadas à região, em especial nas áreas de saúde, assistência, moradia, segurança e justiça.

Recrutar a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, criando-se uma frente específica de formulação e implementação de políticas para pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas.

Assegurar **formação antirracista obrigatória e contínua** para todas e todos os profissionais que atuam nas políticas públicas no território conhecido como “Cracolândia”, incluindo servidoras/es das áreas de saúde, assistência, segurança e zeladoria, com ênfase em práticas antidiscriminatórias.

Criar e fortalecer **instâncias permanentes de participação da população negra e de organizações do movimento negro** nas estruturas de formulação, controle e avaliação das políticas públicas sobre drogas, assistência social e saúde mental no município e no estado de São Paulo.

Garantir a coleta, sistematização e transparência de **dados desagregados por raça/cor nos atendimentos e intervenções** realizados no território da Cracolândia, com o objetivo de identificar e enfrentar desigualdades raciais no acesso e nos resultados das políticas públicas.



10. RECOMENDAÇÕES E DIRETRIZES

Investigar e responsabilizar **práticas institucionais que reproduzam o racismo** nas abordagens policiais, prisões e nas internações hospitalares e em comunidades terapêuticas.

Apoiar e fomentar iniciativas de cuidado, cultura, educação e geração de renda promovidas por **coletivos que realizam no território ações de enfrentamento ao racismo**.

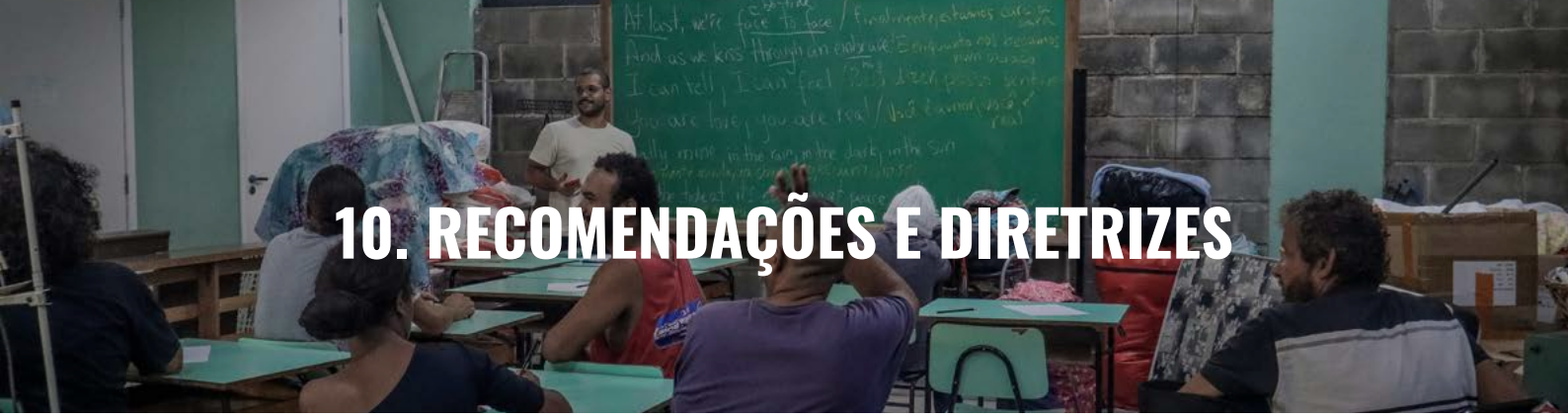
Articular a Defensoria Pública, o Ministério Público e a OAB para atuação coordenada no **combate à seletividade penal e às violações de direitos da população negra** em situação de vulnerabilidade e/ou com uso problemático de álcool e outras drogas.

10.6 Institucionalidade, transparência e participação social

Criar um **Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)** envolvendo Prefeitura, Estado e Ministério Público para **coordenar ações estruturadas e contínuas** na “Cracolândia” e garantir a continuidade dos compromissos independentemente das trocas de gestão.

Fomentar a **articulação real entre os serviços** da saúde, assistência, cultura, educação e habitação, trabalho e renda e segurança pública para respostas integradas e para a construção de políticas intersetoriais e intersecretariais que garantam os direitos básicos e humanos de forma integral para as pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou uso problemático de álcool e outras drogas e suas comunidades.

Garantir a participação das pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, bem como dos Conselhos Municipais — especialmente o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool (COMUDA-SP) e o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua (Comitê PopRua) — **na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas**, de modo que sejam consultados antes e durante os processos.



10. RECOMENDAÇÕES E DIRETRIZES

Garantir ao COMUDA-SP e ao Comitê PopRua caráter deliberativo, com dotação orçamentária, representação igualitária de usuárias/os e trabalhadoras/es, suplentes e que tenha paridade entre representação do Governo e da Sociedade Civil.

Ampliar a transparência dos dados públicos, garantindo acesso da sociedade civil às informações sobre funcionamento, gastos e resultados dos programas relativos às políticas sobre drogas, a fim de avaliar a efetividade das mesmas.

Garantir diálogo entre segmentos do território, justiça, segurança, associações de moradores e comércio local.

Realizar pesquisas periódicas sobre impactos econômicos, sociais e de saúde mental nos **moradores e comerciantes** da região afetada.

Realizar estudos e diagnóstico para o acúmulo de informações destinadas ao **aperfeiçoamento das políticas públicas** de prevenção do uso, tratamento e reabilitação psicossocial de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, bem como de outras políticas públicas sobre drogas.

Reconhecer que as **ações de solidariedade** promovidas por entidades sem fins lucrativos, coletivos e cidadãos no território da Cracolândia **atendem ao interesse público**, social e coletivo, devendo o poder público garantir, proteger e fomentar essas iniciativas, assegurando a **liberdade de atuação, a não criminalização e a vedação de apreensões** ou impedimentos sem decisão judicial fundamentada.

Assegurar a **continuidade de iniciativas promovidas por entidades sem fins lucrativos e coletivos** que atuam no território da Cracolândia, inclusive por meio da **cessão de uso de imóveis públicos** ociosos ou subutilizados, vedando a revogação arbitrária dessas cessões sem fundamentação técnica e diálogo com os envolvidos.



10. RECOMENDAÇÕES E DIRETRIZES

10.7 Educação, cultura e prevenção 🌸

Desenvolver programas de promoção de saúde, prevenção e educação comunitária comprometidos com a **disseminação de informações e práticas que diminuam os danos** associados ao uso de álcool e outras drogas, baseadas em ciência e respeito aos direitos humanos.

Aumentar o número de **Centros de Juventude (CJ)**, **Centros para Crianças e Adolescentes (CCA)**, **Casas de Cultura**, **Fábricas de Cultura**, **Centros de Convivência Intergeneracionais (CCinter)**, garantindo a presença de, no mínimo, **um desses serviços para cada distrito** administrativo do município de São Paulo.

Apoiar e fomentar os grupos e coletivos que ofereçam **estratégias de atenção pautadas na convivência, na cultura e na arte** para pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou uso problemático de álcool e outras drogas, garantindo que possam desempenhar seus projetos e deixando de impedir seu livre acesso às cenas de uso.

Fortalecer as **políticas públicas voltadas ao turismo, ao lazer e ao setor hoteleiro** na região da Luz, como parte da estratégia de valorização do território, estímulo à economia local e incentivo à convivência cidadã.





CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA